

## ESP-CENTRO ADMINISTRATIVO - PARCERIA INVEST.

## Edital 8/2026

## Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
8/2026	390105-ESP-CENTRO ADMINISTRATIVO - PARCERIA INVEST.	JULIANA CRISTINA MORELLI	08/05/2026 16:07 (v 0.10)
Status	ASSINADO		

## Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado com dedicação exclusiva de mão de obra	21/2026	021.00000288/2026-67

## 1. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2026

## CONTRATANTE (UASG)

Secretaria de Parcerias em Investimentos (390105)

## OBJETO

Contratação de serviços contínuos de copeiragem com fornecimento de todos os materiais de consumo, materiais de limpeza/higiene, uniforme e equipamentos necessários à execução dos serviços, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra

## VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 1.995.821,31 (um milhão, novecentos e noventa e cinco mil, oitocentos e vinte e um reais e trinta e um centavos)

## DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 25/05/2026 às 09h (horário de Brasília)

## CRITÉRIO DE JULGAMENTO

Menor preço por item

## MODO DE DISPUTA

Aberto e fechado

## PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM

**SECRETARIA DE PARCERIAS EM INVESTIMENTOS**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2026**

(Processo Administrativo nº 021.00000288/2026-67)

Torna-se público que a **Secretaria de Parcerias em Investimentos**, por meio da **Coordenadoria de Contratações e Convênios**, sediada na **Rua Iaíá, número 126, Itaim Bibi, CEP 04542-060, São Paulo/SP**, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto estadual nº 67.608, de 27 de março de 2023, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, e demais normas da legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos, observando-se as subdivisões subsequentes na forma de itens que compõem este instrumento.

## **1. DO OBJETO**

1.1 O objeto da presente licitação é a **contratação de serviços contínuos de copeiragem com fornecimento de todos os materiais de consumo, materiais de limpeza/higiene, uniforme e equipamentos necessários à execução dos serviços, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, enquadrando-se como serviços comuns contínuos, com disponibilização de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, e não definidos como serviços de engenharia**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

**1.2 A licitação será realizada em único item.**

## **2. DO REGISTRO DE PREÇOS**

**2.1 A disciplina deste item 2 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.**

## **3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

3.1 Poderão participar deste Pregão os interessados que atuarem em atividade compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - Sicaf e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

3.1.1 Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o 3º (terceiro) dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.1.2 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.2 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados na subdivisão anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.3 A não observância do disposto na subdivisão anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

**3.4 Nos limites previstos no art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, e na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, serão observadas, caso aplicáveis, as regras de tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, e para o microempreendedor individual – MEI.**

3.5 Em relação às regras aplicáveis à presente licitação concernentes a tratamento favorecido para as microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, observa-se que:

**3.5.1 Para o item/grupo 1, a participação é ampla, sendo aplicáveis as regras de tratamento favorecido constantes dos arts. 42 a 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, observado o disposto no § 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.**

3.6 Não poderão disputar esta licitação:

3.6.1 aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) Anexo(s);

3.6.2 autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021;

3.6.3 empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021;

3.6.4 pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.5 aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6.6 empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.6.7 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.8 agente público do órgão ou entidade licitante;

3.6.9 aquele que não tenha representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.

3.7 Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.7.1 A vedação de participação de agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante de que trata a subdivisão acima estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.8 O impedimento decorrente de imposição de sanção de que trata o item 3.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.9 No que concerne aos itens 3.6.2 e 3.6.3, equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

**3.10 Não poderão disputar esta licitação sociedades cooperativas, tendo em vista o disposto no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021, e no art. 5º da Lei nº 12.690, de 2012.**

**3.11 Não poderão disputar esta licitação pessoas jurídicas reunidas em consórcio.**

#### **4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

- 4.1 Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
- 4.2 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o **preço**, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 4.3 No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
- 4.3.1 está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus Anexos, bem como que a proposta apresentada compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
  - 4.3.2 não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal;
  - 4.3.3 não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
  - 4.3.4 cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 4.4 O fornecedor enquadrado como microempresa **ou** empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, excetuada a hipótese de se verificar uma das exceções dos §§ 1º ao 3º do art. 4º supracitado, conforme especificado nos itens 4.4.1 e 4.4.2 subsequentes.
- 4.4.1 Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.
  - 4.4.2 Não têm direito ao tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as microempresas **e** as empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do § 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.
  - 4.4.3 Na hipótese de se verificar uma das exceções especificadas no item 4.4.1 ou no item 4.4.2, ou de não cumprimento de outro requisito legal para tratamento favorecido, o licitante deverá assinalar o campo “não”, por não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006.
  - 4.4.4 Na hipótese de item para participação exclusiva de microempresas **e** empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.
  - 4.4.5 Na hipótese de itens em que a participação não seja exclusiva para microempresas **e** empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa **ou** empresa de pequeno porte.
- 4.5 A falsidade da declaração de que tratam os itens 4.3 e 4.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
- 4.6 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 4.7 Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 4.8 Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.9 Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.10 O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## **5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

5.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

***5.1.1 Valor unitário, Valor mensal e total estimado do item, nos moldes do Modelo anexo ao presente Edital;***

**5.1.2 Marca;**

**5.1.3 Fabricante;**

5.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver determinação legal de retenção de tributo, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais que sejam estabelecidos na legislação vigente.

5.6 As microempresas e empresas de pequeno porte impedidas de optar pelo Simples Nacional, ante as vedações previstas na Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderão aplicar os benefícios decorrentes desse regime tributário diferenciado em sua proposta, devendo elaborá-la de acordo com as normas aplicáveis às demais pessoas jurídicas.

5.6.1 Quando for o caso, e se vier a ser contratado, o licitante na situação descrita na subdivisão acima deverá requerer ao órgão fazendário competente a sua exclusão do Simples Nacional até o último dia útil do mês subsequente àquele em que ocorrida a situação de vedação, nos termos do art. 30, *caput*, inc. II, e § 1º, inc. II, da Lei Complementar nº 123, de 2006, apresentando à Administração a comprovação da exclusão ou o seu respectivo protocolo.

5.6.2 Se o Contratado não realizar espontaneamente o requerimento de que trata a subdivisão acima, caberá ao ente público contratante comunicar o fato ao órgão fazendário competente, solicitando que o Contratado seja excluído de ofício do Simples Nacional, nos termos do art. 29, inc. I, da Lei Complementar nº 123, de 2006.

5.7 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe a documentação que integra este Edital, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de utilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8 O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

5.9 Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

5.10 O descumprimento das regras supramencionadas por parte do Contratado pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas competente e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inc. IX, da Constituição Federal, e do art. 33, inc. X, da Constituição do Estado de São Paulo; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e do Contratado ao pagamento de indenização pelos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## **6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

6.1 A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

6.4 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5 O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

6.6 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.

6.7 O licitante somente poderá oferecer lance de **valor inferior** ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8 O intervalo mínimo de diferença de **valores** entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de **R\$ 15.000,00 (quinze mil reais)**

6.9 O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.10 O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado, definido no início deste Edital.

**6.11 Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, segundo o qual os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.**

**6.11.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de 15 (quinze) minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.**

**6.11.2 Encerrado o prazo previsto na subdivisão acima, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.**

**6.11.3 No procedimento de que trata a subdivisão anterior, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.**

**6.11.4 Não havendo pelo menos 3 (três) ofertas nas condições definidas nas duas subdivisões anteriores, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de 3 (três), oferecer um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.**

6.12 Após o término dos prazos estabelecidos nas subdivisões anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.14 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.15 No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.16 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.17 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

**6.18 Em relação à hipótese de itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§ 1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.**

**6.18.1 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.**

**6.18.2 A melhor classificada nos termos da subdivisão acima terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.**

**6.18.3 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido na subdivisão acima.**

**6.18.4 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nas subdivisões anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.**

**6.18.5 Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.**

6.19 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado (se adotado esse modo de disputa no início deste Edital e no item 6.11).

6.19.1 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, os critérios de desempate serão aqueles previstos no caput do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.19.1.1 disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.19.1.2 avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei nº 14.133, de 2021, conforme regulamento;

6.19.1.3 desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.19.1.4 desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.19.2 Persistindo o empate, será assegurada preferência, nos termos do § 1º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.19.2.1 empresas estabelecidas no território do Estado de São Paulo;

6.19.2.2 empresas brasileiras;

6.19.2.3 empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.19.2.4 empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.19.3 Caso persista o empate após obedecido o disposto no *caput* e no § 1º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, o desempate ocorrerá por sorteio, a ser realizado em local, data e horário que serão divulgados por meio de mensagem no sistema, sendo facultada a presença a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.19.4 Será observado o disposto no § 2º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, e no inciso III do art. 41 c/c o inciso I do art. 58 da Lei Complementar nº 225, de 2026, quando for o caso.

6.20 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese de a proposta do primeiro colocado permanecer **acima do preço máximo** definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.20.1 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do orçamento estimado definido pela Administração.

6.20.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.20.3 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.20.4 O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, de documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.20.5 É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante antes de findo o prazo, ou de ofício, a critério do pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio da documentação exigida.

6.21 Após a negociação do preço, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## 7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1 Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, na legislação correlata, e no item 3.6 deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1 Sicaf;

7.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - Ceis, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portal.datransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.3 Cadastro Nacional de Empresas Punidas – Cnep, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portal.datransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.4 Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça ([http://www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php));

7.1.5 Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>);

7.1.6 Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>); e

7.1.7 Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal – Cadin, de que trata a Lei nº 10.522, de 2002, no que concerne à medida prevista no inciso I, alíneas “b” e “c”, do art. 13 da Lei Complementar nº 225, de 2026.

7.2 Em relação a pessoa jurídica licitante, a consulta ao cadastro CNCIAI será realizada também quanto a seu sócio majoritário, por força do art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992.



7.3 Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, *caput*, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.3.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 1º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.3.2 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 2º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.3.3 Constatada a existência de sanção, o licitante será considerado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4 Caso atendidas as condições de participação, prosseguirá a análise da fase de julgamento da proposta classificada em primeiro lugar.

7.5 Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido a microempresas e empresas de pequeno porte, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5 e 4.4 deste Edital.

7.6 Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus Anexos.

7.6.1 Se a proposta vencedora for desclassificada, o pregoeiro examinará a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.6.2 Encerrada a fase de julgamento, caso se verifique a conformidade da proposta de que trata o item 7.6, o pregoeiro passará à verificação da documentação de habilitação do licitante conforme disposições do item 8.

7.7 Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1 conter vícios insanáveis;

7.7.2 não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste Edital ou em seus Anexos;

7.7.3 apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do orçamento estimado definido para a contratação;

7.7.4 não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.7.5 apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus Anexos, desde que insanável.

**7.8 Serão considerados indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.**

**7.8.1 A inexequibilidade, na hipótese de que trata a subdivisão acima, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:**

**7.8.1.1 que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e**

**7.8.1.2 inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.**

7.9 Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

**7.10 Considerando que o custo global estimado do objeto licitado é decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de planilha elaborada pela Administração conforme documentação anexada a este Edital, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.**

7.11 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

7.11.1 O ajuste de que trata a subdivisão acima se limita ao saneamento de erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

7.11.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.12 Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante ou da área especializada no objeto.

## **8. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

8.1 Os documentos que serão exigidos para fins de habilitação estão especificados no Anexo I deste Edital, consistindo na documentação necessária e suficiente para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira poderá ser substituída pelo registro cadastral no SicaF.

***8.1.2 Considerando que na presente licitação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do objeto da licitação, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia, ou de apresentar declaração de conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, observando-se o disposto na documentação que integra este Edital como Anexo.***

8.1.3 Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.2 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

8.3 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

8.4 Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133, de 2021).

8.5 Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.6 O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.7 A habilitação será verificada por meio do SicaF, quanto aos documentos por ele abrangidos.

8.7.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 4º, § 1º, e art. 6º, § 4º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

8.8 É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, *caput*, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

8.8.1 A não observância do disposto na subdivisão acima poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, parágrafo único, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

8.9 A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.9.1 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **2 (duas) horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.10 A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.10.1 Os documentos relativos à regularidade fiscal especificados na documentação que integra este Edital como Anexo somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.11 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei nº 14.133, de 2021, art. 64):

8.11.1 complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.11.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

8.12 Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.13 Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observado o prazo definido no item 8.9.1.

8.14 Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata a subdivisão anterior.

**8.15 A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação, exceto na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.**

**8.15.1 Havendo alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, o licitante habilitado nas condições da subdivisão acima deverá comprovar sua regularização sob pena de decadência, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeito de negativa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir do momento em que o licitante for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração.**

8.16 A disciplina da adjudicação e da homologação encontra-se no item 14 deste Edital.

## **9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**9.1 A disciplina deste item 9 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.**

## 10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

**10.1 A disciplina deste item 10 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.**

## 11. DOS RECURSOS

11.1 A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2 O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3 Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1 a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2 o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;

11.3.3 o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

11.4 Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7 O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8 O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados **pelo meio eletrônico: [ccc.spi@sp.gov.br](mailto:ccc.spi@sp.gov.br)**

## 12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1 Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante ou Contratado que, com dolo ou culpa:

12.1.1 der causa à inexecução parcial do contrato;

12.1.2 der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

12.1.3 der causa à inexecução total do contrato;

12.1.4 deixar de entregar a documentação exigida para o certame, inclusive não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;

12.1.5 salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta, em especial quando:

12.1.5.1 não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.5.2 recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.5.3 pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva

12.1.6 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.6.1 recusar-se, sem justificativa, a formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração;

12.1.7 ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

12.1.8 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

12.1.9 fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

12.1.10 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.10.1 agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.10.2 induzir deliberadamente a erro no julgamento

12.1.11 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

12.1.12 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

12.2 Com fundamento na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes, adjudicatários e/ou Contratado as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1 advertência;

12.2.2 multa;

12.2.3 impedimento de licitar e contratar; e

12.2.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.3 Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

12.3.2 as peculiaridades do caso concreto;

12.3.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

12.3.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública;

12.3.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**12.4 A sanção de multa será calculada em conformidade com a documentação que integra este instrumento, e aplicada após regular processo administrativo.**

12.4.1 A sanção de multa prevista no inciso II do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, calculada na forma deste Edital, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato (§ 3º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021).

12.5 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade de multa, garantido o exercício de prévia e ampla defesa.

12.6 Antes da aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7 A sanção de advertência será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência da infração administrativa relacionada no item 12.1.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

12.8 A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.9 A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.8, 12.1.9, 12.1.10, 12.1.11 e 12.1.12, bem como das infrações administrativas previstas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja extensão e duração observará o disposto no art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

12.10 A recusa injustificada do adjudicatário em formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração, descrita no item 12.1.6.1, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas (art. 90, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.11 A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta nos termos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante, o adjudicatário ou o Contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.12 As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

12.13 Da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 166 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.14 Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, caberá pedido de reconsideração no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 167 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.15 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.16 A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública.

12.17 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra o Edital, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.18 Os atos previstos como infrações administrativas na lei de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

12.19 A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 14.133, de 2021, ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, nos termos do art. 160 do referido diploma legal.

12.20 O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal (art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021).

### **13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

13.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar a impugnação ou o pedido de esclarecimento até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2 A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, **pelo correio eletrônico: ccc.spi@sp.gov.br**

13.3 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.3.1 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional, e, caso ocorra, será motivada nos autos do processo de licitação.

13.4 A decisão da impugnação ou a resposta ao pedido de esclarecimento serão divulgadas em sítio eletrônico oficial conforme especificado na subdivisão subsequente, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.4.1 As decisões das impugnações e as respostas aos pedidos de esclarecimento serão juntadas aos autos do processo licitatório, ficarão disponíveis para consulta por qualquer interessado, e serão publicadas **no sistema**, sem informar a identidade do responsável pela impugnação ou pelo pedido de esclarecimento.

13.5 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

13.6 A ausência de impugnação implicará na aceitação tácita, pelo licitante, das condições previstas neste Edital e em seus Anexos.

13.7 A ausência de pedido de esclarecimento implicará na presunção de que os interessados não tiveram dúvidas a respeito da presente licitação, razão pela qual não serão admitidos questionamentos extemporâneos.

#### **14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

14.1 Exaurida a fase recursal, será observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.1.1 Constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade superior adjudicará o objeto da licitação ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.

#### **14.2 A disciplina da formalização da contratação observará o disposto nas subdivisões deste item 14.2.**

**14.2.1 Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, sua formalização ocorrerá mediante a assinatura de Termo de Contrato, cuja minuta integra este Edital como Anexo.**

**14.2.1.1 Se, por ocasião da formalização da contratação, algum dos documentos apresentados pelo adjudicatário para fins de comprovação das condições de habilitação estiver com o prazo de validade expirado, a Administração verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações e certificará a regularidade nos autos do processo, anexando a ele os documentos comprobatórios, salvo impossibilidade devidamente justificada.**

**14.2.1.2 Se não for possível atualizar os documentos referidos na subdivisão acima por meio eletrônico hábil de informações, o adjudicatário será notificado para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em plena vigência, sob pena de a contratação não se realizar.**

**14.2.1.3 Constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome do adjudicatário no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – Cadin estadual”, de que trata a Lei estadual nº 12.799, de 2008. Esta condição será considerada cumprida se o devedor comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do art. 8º, §§ 1º e 2º, da Lei estadual nº 12.799, de 2008.**

**14.2.1.4 Com a finalidade de verificar se o licitante mantém as condições de participação no certame, serão novamente consultados, previamente à celebração da contratação, os cadastros especificados no item 7.1 deste Edital.**

**14.2.1.5 Constitui(em), igualmente, condição(ões) para a celebração da contratação:**

**14.2.1.5.1 a apresentação do(s) documento(s) que deva(m) ser exibido(s) pelo adjudicatário anteriormente ou por ocasião da celebração da contratação, caso exigida em disposição(ões) ou declaração(ões) específica(s) que esteja(m) prevista(s) neste instrumento ou na documentação que o integra como Anexo;**

**14.2.2 O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decadência do direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.**

**14.2.2.1 O contrato será assinado com a utilização de meio eletrônico, nos termos da legislação aplicável.**

**14.2.2.2 O prazo para assinatura previsto na subdivisão anterior poderá ser prorrogado por igual período, por solicitação justificada do interessado e aceita pela Administração.**

**14.2.2.3 Será considerado celebrado o contrato, em caso de assinaturas por meio eletrônico em datas diferentes, na data da última assinatura eletrônica das partes do termo contratual.**

**14.2.3 Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar manter as condições de habilitação e preencher as condições de contratação consignadas neste Edital, ou não assinar o contrato, ou recusar a contratação, a Administração, sem prejuízo da apuração do cabimento de aplicação de sanções e das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar os licitantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação, para a celebração do contrato em conformidade com o procedimento e as condições estabelecidas no art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021.**

**14.2.4 Será facultada à Administração a convocação dos demais licitantes classificados para a contratação de remanescente em consequência de rescisão de contrato celebrado com fundamento nesta licitação, observados os critérios estabelecidos no § 7º do art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021.**

14.3 Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.4 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o 1º (primeiro) dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo pregoeiro.

14.5 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.6 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.7 As normas disciplinadoras da licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse público, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.8 Os casos omissos serão solucionados pelo pregoeiro.

14.9 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.10 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.11 No julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.



14.11.1 As falhas passíveis de saneamento na documentação apresentada pelo licitante são aquelas cujo conteúdo retrate situação fática ou jurídica já existente na data da abertura da sessão pública deste Pregão.

14.11.2 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público, nos termos do inc. III do art. 12 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.12 Em relação à disciplina acerca de programas de integridade, será observado o disposto no Decreto estadual nº 69.861, de 11 de setembro de 2025, e na Resolução CGE nº 4, de 27 de fevereiro de 2026, quando for o caso.

14.13 Caso seja vencedor da licitação, o licitante a ser contratado estará sujeito à assinatura de Termo de Ciência e de Notificação, quando prevista a sua apresentação em ato normativo editado pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, conforme a disciplina aplicável.

14.14 O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) **e no sítio eletrônico [https://www.parceriaseminvestimentos.sp.gov.br/sec-parcerias-investimentos/transparencia/contratos\\_e\\_compras\\_publicas/licita%C3%A7%C3%B5es](https://www.parceriaseminvestimentos.sp.gov.br/sec-parcerias-investimentos/transparencia/contratos_e_compras_publicas/licita%C3%A7%C3%B5es)**

14.15 Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.

14.16 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

**14.15.1 ANEXO I - Termo de Referência;**

**14.15.1.1 Anexo I.1 – Estudo Técnico Preliminar;**

**14.15.1.2 Anexo I.2 - Relação de Materiais e Equipamentos;**

**14.15.2 ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato;**

**14.15.3 ANEXO III – Cópia do ato normativo sobre sanções aplicável;**

**14.15.4 ANEXO IV – Modelos(s) referente(s) a planilha de proposta;**

**14.15.5 ANEXO V – Modelo(s) de Declaração(ões);**

**14.15.6 ANEXO VI – Planilha orçamentária;**

**14.15.7 ANEXO VII – Avaliação de Execução de Serviços;**

**São Paulo, na data da assinatura digital**

## 2. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**JULIANA CRISTINA MORELLI**

Responsável pela Elaboração do Documento



Assinou eletronicamente em 06/05/2026 às 16:54:14.

**LAERCIO PAULINO SIMOES**

Autoridade competente



*Assinou eletronicamente em 08/05/2026 às 16:07:18.*

ESP-CENTRO ADMINISTRATIVO - PARCERIA INVEST.

TERMO DE REFERÊNCIA 17/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
17/2026	390105-ESP-CENTRO ADMINISTRATIVO - PARCERIA INVEST.	RENATA VIDICA MARQUES DE CAMARGO	09/04/2026 16:20 (v 0.9)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado com dedicação exclusiva de mão de obra		021.00000288/2026-67

TERMO DE REFERÊNCIA

SECRETARIA DE PARCERIAS EM INVESTIMENTOS

(Processo Administrativo nº 021.00000288/2026-67)

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de serviços contínuos de copeiragem com fornecimento de todos os materiais de consumo, materiais de limpeza/higiene, uniforme e equipamentos necessários à execução dos serviços, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência, de acordo com as subdivisões na forma de itens que compõem este instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL	VALOR UNITÁRIO (se não for sigiloso)	VALOR TOTAL (se não for sigiloso)
1	Contratação de serviços contínuos de copeiragem com fornecimento de todos os materiais de consumo, materiais de limpeza /higiene, uniforme e equipamentos necessários à execução dos serviços.	14397	Unidade (Mês)	30 meses	R\$ 66.527,37	R\$ 1.995.821,31

1.1.1. Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência.

1.1.2. Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com o Decreto estadual nº 68.185, de 11 de dezembro de 2023.

1.1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como serviços de luxo, observando o disposto no Decreto estadual nº 67.985, de 27 de setembro de 2023.

1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como serviços comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar, elaborado nos termos do Decreto estadual nº 68.017, de 11 de outubro de 2023.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 30 (trinta) meses, contados da data de emissão da Ordem de Início dos Serviços, prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.3.1. O serviço é enquadrado como serviço contínuo, tendo em vista *que é essencial às atividades da administração, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando o Estudo Técnico Preliminar.*

1.4. O contrato estabelece a disciplina que será aplicada em relação à vigência da contratação.

#### **Subcontratação**

1.5. O Contratado não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratual.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

2.1. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, nos termos do Decreto estadual nº 67.689, de 3 de maio de 2023, conforme detalhamento a seguir:

ID PCA no PNCP: 96480850000103-0-000003/2026;

I) Data de publicação no PNCP: 07/01/2026;

II) Id do item no PCA: 105;

III) Classe/Grupo: 859;

Identificador da Futura Contratação: 390105-21/2026.

## **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO**

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

## **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

#### **Sustentabilidade**

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos:

4.1.1. Utilizar, no todo ou em parte, material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR 15448-1 e 15448-2;;

4.1.2. Adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138/2003;

4.1.3. Respeitar as Normas Brasileiras-NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;

4.1.4. Usar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;

4.1.5. Observar a Resolução CONAMA nº 20/1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;

4.1.6. Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;

4.1.7. Dar destinação ambiental adequada às pilhas e baterias usadas ou inservíveis, conforme Resolução CONAMA Nº 257/1999;

4.1.8. Racionalização do consumo de energia elétrica e de água;

4.1.9. Verificar vazamentos nas torneiras ou nos sifões;

4.1.10. Evitar ao máximo o uso de extensões elétricas;

4.1.11. Conduzir suas ações em conformidade com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis, quando necessário, observando também a legislação ambiental para a prevenção de adversidades ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores envolvidos na prestação dos serviços;

4.1.12. Acondicionamento dos resíduos sólidos reutilizáveis e recicláveis adequadamente e de forma diferenciada, para fins de disponibilização à coleta em conformidade com as diretrizes da CONTRATANTE;

4.1.13. Destinação adequada dos resíduos gerados nas atividades das copas;

4.1.14. Não utilizar na execução dos serviços quaisquer substâncias que destroem a camada de ozônio abrangidas pelo Protocolo de Montreal, notadamente CFCs, Halons, CTC e tricloroetano, ou de qualquer produto ou equipamento que as contenha ou delas façam uso, à exceção dos usos permitidos pelo próprio Protocolo, conforme Decreto nº 2.783, de 1998 e Resolução CONAMA nº 267, de 2000 e legislação correlata.

#### **Indicação de marcas ou modelos**

4.2. Na presente contratação será admitida a indicação da(s) marca(s), característica(s) ou modelo(s), de acordo com as justificativas contidas no Estudo Técnico Preliminar e indicadas no Anexo deste Termo de Referência.

#### **Garantia da contratação**

4.3. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato.

4.4. No prazo de convocação para formalização da contratação, e anteriormente à celebração da contratação, o fornecedor deverá prestar garantia, podendo optar por uma das seguintes modalidades:

I - Caução em dinheiro. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada mediante depósito bancário em favor do Contratante no Banco do Brasil, em conta que contemple a correção monetária do valor depositado;

II - Caução em títulos da dívida pública. Serão admitidos apenas títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente;

III - Fiança bancária. Feita a opção pela fiança bancária, no instrumento deverá constar a renúncia expressa do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil. Será admitida fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil;

IV - Seguro-garantia. A apólice de seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados em conformidade com a subdivisão posterior, observada a legislação que rege a matéria. Caso tal cobertura não conste expressamente da apólice, o fornecedor vencedor poderá apresentar declaração firmada pela seguradora emitente afirmando que o seguro-garantia apresentado é suficiente para a cobertura de todos os eventos indicados em conformidade com a subdivisão posterior, observada a legislação que rege a matéria;

V - Título de capitalização. Serão admitidos apenas títulos de capitalização conforme a modalidade instrumento de garantia custeados por pagamento único, com resgate pelo valor total, emitidos com observância da legislação que rege a matéria.

4.4.1. A não prestação da garantia equivale à recusa injustificada de formalização da contratação, caracterizando descumprimento total da obrigação assumida e sujeitando o fornecedor vencedor às sanções previstas nas normas pertinentes.

4.5. O contrato estabelece a disciplina que será aplicada em relação à garantia da contratação.

#### **Vistoria**

4.6. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 09 (nove) horas às 18 (dezoito) horas.

4.7. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.8. Para a vistoria, o representante legal do fornecedor ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pelo fornecedor comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.9. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal de seu representante legal de que conhece o local e as condições da realização do objeto, ou declaração formal assinada por seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.10. O interessado não poderá pleitear modificações nos preços, nos prazos ou nas condições contratuais, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou de informações sobre o local em que será realizado o objeto da contratação.

## **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

## **Condições de execução**

### **5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:**

#### **5.1.1. Início da execução do objeto: na data estipulada na Ordem de Início de Serviços.**

**5.1.1.1. Caso ocorra mudança de endereço do local, onde os serviços serão prestados, e desde que dentro do município de São Paulo, e em condições análogas, a licitante vencedora fica obrigada a aceitar esta alteração.**

**5.1.1.2. A Contratada somente poderá iniciar suas atividades desde que carteiras e contratos de trabalho dos colaboradores estejam devidamente regularizados.**

**5.1.1.3. Os funcionários deverão ter os materiais necessários para o início e regular execução das atividades inerentes ao objeto da presente contratação.**

**5.1.1.4. A CONTRATADA deverá disponibilizar, desde o início da execução dos serviços, profissionais devidamente uniformizados, em conformidade com os padrões estabelecidos pela CONTRATANTE, devendo zelar pela adequada apresentação, conservação e substituição dos uniformes sempre que necessário, de modo a garantir a padronização, higiene e identificação dos empregados durante toda a execução contratual.**

#### **5.1.2. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias, procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho:**

**5.1.3 A CONTRATADA deverá, na data estabelecida para o início da execução dos serviços, alocar a mão de obra no Prédio da SPI, nos horários fixados, comunicando previamente à CONTRATANTE qualquer impedimento que possa comprometer o regular início das atividades.**

**5.1.4. O efetivo deverá ser distribuído conforme a necessidade dos serviços, de modo a assegurar a qualidade e a continuidade da execução contratual.**

**5.1.5. Caberá exclusivamente à CONTRATADA a seleção, recrutamento, substituição e reposição dos profissionais necessários à execução dos serviços.**

**5.1.6. A CONTRATADA deverá disponibilizar profissionais com, no mínimo, ensino fundamental completo e experiência mínima comprovada de 6 (seis) meses em atividades compatíveis com o objeto da contratação, devendo observar as seguintes normas de conduta:**

**a) apresentar-se pontualmente ao serviço, devidamente uniformizado, com boa apresentação pessoal, asseio e identificado por meio de crachá;**

**b) cumprir as normas internas da CONTRATANTE, bem como as orientações da fiscalização e do preposto da CONTRATADA;**

**c) desempenhar as atividades com organização, eficiência, atenção e comprometimento com a qualidade dos serviços;**

**d) comunicar imediatamente à fiscalização qualquer irregularidade, inclusive desaparecimento ou dano de materiais, utensílios ou equipamentos;**

**e) zelar pela limpeza, organização e conservação do ambiente de trabalho, bem como dos materiais, equipamentos, máquinas e acessórios utilizados na execução dos serviços;**

**f) observar as normas de etiqueta, postura profissional e as técnicas adequadas para atendimento e prestação dos serviços de copeiragem, especialmente no atendimento a autoridades, servidores e visitantes;**

**g) abster-se de abordar dirigentes, servidores, autoridades, visitantes ou usuários para tratar de assuntos particulares, solicitar benefícios pessoais ou tratar de temas alheios à execução contratual;**

**h) tratar assuntos relacionados à execução dos serviços exclusivamente com o preposto da CONTRATADA ou com a fiscalização do contrato;**

**i) evitar o uso de telefone celular, redes sociais ou outros dispositivos eletrônicos para fins particulares durante a jornada de trabalho, salvo em situações de necessidade devidamente justificadas;**

**j) manter postura profissional, tratando a todos com urbanidade, respeito e cordialidade;**

**k) abster-se de fumar nas dependências da CONTRATANTE ou nos postos de trabalho;**

**l) cumprir rigorosamente a jornada de trabalho estabelecida e permanecer no posto para atendimento das demandas do serviço;**

**m) manter sigilo sobre informações, reuniões, agendas institucionais e assuntos dos quais tenha conhecimento em razão da execução dos serviços;**

**n) participar dos treinamentos e orientações operacionais e comportamentais eventualmente promovidos ou exigidos pela CONTRATADA ou pela CONTRATANTE;**

**o) manter conduta compatível com o ambiente institucional, podendo a CONTRATANTE solicitar a substituição do profissional que apresentar comportamento inadequado ou desempenho insatisfatório.**

**5.1.7. A CONTRATANTE poderá solicitar, mediante justificativa, a substituição de qualquer profissional que apresente conduta inadequada, desempenho insatisfatório, descumprimento das normas internas ou incompatibilidade com o ambiente institucional, devendo a CONTRATADA providenciar a substituição no prazo máximo de até 24 (vinte e quatro) horas.**

5.1.7.1. A substituição deverá ocorrer sem ônus adicional para a CONTRATANTE.

5.1.8. A CONTRATADA deverá assegurar que todos os profissionais designados para execução dos serviços recebam treinamento prévio quanto às rotinas operacionais, normas de conduta, técnicas de atendimento, manipulação de alimentos e bebidas, uso adequado de equipamentos e práticas de higiene e segurança.

5.1.9. Sempre que houver substituição de profissionais, a CONTRATADA deverá garantir que o novo colaborador esteja devidamente treinado antes do início das atividades.

5.1.10. A CONTRATANTE poderá, sempre que necessário, orientar ou solicitar treinamentos complementares relacionados às rotinas específicas do órgão.

**Local e horário da prestação dos serviços**

5.2. Os serviços serão prestados nas dependências do prédio sede da Secretaria de Parcerias em Investimentos - SPI, localizado na Rua Iaiá, 126 – Itaim Bibi – São Paulo/SP – CEP 04542-060, abrangendo todos os andares e ambientes destinados às atividades institucionais, devendo atender às demandas da SPI e dos demais órgãos instalados no edifício.

5.3. Os serviços serão executados de segunda-feira a sexta-feira, no período compreendido entre 07h00 e 20h00, observada a distribuição dos postos de trabalho conforme escala operacional definida pela CONTRATANTE:

TIPO	QUANTIDADE DE FUNCIONÁRIO POR POSTO	JORNADA DE TRABALHO - INÍCIO	JORNADA DE TRABALHO - TÉRMINO)
Copeira	02	07 horas	16 horas
Copeira	01	08 horas	17 horas
Copeira	01	09 horas	18 horas
Garçom	01	08 horas	17 horas
Garçom	02	09 horas	18 horas
Garçom	01	10 horas	19 horas

5.4. Cada posto de trabalho deverá cumprir jornada semanal de 40 (quarenta) horas, com intervalo de 01 (uma) hora para refeição e descanso, conforme legislação trabalhista vigente.

5.4.1. Não será exigida cobertura específica para horário de almoço (“almocista”), devendo a CONTRATADA organizar as escalas de trabalho de forma a garantir a continuidade da prestação dos serviços durante todo o período de funcionamento.

5.5. A execução dos serviços nas copas institucionais deverá ocorrer continuamente durante o período estabelecido no subitem 5.3., observadas as demandas operacionais da CONTRATANTE.;

**5.6. Controle de Frequência e Cobertura de Ausências**

5.6.1. A CONTRATADA será responsável pelo controle da frequência e assiduidade dos profissionais alocados na execução dos serviços, devendo manter sistema de registro de ponto nas dependências da CONTRATANTE.

5.6.2. Os registros de frequência deverão ser individualizados por empregado e permanecer disponíveis nas dependências da CONTRATANTE, assegurando à fiscalização contratual livre acesso para consulta, acompanhamento e conferência.

5.6.3. A CONTRATADA deverá disponibilizar, sempre que solicitado, relatórios ou cópias dos registros de frequência, inclusive para fins de auditoria e acompanhamento da execução contratual.

5.6.4. Os postos de serviço não poderão permanecer descobertos. Nas hipóteses de faltas, afastamentos, férias ou licenças, a CONTRATADA deverá providenciar substituição no prazo máximo de até 2 (duas) horas do início da jornada do profissional, mantendo as mesmas qualificações exigidas para o posto.

5.6.5. A CONTRATADA deverá comunicar imediatamente à fiscalização qualquer ocorrência que possa comprometer o cumprimento da jornada de trabalho ou a continuidade da prestação dos serviços.

5.6.6. Excepcionalmente, mediante necessidade da CONTRATANTE, os serviços poderão ser prestados fora do horário regular, inclusive aos sábados, respeitada a legislação trabalhista vigente.

5.6.7. A realização de serviços extraordinários será previamente comunicada à CONTRATADA com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas.

5.6.8. As horas extraordinárias eventualmente realizadas deverão observar os limites legais e serão remuneradas conforme legislação trabalhista aplicável e disposições contratuais.

5.6.9. A CONTRATADA deverá atender às demandas extraordinárias mantendo os mesmos padrões de qualidade, eficiência e regularidade exigidos para os serviços regulares.

#### **Rotinas a serem cumpridas**

##### **Diariamente**

5.7. Preparar café em horários preestabelecidos, bem como chás, sucos, chocolate e demais bebidas solicitadas, desde que autorizado pela fiscalização do contrato;

5.8. Servir, conforme demanda da CONTRATANTE, café, chá (água fervente), água e outras bebidas nas copas, salas de reunião e demais ambientes institucionais, providenciando a reposição sempre que necessário e realizando, ao final, o recolhimento dos utensílios e a limpeza do local.

5.9. Disponibilizar, em todos os andares do prédio, garrafas térmicas com café e chá (água fervente), promovendo seu recolhimento ao final do expediente, com higienização e preparo para uso no dia seguinte.

5.10. Lavar adequadamente os utensílios de copa e cozinha, utilizando produtos sustentáveis (preferencialmente biodegradáveis), bem como esponjas e panos macios, evitando danos ou riscos às peças.

5.11. Realizar a limpeza de pisos, bancadas, pias, armários, mesas, máquinas de café, parte externa de bebedouros e purificadores de água, carrinhos de transporte, micro-ondas, geladeiras e demais eletrodomésticos e mobiliários das copas e do refeitório, com utilização de produtos de limpeza sustentáveis.

5.12. Realizar o descarte do lixo das copas e do refeitório em sacos adequados, observando as normas de coleta seletiva de resíduos.

5.13. Zelar permanentemente pela limpeza, organização, higiene e segurança das copas e do refeitório, evitando o acúmulo de resíduos e utensílios sujos.

5.14. Proceder à conferência dos utensílios disponibilizados, comunicando ao preposto da CONTRATADA eventuais necessidades de reposição.

5.15. Comunicar ao gestor e ao fiscal do contrato a necessidade de reposição de materiais, insumos e utensílios, bem como a ocorrência de defeitos ou necessidade de manutenção em equipamentos e instalações, devendo tais informações constar em relatório periódico.

5.16. Manter-se no posto de trabalho, executando exclusivamente as atividades relacionadas ao objeto contratual e observando as orientações da fiscalização e do preposto da CONTRATADA.

5.17. Tratar servidores, colaboradores, visitantes e demais usuários com urbanidade, cordialidade e postura profissional adequada.

5.18. Manter integração e cooperação com os demais profissionais envolvidos na execução dos serviços.

5.19. Zelar pela utilização de linguagem formal e adequada ao ambiente institucional.

5.20. Evitar o uso de produtos com odores intensos que possam interferir no manuseio de alimentos e utensílios.

5.21. Executar outras atividades correlatas à função, desde que compatíveis com o objeto contratado.

5.22. Em caso de necessidade, a copeira deverá servir café, chá e/ou água mineral mais vezes que o estabelecido.

##### **Semanalmente**

5.23. Realizar limpeza geral das copas, incluindo lavagem detalhada dos revestimentos das paredes, bem como higienização interna de geladeiras, bebedouros e demais equipamentos.

5.24. Executar as demais atividades atinentes ao cargo.



### **Ocasionalmente**

5.25. Preparar e servir café, chá, sucos e demais bebidas em eventos institucionais, bem como auxiliar na organização e montagem de mesas para lanches, quando previamente autorizado pela fiscalização do contrato.

5.26. Realizar inspeções periódicas nas instalações e equipamentos, comunicando à CONTRATANTE a ocorrência de irregularidades, tais como:

- Vidros quebrados ou trincados;
- Lâmpadas queimadas;
- Fechaduras danificadas;
- Vazamentos em torneiras, sifões ou instalações hidráulicas;
- Mau funcionamento de equipamentos elétricos e eletrodomésticos (geladeira, fornos micro-ondas, exaustor, purificadores de água e fogão);
- Danos ou desgaste em garrafas térmicas, mobiliários e utensílios.

5.27. Controlar o estoque dos insumos e materiais disponibilizados aos usuários.

5.28. Os postos de trabalho poderão ser redistribuídos pela CONTRATANTE entre os andares ou unidades instaladas no prédio, conforme necessidade administrativa, sem prejuízo da qualidade e continuidade dos serviços.

### **Materiais a serem disponibilizados**

5.29. Para a perfeita execução dos serviços, o Contratado deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades estabelecidas no Anexo I deste Termo de Referência, promovendo sua substituição quando necessário.

### **Fornecimento de Utensílios, Insumos e Equipamentos**

5.29.1. A CONTRATADA deverá fornecer, às suas expensas, todos os materiais de consumo, insumos, utensílios, equipamentos, ferramentas e demais itens necessários à perfeita execução dos serviços de copeiragem, em quantidade suficiente e com qualidade compatível com as especificações estabelecidas no Anexo deste Termo de Referência.

5.29.2. Os materiais, insumos e equipamentos deverão ser novos, adequados ao uso, em perfeitas condições de funcionamento e atender às normas técnicas e sanitárias vigentes, bem como aos critérios de sustentabilidade ambiental aplicáveis.

5.29.3. A CONTRATADA será responsável pelo controle, reposição, armazenamento, transporte e substituição dos itens fornecidos, devendo manter estoque suficiente para evitar interrupções na prestação dos serviços.

5.29.4. As tabelas constantes do Anexo I deste Termo de Referência apresentam a relação mínima estimada de materiais, insumos e equipamentos a serem disponibilizados pela CONTRATADA, podendo ser ajustadas durante a execução contratual, conforme a necessidade da CONTRATANTE, sem prejuízo da manutenção da qualidade e da continuidade dos serviços.

5.30. Os materiais deverão ser entregues no Prédio da Secretaria de Parcerias em Investimentos – SPI, junto à Coordenadoria de Gestão de Infraestrutura – CGI, no início da execução contratual, nas quantidades estimadas previstas neste Termo de Referência. Eventuais reposições ou fornecimentos complementares deverão ser solicitados pelo Gestor do Contrato, devendo a CONTRATADA realizar a entrega no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados do recebimento da solicitação.

5.31. Mensalmente a fiscalização do contrato realizará a medição dos produtos solicitados e entregues. Somente os produtos solicitados e entregues serão faturados conjuntamente com os serviços prestados após medição e aprovação do fiscal do contrato.

5.32. Os quantitativos não utilizados em um mês poderão ser acrescidos dos quantitativos dos meses subsequentes até o limite máximo estimado.

5.33. Os produtos deverão ser entregues dentro do prazo de validade, devendo, quando da entrega, a sua data de fabricação não ser inferior a 80% do prazo de validade.

5.34. Os gêneros alimentícios deverão ser de primeira qualidade, de marcas reconhecidas no mercado, previamente informadas e aprovadas pela CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após sua apresentação.

5.35. O fornecimento de água mineral será de responsabilidade da CONTRATANTE.

5.36. A aquisição, transporte, armazenagem, controle de estoque e distribuição dos materiais e insumos necessários à execução dos serviços serão de inteira responsabilidade da CONTRATADA.

5.37. A CONTRATANTE disponibilizará área adequada para armazenamento dos materiais de consumo utilizados na execução dos serviços, cuja organização, controle e conservação serão de responsabilidade da CONTRATADA.

5.38. A CONTRATADA deverá utilizar detergente e sabão neutro para higienização das mãos e dos utensílios, bem como fornecer todos os materiais necessários à limpeza, higiene e conservação dos utensílios e equipamentos utilizados no preparo e distribuição de bebidas, devendo, preferencialmente, utilizar produtos biodegradáveis e de primeira qualidade.

5.39. A CONTRATANTE poderá, a qualquer tempo, determinar a substituição de materiais, insumos ou produtos que, a critério da fiscalização contratual, sejam considerados inadequados, de qualidade inferior ou potencialmente prejudiciais à saúde dos usuários ou à conservação do patrimônio público, devendo a CONTRATADA providenciar a substituição imediata, sem ônus adicional para a Administração.

**Informações relevantes para o dimensionamento da proposta**

5.40. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.40.1. O Prédio conta com 13 andares, divididos em lado A e lado B, medindo 741,15 m2 cada andar, perfazendo-se um total de 9.634,95m2.

**Especificação da garantia do serviço**

5.41. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

**Uniformes**

5.42. Os uniformes a serem fornecidos pelo Contratado a seus empregados deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada no órgão contratante, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, sem qualquer repasse do custo para o empregado, observando o disposto nas subdivisões seguintes:

5.42.1. O uniforme deverá compreender as seguintes peças do vestuário:

ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE ANUAL POR PROFISSIONAL	QUANTIDADE TOTAL POR PROFISSIONAL (30 MESES)
Calça social comprida, na cor preta.	Unidade	4	10
Blusa de mangas curtas na cor branca.	Unidade	4	10
Blusa de mangas compridas na cor preta.	Unidade	4	10
Avental de peito na cor branca, sem bolso, com amarração no pescoço e na cintura.	Unidade	4	10
Par de sapatos, solado antiderrapante, na cor preta sem salto.	Unidade	2	5
Pares de meias na cor branca	Unidade	10	25
Rede para Proteção do cabelo em tela, na cor preta.	Unidade	4	10

5.42.1.1. A CONTRATADA deverá fornecer 02 (dois) conjuntos completos ao empregado no início da execução do contrato, devendo ser substituído 01 (um) conjunto completo de uniforme a cada 06 (seis) meses, ou a qualquer época, no prazo máximo de 72 (setenta e duas horas) horas, após comunicação escrita do Contratante, sempre que não atendam as condições mínimas de apresentação;

5.42.2. As peças devem ser confeccionadas com tecido e material de qualidade.

5.42.3. No caso de empregada gestante, os uniformes deverão ser apropriados para a situação, e deverão ser substituídos sempre que estiverem apertados;

*5.42.4. Os uniformes deverão ser entregues mediante recibo, cuja cópia, devidamente acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada ao servidor responsável pela fiscalização do contrato.*

### **Procedimentos de transição e finalização do contrato**

*5.43. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.*

## **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o Contratante e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O Contratante poderá convocar representante do Contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a celebração da contratação, o Contratante poderá convocar o representante do Contratado para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

### **Preposto**

6.6. O Contratado designará formalmente o seu preposto, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.7. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto do Contratado, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

### **Rotinas de Fiscalização**

6.8. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelo(s) respectivo(s) substituto(s) (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

### **Fiscalização Técnica**

6.9. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17).

6.10. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, § 1º, e Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, II).

6.11. O fiscal técnico realizará, em conformidade com cronograma físico-financeiro, as medições dos serviços executados e aprovará a planilha de medição emitida pelo Contratado (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, III).

6.12. O fiscal técnico adotará medidas preventivas de controle de contratos, manifestando-se quanto à necessidade de suspensão da execução do objeto (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, IV).

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso (Lei nº 14.133, de 2021, artigo 117, § 2º).

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, II).

6.15. A fiscalização técnica do contrato deve avaliar constantemente a execução dos serviços através do Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Anexo do Edital para aferição da qualidade da prestação dos serviços, que poderá acarretar o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos.

6.16. Durante a execução do objeto, fase do recebimento provisório, o fiscal técnico designado deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer ao Contratado a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

6.17. O fiscal técnico do contrato deverá apresentar ao preposto do Contratado a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

6.18. O preposto deverá assinar no documento, tomando ciência da avaliação realizada.

- 6.19. O Contratado poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.
- 6.20. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores que sejam previstos na documentação que compõe a contratação, devem ser aplicadas sanções ao Contratado de acordo com as regras previstas no ato convocatório.
- 6.21. É vedada a atribuição ao Contratado da avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços por ele realizada.
- 6.22. O fiscal técnico poderá realizar a avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.
- 6.23. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos na Lei nº 14.133, de 2021 (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, artigo 17, parágrafo único, 6).
- 6.24. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento do Contratado que contenha a relação detalhada destes, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso (art. 47, § 2º, Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 05, de 2017, c/c a Instrução Normativa SEGES/ME nº 98, de 2022, e o artigo 1º, VII, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023).
- 6.25. A fiscalização de que trata este item 6 não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante.
- 6.26. As disposições previstas neste Termo de Referência quanto à fiscalização técnica não excluem a incidência de outras regras da legislação que disciplina a fiscalização contratual.
- 6.27. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos ao Contratado, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

#### **Fiscalização Administrativa**

- 6.28. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, II e III).
- 6.29. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, IV).
- 6.30. A fiscalização administrativa poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.
- 6.31. Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais exigir-se-á, dentre outras, as seguintes comprovações em relação aos empregados diretamente envolvidos na execução da contratação (os documentos poderão ser originais ou cópias autenticadas por cartório competente ou por servidor da Administração), no caso de Contratado que mantém vínculos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT):
- 6.31.1. No 1º (primeiro) mês da prestação dos serviços, o Contratado deverá apresentar a seguinte documentação:
- 6.31.1.1. Relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, número da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;
  - 6.31.1.2. Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pelo Contratado;
  - 6.31.1.3. Exames médicos admissionais dos empregados do Contratado que prestarão os serviços;
  - 6.31.1.4. Cópia de Acordo Coletivo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Sentença Normativa vigentes, e, ao longo da vigência da contratação, do(s) instrumento(s) que o suceda(m); e
  - 6.31.1.5. Comprovação de capital social integralizado compatível com o número de empregados, na forma do art. 4º-B da Lei nº 6.019, de 1974;
- 6.31.2. Até o dia 30 (trinta) do mês seguinte ao da prestação dos serviços (ou último dia do mês seguinte ao da prestação dos serviços, se não houver equivalente), o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato os seguintes documentos, quando não for

possível a verificação da regularidade destes no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (Sicaf) ou em outros meios eletrônicos hábeis de informações:

6.31.2.1 Certidão Negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;

6.31.2.2. Certidões que comprovem regularidade fiscal perante as Fazendas Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital do domicílio ou sede do Contratado que tenham sido exigidas para fins de habilitação neste instrumento;

6.31.2.3. Certidão de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (CRF - FGTS); e

6.31.2.4. Certidão Negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de Débitos Trabalhistas;

6.31.3. Quando solicitado pelo Contratante e no prazo fixado, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização da contratação os documentos comprobatórios do cumprimento das obrigações trabalhistas e com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) em relação a qualquer dos empregados diretamente envolvidos na execução da contratação, em especial quanto aos seguintes documentos, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços (art. 50 da Lei nº 14.133, de 2021):

6.31.3.1. Extrato da conta do INSS e do FGTS do empregado;

6.31.3.2. Cópia da folha de pagamento analítica, em que conste como tomador o Contratante;

6.31.3.3. Cópia dos contracheques dos empregados ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;

6.31.3.4. Comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros) e de cumprimento de outras exigências a que estiver obrigado por força de lei, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho; e

6.31.3.5. Comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato;

6.31.4. O Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização da contratação cópia da documentação abaixo relacionada, quando da extinção do contrato, até 10 (dez) dias após o último mês de prestação dos serviços:

6.31.4.1. Termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados que realizaram o serviço, nos termos da legislação em vigor, ou documentação que comprove que os empregados serão realocados em outra atividade do Contratado sem extinção de seus contratos de trabalho;

6.31.4.2. Documentação relativa à concessão de Aviso Prévio Trabalhado ou Indenizado, e ao pagamento de verbas rescisórias que forem devidas, referentes às rescisões contratuais, de forma a comprovar a quitação de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados;

6.31.4.3. Guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;

6.31.4.4. Extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado; e

6.31.4.5. Exames médicos demissionais dos empregados dispensados.

6.32. Nas hipóteses de exigência de comprovações de que tratam as subdivisões anteriores, a não apresentação dos documentos solicitados pela fiscalização contratual no prazo por ela fixado acarretará a aplicação de multa ao Contratado, conforme previsto no instrumento da contratação (art. 50 da Lei nº 14.133, de 2021).

6.33. Sempre que houver admissão de novo empregado pelo Contratado, os documentos correspondentes aos exigidos no 1º (primeiro) mês da prestação dos serviços conforme esta seção deverão ser apresentados em relação a cada novo empregado. O desligamento de empregados no curso do contrato administrativo deve ser devidamente comunicado ao Contratante, com a apresentação pelo Contratado de toda a documentação pertinente ao empregado dispensado, à semelhança do que se exige quando do encerramento do contrato administrativo.

6.34. O Contratante deverá analisar a documentação exigida por ocasião da extinção da contratação conforme esta seção no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento dos documentos, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias, justificadamente.

6.35. A cada período de 12 (doze) meses de vigência do contrato de trabalho, o Contratado deverá encaminhar termo de quitação anual das obrigações trabalhistas, na forma do art. 507-B da CLT, ou comprovar a tentativa de sua obtenção, relativamente aos empregados alocados em dedicação exclusiva, na prestação de serviços contratados, observando-se as seguintes disposições:

6.35.1. O termo de quitação anual efetivado deverá ser firmado junto ao respectivo Sindicato dos Empregados e obedecerá ao disposto no art. 507-B, parágrafo único, da CLT;

6.35.2. Para fins de comprovação da tentativa a que se refere a subdivisão anterior, será aceito qualquer meio de prova, tais como: recibo de convocação, declaração de negativa de negociação, ata de negociação, dentre outros;

6.35.3. Não haverá pagamento adicional pelo Contratante ao Contratado em razão do cumprimento das obrigações previstas na subdivisão anterior.

6.36. No caso de entidades diversas, será exigida a comprovação de atendimento a eventuais obrigações decorrentes da legislação que rege as respectivas organizações.

6.37. Os documentos necessários à comprovação do cumprimento das obrigações sociais trabalhistas poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração.

6.38. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, o Contratante oficiará à Receita Federal do Brasil (RFB).

6.39. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, o Contratante oficiará ao Ministério do Trabalho e Emprego.

6.40. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pelo Contratado, incluindo o descumprimento das obrigações trabalhistas, não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias ou para com o FGTS, ou a não manutenção das condições de habilitação pelo Contratado, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no instrumento da contratação e na legislação vigente, podendo culminar em extinção contratual, por ato unilateral e escrito do Contratante, com base nos arts. 50 e 121 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.40.1. O Contratante adotará as medidas cabíveis para assegurar o cumprimento das obrigações trabalhistas e demais obrigações contratuais pelo Contratado sempre que identificar descumprimento, inclusive quando for cientificado dessa circunstância por meio do recebimento de notificação formal enviada por trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou outro meio idôneo.

6.41. Caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, o Contratante comunicará o fato ao Contratado e reterá o pagamento da fatura mensal, até que a situação seja regularizada (art. 121, § 3º, inciso II, da Lei nº 14.133, de 2021).

6.41.1. Não havendo quitação das verbas trabalhistas por parte do Contratado no prazo de 15 (quinze) dias, o Contratante poderá efetuar o pagamento das verbas trabalhistas diretamente aos empregados do Contratado que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato, que serão deduzidas do pagamento devido ao Contratado.

6.41.1.1. O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pelo Contratante para acompanhar o pagamento das verbas mencionadas na subdivisão acima.

6.41.1.2. Os pagamentos das verbas trabalhistas diretamente aos empregados do Contratado não configuram vínculo empregatício, tampouco implicam a assunção de responsabilidade pelo Contratante em relação aos empregados do Contratado por quaisquer obrigações dele decorrentes.

6.42. O contrato só será considerado integralmente cumprido após a comprovação, pelo Contratado, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias e para com o FGTS referentes à mão de obra alocada em sua execução, inclusive quanto às verbas rescisórias.

6.43. O Contratado é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

6.44. A inadimplência do Contratado quanto aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.

6.45. Sempre que solicitado pelo Contratante, o Contratado deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas, nos termos do parágrafo único do art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.46. As disposições previstas neste Termo de Referência quanto à fiscalização administrativa não excluem a incidência de outras regras da legislação que disciplina a fiscalização contratual.

6.47. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.

#### **Gestor do Contrato**

6.48. O gestor do contrato exercerá a atividade de coordenação dos atos de fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual visando, entre outros, à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e extinção do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, inciso III do art. 2º).

6.49. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso IX).

6.50. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VI).

6.51. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VIII).

6.52. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VII e parágrafo único).

6.53. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## **7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

*7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Anexo do Edital, para aferição da qualidade da prestação dos serviços.*

*7.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:*

*7.1.1.1. não tenha produzido os resultados acordados;*

*7.1.1.2. tenha deixado de executar as atividades contratadas, ou não as tenha executado com a qualidade mínima exigida; ou*

*7.1.1.3. tenha deixado de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os tenha utilizado com qualidade ou quantidade inferior à demandada.*

*7.2. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.*

### **Do recebimento**

7.3. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 10 (dez) dias, pelo(s) fiscal(is) técnico e administrativo, mediante termo(s) detalhado(s), quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo (Art. 140, I, 'a', da Lei nº 14.133, de 2021, e arts. 17, X, e 18, VI, do Decreto estadual nº 68.220, de 2023).

7.4. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se refere a parcela a ser paga.

7.5. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico (Art. 17, X, Decreto estadual nº 68.220, de 2023).

7.6. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo (Art. 18, VI, Decreto estadual nº 68.220, de 2023).

7.7. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.8. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, que observará a periodicidade mensal:

7.8.1. o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos ao Contratado, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

7.8.2. o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.

7.9. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.10. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.11. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14.133, de 2021).

7.12. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

7.13. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.14. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

4.14.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VI);

7.14.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.14.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;

7.14.4. Comunicar ao Contratado para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização; e

7.14.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.15. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, se houver parcela incontroversa, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, com a comunicação ao Contratado para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.

7.16. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.17. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## **Liquidação**

7.18. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, a contar de seu recebimento pela Administração, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, justificadamente, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais (art. 7º, I, e §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 4 de novembro de 2022, c/c o Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.19 Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como, caso aplicáveis:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.20. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

7.21. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao Sicaf ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.22. A Administração deverá realizar consulta ao Sicaf para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, tais como proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 26 de abril de 2018 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).



7.23. Constatando-se, junto ao Sicaf, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.24. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.25. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à extinção contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.26. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela extinção do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao Sicaf.

#### **Prazo de pagamento**

7.27. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, desde que tenha sido finalizada a liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 2º, II, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023.

7.28. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente na forma da legislação aplicável (art. 2º, inciso III, do Decreto estadual nº 67.608, 2023, c/c o art. 1º do Decreto estadual nº 32.117, de 1990), bem como incidirão juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados pro rata temporis, em relação ao atraso verificado.

#### **Forma de pagamento**

7.29. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para depósito em conta corrente bancária em nome do Contratado no Banco do Brasil S/A.

7.29.1. Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome do Contratado no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais– CADIN ESTADUAL”, o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pelo Contratado, de que os registros estão suspensos, nos termos do art. 8º da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

7.30. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.31. O Contratante poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

7.31.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

*7.32. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.*

### **8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO**

#### ***Forma de seleção e critério de julgamento da proposta***

*O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.*

#### **Regime de Execução**

8.2. O regime de execução do contrato será *empreitada por preço unitário*.

#### **Exigências de habilitação**

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos das seções subsequentes deste item 8, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

#### **Habilitação jurídica**

8.4. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.5. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.6. **Sociedade empresária:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.7. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020;

8.8. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.9. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.10. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

8.11. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas.

8.12. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente aos créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.13. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.14. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.15. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.16. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital nos termos da Lei Complementar nº 214, de 2025, quanto ao Imposto sobre Bens e Serviços – IBS, e/ou de regularidade com a Fazenda Municipal/Distrital quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.17. Caso o fornecedor se considere isento ou imune de tributos relacionados ao objeto contratual, em relação aos quais seja exigida regularidade fiscal neste instrumento, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

*8.18. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.*

#### **Qualificação Econômico-Financeira**

8.19. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante ou de sociedade simples;

8.20. Certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, caso se trate de empresário individual ou sociedade empresária;

*8.21. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:*

*a) Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);*

*b) Capital Circulante Líquido ou Capital de Giro (Ativo Circulante - Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado para 12 meses;*

*c) Patrimônio líquido mínimo de 5% (cinco por cento) do valor estimado para 12 meses.*

*8.21.1. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.*

*8.21.2. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.*

*8.21.3. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped, quando for o caso, ou outro limite estabelecido pela legislação aplicável.*

8.21.4. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.22. O atendimento dos índices econômicos previstos nesta seção deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

#### **Qualificação Técnica**

8.23. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia;

8.23.1. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação;

#### **Qualificação Técnico-Operacional**

8.24. Comprovação de capacidade operacional para execução de serviço similar de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto desta contratação, ou ao item pertinente, por meio da apresentação de certidão(ões) ou atestado(s), fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso;

8.24.1. Para fins da comprovação de que trata a subdivisão acima, o(s) atestado(s) ou certidão(ões) deverá(ão) dizer respeito a contrato(s) executado(s) com a(s) seguinte(s) característica(s) mínima(s):

8.24.1.1. Deverá haver a comprovação da experiência mínima de 06 (seis) meses na prestação de serviços similares, sendo aceito o somatório de atestados ou certidões de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de os meses serem ininterruptos;

8.24.1.2. Comprovação de que já executou contrato(s) com um mínimo de 50% (cinquenta por cento) do número de postos de trabalho a serem contratados;

8.24.2. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço similar, a apresentação e o somatório de diferentes certidões ou atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 5, de 2017, aplicável por força da Instrução Normativa SEGES/ME nº 98, de 2022, c/c o art. 1º, inciso VII, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023;

8.24.3. Os atestados de capacidade técnica podem ser apresentados em nome da matriz ou da filial do licitante;

8.24.4. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade do(s) atestado(s), apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do contratante e local em que foram prestados os serviços, dentre outros documentos;

8.24.5. O(s) atestado(s) deverá(ão) referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

8.25. Declaração de que o licitante possui ou instalará escritório no local, São Paulo, a ser comprovado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contado a partir da vigência do contrato, conforme modelo constante do Anexo do Edital.

#### **Outras comprovações**

8.26. Declaração subscrita por representante legal do licitante, atestando que:

a) cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do art. 117, parágrafo único, da Constituição Estadual;

b) atenderá, na data da contratação, ao disposto no art. 5º-C e se compromete a não disponibilizar empregado que incorra na vedação prevista no art. 5º-D, ambos da Lei nº 6.019, de 1974, com redação dada pela Lei nº 13.467, de 2017, quando o caso.

#### **9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

9.1. O valor estimado total da contratação é de **R\$ R\$ 1.995.821,31 (um milhão, novecentos e noventa e cinco mil, oitocentos e vinte e um reais e trinta e um centavos)**, conforme custos unitários apostos na tabela acima. O valor estimado da contratação foi definido com observância do disposto no Decreto estadual nº 67.888, de 17 de agosto de 2023.

#### **10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Estado.

10.2. No presente exercício, a contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/Unidade: **390105;**

II) Fonte de Recursos: **150010001**;

III) Programa de Trabalho: **26122160160920000**;

IV) Elemento de Despesa: **33903965**;

10.3. Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao(s) exercício(s) financeiro(s) subsequente(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

---

Identificação e assinatura do servidor (ou equipe) responsável

## 1. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**GIULLIA RODRIGUES AMATO**

Assistente Técnico III



Assinou eletronicamente em 09/04/2026 às 15:31:34.

**RENATA VIDICA MARQUES DE CAMARGO**

Assessor Especial III



Assinou eletronicamente em 09/04/2026 às 16:20:48.

**VANESSA CONDE CARVALHO**

Diretora



Assinou eletronicamente em 09/04/2026 às 15:13:58.

## ESP-CENTRO ADMINISTRATIVO - PARCERIA INVEST.

**Estudo Técnico Preliminar 22/2026****1. Informações Básicas**

Número do processo:

**2. Descrição da necessidade**

A presente contratação decorre da necessidade de assegurar a adequada prestação dos serviços de apoio operacional de copeiragem nas dependências do edifício onde se encontra instalada a Secretaria de Parcerias em Investimentos – SPI, no qual atualmente também estão sediadas a Secretaria de Estado de Políticas para a Mulher e a Companhia Paulista de Parcerias, podendo, ainda, vir a abrigar outros órgãos da Administração Pública Estadual, conforme diretrizes de compartilhamento de estruturas administrativas adotadas pelo Governo do Estado de São Paulo.

Nesse contexto, verifica-se que a utilização compartilhada do edifício resulta em demanda contínua e integrada pelos serviços de copeiragem, destinados ao atendimento diário de servidores, autoridades, colaboradores, prestadores de serviço e visitantes que participam de reuniões institucionais, eventos administrativos, agendas estratégicas e demais atividades oficiais promovidas pelos órgãos ocupantes do espaço. Assim, a contratação busca assegurar a padronização, a eficiência e a qualidade na prestação dos serviços de suporte às atividades institucionais, garantindo condições adequadas de atendimento e funcionamento das unidades administrativas instaladas no edifício, em observância aos princípios da eficiência, economicidade e continuidade do serviço público.

Em 16 de dezembro de 2024, foi celebrado o Contrato nº 020/2024, cujo objeto consiste na prestação de serviços de copeiragem, com vigência de 30 (trinta) meses. Todavia, diante da intenção de rescisão contratual motivada por reiterados descumprimentos das obrigações pactuadas, impõe-se a deflagração de novo procedimento licitatório, a fim de assegurar a continuidade dos serviços e prevenir descontinuidade que possa comprometer o regular funcionamento das atividades administrativas e institucionais desenvolvidas no âmbito da Secretaria e dos demais órgãos instalados no edifício.

Os serviços de copeiragem compreendem atividades essenciais ao suporte das rotinas administrativas e institucionais, incluindo o preparo e fornecimento de café, água, chás, chocolate, biscoitos e outros insumos, organização e higienização de utensílios e ambientes de copa, bem como o atendimento em reuniões, eventos institucionais e recepção de autoridades e visitantes. Tais atividades contribuem diretamente para a manutenção das condições adequadas de funcionamento das unidades administrativas e para o atendimento protocolar exigido nas relações institucionais desenvolvidas no âmbito da Secretaria e dos demais órgãos instalados no edifício.

Ressalta-se que a execução desses serviços demanda a disponibilização contínua de profissionais qualificados, bem como o fornecimento de materiais de consumo, materiais de limpeza e higiene, uniformes e equipamentos necessários à execução das atividades, razão pela qual se mostra mais eficiente e economicamente vantajosa a contratação de empresa especializada, sob regime de dedicação exclusiva de mão de obra, garantindo padronização, continuidade, qualidade na execução e adequada gestão dos recursos empregados.

Destaca-se, ainda, que a Administração não dispõe, em seu quadro funcional, de cargos ou funções específicas voltadas à execução das atividades de copeiragem, tampouco de estrutura logística e operacional para o fornecimento e gestão dos insumos e equipamentos necessários, o que reforça a necessidade de contratação de terceiros para atendimento da demanda.

A contratação dos serviços de copeiragem está em conformidade com os pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, que regulamenta a execução indireta de atividades auxiliares, instrumentais ou acessórias no âmbito da administração pública. Cabe destacar que as atividades de copeiragem não se enquadram nas vedações estabelecidas no art. 3º do referido decreto, estando plenamente habilitadas para execução indireta.

Ademais, por se tratar de serviço de natureza continuada, cuja necessidade é permanente e indispensável ao regular funcionamento das atividades administrativas, sua interrupção pode comprometer o adequado desempenho das rotinas institucionais. Nesse contexto, propõe-se que a contratação tenha vigência inicial de 30 (trinta) meses, com possibilidade de prorrogação respeitada a vigência máxima decenal, desde que mantidas as condições mais vantajosas para a Administração, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021, de modo a assegurar a prestação ininterrupta dos serviços e garantir condições adequadas ao pleno funcionamento do órgão.

Assim, a contratação pretendida visa assegurar a continuidade e a qualidade dos serviços de apoio às atividades institucionais, contribuindo para o adequado funcionamento das unidades administrativas instaladas no edifício e para a prestação eficiente do serviço público.

Assim, a contratação pretendida visa assegurar a continuidade e a qualidade dos serviços de apoio às atividades institucionais, contribuindo para o adequado funcionamento das unidades administrativas instaladas no edifício e para a prestação eficiente do serviço público.

### 3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Diretoria de Gestão Administrativa	Vanessa Conde Carvalho

### 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Os requisitos da contratação, limitados àqueles indispensáveis à execução do objeto, visam à seleção da proposta mais vantajosa para a prestação dos serviços contínuos de copeiragem, sob regime de dedicação exclusiva de mão de obra, com fornecimento de materiais de consumo, materiais de limpeza e higiene, uniformes e equipamentos necessários ao atendimento das demandas da Secretaria de Parcerias em Investimentos – SPI, abrangendo os seguintes aspectos:

#### 4.1. Requisitos necessários ao atendimento da necessidade

- Os serviços deverão ser prestados por empresa especializada no ramo, regularmente constituída, devidamente habilitada e autorizada pelos órgãos competentes, observando integralmente a legislação trabalhista, previdenciária, sanitária e demais normas aplicáveis à execução do objeto;
- Os serviços de copeiragem deverão ser executados nas dependências da Secretaria de Parcerias em Investimentos - SPI, localizada na Rua Iaiá, 126 - Itaim Bibi - São Paulo - CEP: 04542-060, bem como em outros espaços do edifício eventualmente utilizados para reuniões, eventos institucionais e atividades administrativas da SPI e dos demais órgãos que ocupam o prédio;
- A licitante deverá comprovar sua habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, bem como qualificação econômico-financeira e técnica, nos termos da legislação vigente;
- A contratada deverá designar preposto responsável pelo acompanhamento da execução contratual, o qual deverá manter canal de comunicação permanente com a Contratante, com poderes para solucionar demandas operacionais e administrativas, sempre que necessário e em tempo hábil;
- A contratada deverá fornecer todos os insumos, materiais, equipamentos e uniformes necessários à adequada execução dos serviços, observando padrões mínimos de qualidade, segurança e higiene.

#### 4.2. Natureza dos Serviços

4.2.1. Os serviços de copeiragem caracterizam-se como serviços de natureza continuada, por serem indispensáveis ao funcionamento regular das atividades administrativas e institucionais da SPI e dos demais órgãos instalados no edifício.

4.2.2. A contratação continuada mostra-se mais vantajosa à Administração, na medida em que permite maior previsibilidade de custos, padronização dos serviços e diluição dos custos operacionais ao longo da vigência contratual, contribuindo para a eficiência e economicidade da contratação.

#### 4.3. Duração inicial do contrato

4.3.1. A vigência inicial do contrato será de 30 (trinta) meses, período considerado adequado para assegurar a estabilidade operacional, a avaliação da qualidade dos serviços prestados e a consolidação dos procedimentos executivos.

4.3.2. A vigência poderá ser prorrogada sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que mantidas as condições mais vantajosas para a Administração, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

#### 4.4. Transferência de Conhecimento e Técnicas de Execução

4.4.1. Considerando a natureza operacional e padronizada dos serviços de copeiragem, não se vislumbra, em regra, a necessidade de transferência formal de conhecimento ou tecnologia.

4.4.2. Eventuais melhorias operacionais, metodológicas ou tecnológicas introduzidas pela contratada durante a execução contratual poderão ser incorporadas às rotinas administrativas, desde que agreguem eficiência e qualidade à prestação dos serviços.

#### 4.5. Dos Postos de Serviços Vinculados à Contratação

4.5.1. Os serviços serão prestados mediante a disponibilização dos seguintes postos de trabalho:

POSTO	QUANTIDADE	JORNADA DE TRABALHO
Copeiro (a)	2	Segunda à Sexta-Feira, das 07h00 às 16h00
Copeiro (a)	1	Segunda à Sexta-Feira, das 08h00 às 17h00
Copeiro (a)	1	Segunda à Sexta-Feira, das 09h00 às 18h00
Garçom	1	Segunda à Sexta-Feira, das 08h00 às 17h00
Garçom	2	Segunda à Sexta-Feira, das 09h00 às 18h00
Garçom	1	Segunda à Sexta-Feira, das 10h00 às 19h00

#### 4.6. Critérios e Práticas de Sustentabilidade

4.6.1. A contratada deverá observar critérios de sustentabilidade ambiental, conforme a Instrução Normativa SLTI nº 01/2010, o Decreto nº 7.746/2012 e o Guia Nacional de Licitações Sustentáveis da AGU.

4.6.2. As práticas deverão contemplar, no mínimo:

- a) Otimização do uso de recursos materiais;
- b) Redução do desperdício e racionalização do consumo de energia elétrica e água;
- c) Implementação de programa interno de capacitação dos colaboradores voltado ao uso consciente de recursos naturais e à redução da geração de resíduos;
- d) Utilização de produtos de limpeza devidamente registrados e autorizados pela ANVISA;
- e) Preferência pela utilização de materiais recicláveis, biodegradáveis e atóxicos, conforme normas da ABNT;
- f) Observância da legislação ambiental vigente, visando prevenir impactos ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores.

4.6.3. A contratada deverá adotar medidas para a adequada gestão de resíduos, incluindo:

- a) Plano de descarte de embalagens;
- b) Plano de reciclagem e destinação ambientalmente adequada dos resíduos;
- c) Plano de descarte ou reaproveitamento de materiais remanescentes.

#### 4.7. Indicação de Marcas

4.7.1. A eventual indicação de marcas e modelos para os materiais tem caráter meramente referencial, nos termos do art. 41 da Lei nº 14.133/2021, visando estabelecer parâmetros mínimos de qualidade e desempenho.

4.7.2. Serão aceitos produtos equivalentes, similares ou de melhor qualidade, desde que comprovado o atendimento às especificações técnicas exigidas.

##### 4.7.3. Marcas referenciais:

- **Café:** Pilão, Melitta ou Três Corações
- **Chá:** Dr. Oetker ou Chá Leão
- **Chocolate:** Nestlé ou similar
- **Açúcar:** União
- **Adoçante:** Adocyl, União ou Zero-Cal
- **Água Sanitária:** Super Cândida
- **Álcool:** Zulu
- **Detergente Líquido:** Ypê ou Veja
- **Esponja:** Scotch-Brite
- **Sabão em pó:** Minuano
- **Luva de borracha:** Sanro

## 5. Levantamento de Mercado

O levantamento de mercado foi realizado com o objetivo de identificar soluções disponíveis para atendimento da necessidade de prestação dos serviços de copeiragem destinados ao suporte das atividades administrativas e institucionais desenvolvidas no edifício onde se encontra instalada a Secretaria de Parcerias em Investimentos – SPI, considerando o atendimento aos servidores dos órgãos ocupantes do espaço e aos visitantes que participam de reuniões e eventos institucionais.

A análise das soluções disponíveis no mercado evidenciou que a prestação dos serviços de copeiragem é usualmente ofertada por empresas especializadas em terceirização de mão de obra, as quais disponibilizam profissionais qualificados e assumem a responsabilidade pelo fornecimento dos insumos, utensílios, uniformes e equipamentos necessários à execução dos serviços.

Como parte do levantamento de mercado, foram realizadas pesquisas no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, nas quais se verificou que diversos órgãos e entidades da Administração Pública têm adotado modelo de contratação que contempla a prestação dos serviços com alocação de mão de obra com dedicação exclusiva, associada ao fornecimento, pela contratada, de materiais de consumo, insumos, utensílios, uniformes e equipamentos necessários à execução das atividades. Tal constatação reforça que o modelo proposto encontra-se alinhado às práticas adotadas pela Administração Pública e às soluções consolidadas no mercado especializado.

Foram identificados, de forma geral, os seguintes modelos de contratação praticados no mercado e na Administração Pública:

### 5.1. Contratação apenas de mão de obra com fornecimento dos materiais pela Administração

Nesse modelo, a empresa contratada disponibiliza exclusivamente os profissionais para execução dos serviços, cabendo à Administração o fornecimento, controle e reposição dos materiais de consumo, utensílios e equipamentos necessários.

Embora essa alternativa permita maior controle direto dos insumos pela Administração, verificou-se que tal modelo tende a gerar maior complexidade na gestão operacional, aumento da carga administrativa relacionada à aquisição, armazenamento e controle de materiais, além de maior risco de desabastecimento e descontinuidade dos serviços.

### 5.2. Contratação segregada de mão de obra e fornecimento de materiais e equipamentos

Nesse formato, a Administração realiza contratações distintas para fornecimento de mão de obra e para aquisição dos materiais e equipamentos necessários à execução dos serviços.

Entretanto, essa solução pode gerar fragmentação das responsabilidades, dificuldades de coordenação operacional entre os contratos, aumento dos custos administrativos e maior risco de comprometimento da qualidade e da continuidade dos serviços.

### 5.3. Contratação integrada de mão de obra com fornecimento de materiais, utensílios, uniformes e equipamentos



Nesse modelo, a empresa contratada assume a responsabilidade integral pela execução dos serviços, incluindo a disponibilização dos profissionais e o fornecimento de todos os insumos e equipamentos necessários.

A análise de mercado demonstrou que esse modelo é amplamente adotado pela Administração Pública e apresenta maior eficiência operacional, padronização dos serviços, simplificação da gestão contratual e maior previsibilidade de custos, além de reduzir riscos relacionados à indisponibilidade de materiais e à descontinuidade dos serviços.

#### **5.4. Solução Escolhida**

Considerando as características da demanda institucional, a necessidade de prestação contínua dos serviços e a busca pela otimização da gestão administrativa, concluiu-se que a contratação integrada dos serviços de copeiragem, sob regime de dedicação exclusiva de mão de obra, com fornecimento de materiais, utensílios, uniformes e equipamentos necessários, apresenta-se como a alternativa mais vantajosa para a Administração.

Tal solução permite maior eficiência na execução dos serviços, melhoria dos mecanismos de fiscalização contratual, padronização operacional e melhor relação custo-benefício, atendendo aos princípios da eficiência, economicidade e planejamento previstos na Lei nº 14.133/2021.

### **6. Descrição da solução como um todo**

A solução proposta consiste na contratação de empresa especializada para a prestação contínua dos serviços de copeiragem, sob regime de dedicação exclusiva de mão de obra, com fornecimento de todos os materiais de consumo, materiais de limpeza e higiene, uniformes e equipamentos necessários à adequada execução dos serviços, destinados ao atendimento das demandas da Secretaria de Parcerias em Investimentos – SPI, bem como dos demais órgãos instalados no edifício e dos visitantes que participam de reuniões e eventos institucionais realizados no local.

A contratação será realizada de forma integrada, contemplando a disponibilização de profissionais qualificados para o exercício das atividades de copeiragem, bem como o fornecimento dos insumos e equipamentos indispensáveis à execução dos serviços. Tal modelo mostra-se mais eficiente e vantajoso para a Administração, uma vez que promove maior padronização operacional, simplifica a gestão contratual, reduz custos administrativos e mitiga riscos relacionados à fragmentação de responsabilidades entre múltiplos contratos.

A adoção da contratação conjunta possibilita que a empresa contratada assuma integralmente a responsabilidade pela logística de aquisição, reposição, controle de qualidade e armazenamento dos materiais e equipamentos utilizados na execução dos serviços, garantindo maior eficiência operacional, uniformidade na prestação dos serviços e maior previsibilidade de custos para a Administração Pública. Além disso, a centralização da execução contratual favorece o monitoramento e a fiscalização do contrato, permitindo melhor avaliação do desempenho da contratada e maior controle sobre os resultados obtidos.

A solução também contribui para assegurar a continuidade dos serviços, considerados essenciais ao suporte das atividades administrativas e institucionais desenvolvidas pelos órgãos ocupantes do edifício, evitando descontinuidade operacional e eventuais prejuízos ao atendimento de servidores, autoridades e visitantes.

A contratação será realizada por meio de procedimento licitatório na modalidade Pregão Eletrônico, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021, por se tratar de serviços comuns, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no Termo de Referência, possibilitando ampla competitividade entre os interessados e seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

O Pregão Eletrônico apresenta vantagens relacionadas à transparência, ampliação da competitividade, celeridade processual e racionalização dos custos administrativos, além de favorecer a obtenção de melhores condições comerciais, em razão da disputa de lances entre os licitantes. Tal modalidade também contribui para ampliar a participação de empresas especializadas, garantindo maior eficiência na contratação e melhor relação custo-benefício para a Administração Pública.

A solução contempla, ainda, a definição de quantitativo de postos de trabalho compatível com a demanda operacional do edifício, observando a necessidade de cobertura contínua das atividades ao longo do horário de funcionamento das unidades administrativas, bem como a previsão de mecanismos de fiscalização e controle da execução contratual, de modo a assegurar o cumprimento das obrigações assumidas pela contratada e a manutenção dos padrões de qualidade estabelecidos.

Assim, a contratação pretendida apresenta-se como a alternativa mais adequada para atender às necessidades institucionais identificadas, garantindo eficiência administrativa, continuidade dos serviços, padronização operacional e otimização dos recursos públicos.

## 7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

A estimativa das quantidades necessárias para a contratação foi elaborada com base na demanda operacional da Secretaria de Parcerias em Investimentos – SPI, considerando o atendimento aos servidores da Pasta, aos servidores dos demais órgãos instalados no edifício, bem como a autoridades, colaboradores e visitantes que participam de reuniões e eventos institucionais realizados no local.

Para definição dos quantitativos foram observados o histórico de consumo, a capacidade operacional das copas instaladas, o fluxo médio diário de atendimento e as diretrizes governamentais voltadas à racionalização dos gastos públicos, buscando-se dimensionar o quantitativo mínimo necessário para garantir a adequada prestação dos serviços.

### 7.1. Quantitativo de Postos de Trabalho

A execução dos serviços será realizada mediante a disponibilização dos seguintes postos, sob regime de dedicação exclusiva de mão de obra:

ESPECIFICAÇÃO	CATSER	CATEGORIA	QUANTIDADE (POSTOS)
Contratação de serviços contínuos de copeiragem com dedicação exclusiva de mão de obra e fornecimento de todos os materiais de consumo, uniforme e equipamentos necessários à execução dos serviços.	14397	COPEIRA	04
		GARÇOM	04

O quantitativo foi definido considerando a necessidade de cobertura contínua das atividades de atendimento e suporte operacional ao longo do horário de funcionamento das unidades administrativas instaladas no edifício.

### 7.2. Uniformes

A contratada deverá fornecer uniformes adequados aos profissionais alocados na execução dos serviços, observando as quantidades estimadas para reposição periódica durante a vigência contratual de 30 (trinta) meses:

ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE ANUAL POR PROFISSIONAL	QUANTIDADE TOTAL POR PROFISSIONAL (30 MESES)
Calça social comprida, na cor preta.	Unidade	4	10
Blusa de mangas curtas na cor branca.	Unidade	4	10
Blusa de mangas compridas na cor preta.	Unidade	4	10
Avental de peito na cor branca, sem bolso, com amarração no pescoço e na cintura.	Unidade	4	10
Par de sapatos, solado antiderrapante, na cor preta sem salto.	Unidade	2	5
Pares de meias na cor branca	Unidade	10	25
Rede para Proteção do cabelo em tela, na cor preta.	Unidade	4	10

### 7.3. Materiais de Consumo

Os quantitativos mensais foram estimados com base na média de consumo projetada para atendimento das atividades institucionais do edifício, resultando nas seguintes estimativas para o período contratual de 30 meses:

PRINCIPAIS INSUMOS ALIMENTÍCIOS E DE ATENDIMENTO				
ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE MENSAL	QUANTIDADE TOTAL (30 MESES)	MARCA DE REFERÊNCIA
Café: torrado e moído, intensidade média, tipo tradicional, pacote com 500gr.  Produto sujeito a verificação no ato da entrega aos procedimentos administrativos.	kg	100	3.000	Pilão, Melita, Três Corações ou similar.
Chocolate em pó ou mistura em pó para preparo de chocolate quente, solúvel, com teor adequado de cacau, acondicionado em embalagem original lacrada de 500 gramas.	kg	18	540	Nestlé, Três Corações ou similar.
Chá de Morango – caixa com 10 unidades.	Caixa (com 10 unidades)	10	300	Dr. Oetker, Leão ou similar.
Chá Mate - caixa com 10 unidades.	Caixa (com 10 unidades)	5	150	Dr. Oetker, Leão ou similar.
Chá de Erva-Doce -caixa com 10 unidades.	Caixa (com 10 unidades)	10	300	Dr. Oetker, Leão ou similar.
Chá de limão - caixa com 10 unidades.	Caixa (com 10 unidades)	5	150	Dr. Oetker, Leão ou similar.
Chá de Hortelã - caixa com 10 unidades.	Caixa (com 10 unidades)	10	300	Dr. Oetker, Leão ou similar.
Chá de Camomila - caixa com 10 unidades.	Caixa (com 10 unidades)	10	300	Dr. Oetker, Leão ou similar.
Chá de maçã com canela - caixa com 10 unidades.	caixa	10	300	Dr. Oetker, Leão ou similar.
Açúcar refinado, pacote de 1kg.	kg	30	900	União ou similar.
Açúcar Refinado em sachê, caixa com 400 unidades.	caixa	5	150	União ou similar

Adoçante sachê – caixa com 50 unidades.	caixa	2	60	Adocyl, União, Zero Cal ou similar.
Adoçante Líquido - frasco com 200ml.	frasco	6	180	Adocyl, União, Zero Cal ou similar.
Biscoito doce sabor maisena, sem recheio, em embalagem de. 350/400g, contendo 3 tabletes.	Pacote	50	1.500	Marilan, Piraquê ou similar.
Biscoito salgado tipo Cream Cracker amanteigado, em embalagem de. 350/400g, contendo 3 tabletes.	Pacote	50	1.500	Marilan, Piraquê ou similar.
Bolacha doce tipo rosquinha, sabor leite, em embalagem de 500g.	Pacote	50	1.500	Vitarella, Mabel, Panco ou similar.
Bolacha doce tipo rosquinha sabor coco, em embalagem de 500g.	Pacote	50	1.500	Vitarella, Mabel, Panco ou similar.
Bolacha doce tipo rosquinha, sabor chocolate, em embalagem de 500g.	Pacote	50	1.500	Vitarella, Mabel, Panco ou similar.

MATERIAIS DESCARTÁVEIS E DE APOIO			
ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE MENSAL	QUANTIDADE TOTAL (30 MESES)
Copos de plástico descartáveis para água com capacidade volumétrica de 150ml. Pacote com 100 unidades	Pacote	5	150
Copos de plástico descartáveis para café com capacidade volumétrica de 50ml. Pacote com 100 unidades	Pacote	5	150
Coador de café em pano (flanela ou algodão), tamanho grande, próprio para uso industrial e preparo de grandes volumes de café, com costura reforçada, lavável e reutilizável, acompanhado de suporte resistente compatível	Unidade	3	90
Mexedor de café descartável. Pacote com 100 unidades	Pacote	2	60

**MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENE**

<b>ESPECIFICAÇÃO</b>	<b>UNIDADE DE MEDIDA</b>	<b>QUANTIDADE MENSAL</b>	<b>QUANTIDADE TOTAL (30 MESES)</b>
Água sanitária de boa qualidade, para desinfetar (ação bactericida) ambiente.	Litro	1	30
Álcool etílico líquido 54 GL	Litro	2	60
Detergente líquido, Neutro, biodegradável para lavagem de utensílios de cozinha e louças em geral, frasco com 500 ml.	Frasco	6	180
Esponja macia para limpeza e lavagem de utensílios de cozinha e louças em geral - Pacote com 4 unidades.	Unidade	2	60
Pano para secagem de louça (pano de prato),	Unidade	4	120
Sabão em pó 500g	caixa	1	30
Luva de borracha cano longo grande par	par	1	30
Rodo, com cabo de madeira plastificada com rosca, medindo no mínimo 1,20 cm de comprimento Utilização: Piso ou qualquer superfície lisa	Unidade	-	5
Vassoura de pelo sintético para piso com no mínimo 30 cm. Base madeira com cabo. Cabo medindo aprox 1,20 cm, plastificado e pendurico.	Unidade	-	5
Pano para limpeza de chão	Unidade	4	120

**UTENSÍLIOS E EQUIPAMENTOS**

<b>ESPECIFICAÇÃO</b>	<b>UNIDADE DE MEDIDA</b>	<b>QUANTIDADE TOTAL (30 MESES)</b>
Carrinho de serviços gerais tipo copa com duas alças, 3 bandejas e guarnições;	Unidade	4

Jarra; de Vidro, Resistente; Capacidade Minima para 1,5 Litros; Com Diametro Minimo de 8 Cm; Altura Minima de 21 Cm; Com Tampa e Com Alca;	Unidade	10
Bandeja de Aco Inox, (41 x 29)cm, Formato retangular Com Alça com forro;	Unidade	18
Garrafa Térmica de mesa – Capacidade mínima de 1,5 litros;	Unidade	30
Açucareiro em Inox - 300 ml	Unidade	12
Jogo de 06 (seis) xícaras com pires para cafezinho, em cerâmica, na cor branca, capacidade 50 ml;	Unidade	30
Jogo de 06 (seis) xícaras com pires para chá, em cerâmica, na cor branca, capacidade 150 ml;	Unidade	20
Jogo de 06 COPOS DE VIDRO, 250 ML, DIAM. 7,5 CM, INCOLOR;	Unidade	30
Jogo de 06 (seis) colheres, em aço inoxidável, pequena, para café, lisa e polida com 1,50mm de espessura;	Unidade	30
Fogão elétrico com duas bocas Inox indutor	Unidade	4
Canecão - Fervedor Inox Industrial de 5 litros	Unidade	12
Esterilizador Banho Maria 2 Bules Inox	Unidade	4

7.5. Justificativa dos Quantitativos

Os quantitativos estimados foram dimensionados de modo a garantir o atendimento adequado à demanda diária do edifício, observando critérios de eficiência administrativa, continuidade dos serviços e economicidade.

A previsão considera a manutenção de estoque mínimo para reposição imediata dos materiais de consumo, substituição periódica de uniformes e disponibilidade de utensílios e equipamentos suficientes para atendimento simultâneo das atividades institucionais desenvolvidas pelos órgãos instalados no prédio.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 920.479,23

A estimativa do valor da contratação foi elaborada com base no valor do contrato atualmente vigente para a prestação dos serviços de copeiragem, já considerando a última repactuação realizada no exercício de 2025, por se tratar de contratação com objeto semelhante, escopo equivalente e condições operacionais compatíveis com a demanda ora analisada.

O contrato vigente apresenta valor total estimado de **R\$ 902.479,23 (novecentos e dois mil, quatrocentos e setenta e nove reais e vinte e três centavos)** para o período de **30 (trinta) meses** de execução dos serviços, contemplando a prestação dos serviços contínuos de copeiragem sob o regime de dedicação exclusiva de mão de obra, com fornecimento de materiais de consumo, insumos, utensílios, uniformes e equipamentos necessários à execução das atividades.

A utilização do contrato atual como parâmetro inicial para estimativa demonstra-se adequada, uma vez que reflete valores praticados em contratação recente, firmada mediante procedimento licitatório, observando as condições de mercado e as especificidades da prestação dos serviços no âmbito do edifício onde se encontram instalados os órgãos atendidos pela contratação.

Ressalta-se que o valor ora apresentado possui caráter estimativo e referencial, destinando-se exclusivamente ao planejamento da contratação, nos termos do art. 18, §1º, inciso VI, da Lei nº 14.133/2021. A definição do valor efetivo da contratação será posteriormente consolidada por meio de pesquisa de preços mais abrangente, a ser realizada durante a fase de elaboração do Termo de Referência, observando os parâmetros estabelecidos no art. 23 da Lei nº 14.133/2021 e demais normativos aplicáveis.

Considerando a continuidade da demanda institucional, a manutenção do quantitativo estimado de postos de trabalho e a similaridade das condições operacionais, entende-se que a estimativa apresentada é compatível com a realidade de mercado e suficiente para subsidiar a análise de viabilidade da contratação.

## **9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução**

Embora o parcelamento do objeto seja, em regra, medida recomendável nas contratações públicas, com vistas à ampliação da competitividade e à obtenção de melhores condições comerciais, tal diretriz não possui caráter absoluto, devendo ser analisada à luz das características técnicas e operacionais da solução pretendida.

A contratação em questão possui como objetivo a seleção da proposta mais vantajosa para a prestação dos serviços contínuos de copeiragem, sob regime de dedicação exclusiva de mão de obra, com fornecimento de materiais de consumo, utensílios, uniformes e equipamentos necessários à execução dos serviços destinados ao atendimento das demandas da Secretaria de Parcerias em Investimentos – SPI e dos demais órgãos instalados no edifício.

A natureza dos serviços demonstra que a solução possui caráter integrado e indivisível, uma vez que a execução adequada das atividades depende da atuação simultânea e coordenada da mão de obra, do fornecimento regular de insumos e da disponibilização de utensílios e equipamentos. O eventual desmembramento do objeto em contratações distintas poderia comprometer a continuidade, a padronização e a eficiência da prestação dos serviços.

A divisão do objeto entre diferentes empresas aumentaria significativamente o risco de indisponibilidade operacional decorrente de eventuais falhas na execução por parte de uma das contratadas, o que poderia ocasionar a interrupção parcial ou total dos serviços, com impactos diretos nas atividades administrativas e institucionais desenvolvidas no edifício. Ademais, a fragmentação da solução poderia comprometer aspectos relacionados à padronização dos procedimentos, à qualidade do atendimento, à confidencialidade das informações e à adequada articulação entre as etapas da prestação dos serviços.

A contratação em lote único mostra-se tecnicamente mais adequada e eficiente, pois permite a concentração da responsabilidade pela execução integral do objeto em uma única contratada, favorecendo o alinhamento operacional, a uniformidade dos serviços prestados e a melhoria dos mecanismos de fiscalização e controle contratual.

O eventual parcelamento da contratação também acarretaria aumento relevante dos custos administrativos, em razão da necessidade de condução de múltiplos processos licitatórios, gestão de diversos contratos simultâneos, ampliação das atividades de fiscalização e maior complexidade na coordenação das atividades operacionais.

A adoção de contratação unificada contribui para a obtenção de ganhos de escala, maior previsibilidade de custos e simplificação da gestão contratual, em consonância com os princípios da eficiência, economicidade e planejamento que regem as contratações públicas.

Considerando as especificidades do objeto, a contratação conjunta dos serviços de copeiragem com o fornecimento dos materiais de consumo, utensílios, uniformes e equipamentos necessários à sua execução possibilita maior integração entre as atividades, melhor desempenho operacional e maior controle por parte da Administração sobre os resultados esperados.

Diante do exposto, conclui-se pela inviabilidade técnica e pela desvantajosidade econômica do parcelamento do objeto, razão pela qual a contratação será realizada sem divisão da solução.

Assim, visando preservar a eficiência operacional, garantir a continuidade dos serviços e manter as vantagens decorrentes da economia de escala e da padronização da execução, o objeto será licitado em lote único, com o objetivo de selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

## **10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes**

Nos termos do §2º do art. 23 da Lei nº 14.133/2021, cabe à Administração avaliar a existência de contratações correlatas ou interdependentes relacionadas ao objeto pretendido, com a finalidade de verificar a possibilidade, a conveniência e a oportunidade de realização de contratação conjunta ou segregada, visando maior eficiência, economicidade e racionalização dos recursos públicos.

Para fins deste Estudo Técnico Preliminar, foi realizada análise quanto à existência de contratações que pudessem influenciar ou depender diretamente da execução dos serviços contínuos de copeiragem, sob regime de dedicação exclusiva de mão de obra, com fornecimento de materiais de consumo, utensílios, uniformes e equipamentos necessários à execução dos serviços.

A avaliação considerou eventuais contratações relacionadas à prestação de serviços de apoio administrativo, fornecimento de insumos institucionais, manutenção de instalações e outras atividades operacionais desenvolvidas no edifício onde se encontra instalada a Secretaria de Parcerias em Investimentos – SPI.

Após a análise técnica, verificou-se que a execução dos serviços pretendidos possui autonomia operacional, não dependendo diretamente da formalização de outros contratos para sua implementação, tampouco interferindo na execução de eventuais contratações existentes. Ademais, não foram identificadas soluções que, por sua natureza, demandassem contratação conjunta para garantir a viabilidade técnica, econômica ou operacional do objeto.

Dessa forma, conclui-se que não há contratações correlatas ou interdependentes que justifiquem a adoção de estratégia de contratação integrada ou simultânea, sendo a contratação pretendida plenamente viável de forma autônoma.

## **11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento**

A contratação dos serviços contínuos de copeiragem, sob o regime de dedicação exclusiva de mão de obra, com fornecimento de materiais de consumo, insumos, utensílios, uniformes e equipamentos necessários à execução dos serviços, decorre de demanda permanente relacionada ao suporte operacional das atividades administrativas desenvolvidas no edifício onde se encontra instalada a Secretaria de Parcerias em Investimentos – SPI, bem como os demais órgãos que compartilham o espaço físico.

Trata-se de serviço essencial ao adequado funcionamento das rotinas institucionais, especialmente no atendimento a servidores, autoridades, colaboradores e visitantes que participam de reuniões, eventos e demais atividades administrativas, contribuindo para a organização do ambiente institucional e para a adequada recepção e suporte às atividades desenvolvidas pelas unidades instaladas no prédio.

Nesse contexto, a presente contratação encontra-se alinhada ao Plano de Contratações Anual (PCA) da Secretaria de Parcerias em Investimentos – SPI para o exercício de 2026, conforme detalhamento a seguir:

I. ID do PCA no PNCP: 96480850000103-0-000003/2026;

II. Data de publicação no PNCP: 07/01/2026;

III. ID do item no PCA: 105;

IV. Classe/Grupo: 859.

A inclusão da contratação no planejamento anual da Pasta demonstra que a demanda foi previamente analisada e considerada necessária para assegurar a continuidade dos serviços de apoio administrativo, evitando descontinuidade na prestação dos serviços e garantindo maior previsibilidade na gestão dos recursos públicos.

A contratação proposta busca assegurar a prestação contínua e padronizada dos serviços de copeiragem, promovendo maior eficiência na organização das atividades institucionais realizadas no edifício, especialmente no suporte a reuniões estratégicas, eventos administrativos e atendimento ao público interno e externo.

Além disso, a contratação contribui para que as unidades administrativas concentrem seus esforços nas atividades finalísticas da Secretaria, permitindo maior racionalização das atividades de apoio e melhoria da qualidade dos serviços prestados.

Adicionalmente, a contratação está em consonância com o planejamento estratégico da Secretaria, na medida em que fortalece a estrutura administrativa e operacional necessária ao cumprimento das atribuições institucionais da SPI e dos demais órgãos instalados no edifício.

O alinhamento com as leis orçamentárias encontra-se demonstrado, uma vez que a despesa pretendida possui previsão no orçamento vigente, sendo compatível com o Plano Plurianual – PPA, com a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e com a Lei Orçamentária Anual – LOA, devendo ser classificada na natureza de despesa pertinente à contratação de serviços terceirizados com dedicação exclusiva de mão de obra.



## 12. Condições Gerais da Contratação

A contratação observará as seguintes condições gerais:

**Garantia contratual:** Será exigida garantia contratual, tendo em vista a natureza do objeto e o risco de inadimplemento, nos termos do art. 96 da Lei nº 14.133/2021.

**Participação de consórcios ou cooperativas:** Não será admitida a participação de consórcios ou cooperativas, tendo em vista que o objeto envolve a prestação de serviços contínuos de copeiragem com dedicação exclusiva de mão de obra e fornecimento integrado de materiais e equipamentos, exigindo gestão operacional centralizada e responsabilização direta pela execução contratual. A participação de consórcios pode dificultar a fiscalização e a definição de responsabilidades, enquanto a atuação de cooperativas mostra-se incompatível com as características do serviço, que demanda subordinação, pessoalidade e habitualidade, podendo gerar riscos trabalhistas e prejuízos à adequada execução contratual.

**Subcontratação:** Não será admitida a subcontratação, cessão ou transferência, total ou parcial, do objeto contratual.

**Modalidade da contratação:** A contratação será realizada por meio de Pregão Eletrônico, nos termos do art. 28, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, por se tratar de contratação de serviços comuns, conforme definição constante do art. 6º, inciso XLI, da referida Lei, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado. A adoção da modalidade Pregão, na forma eletrônica, visa ampliar a competitividade, promover maior transparência, economicidade e eficiência na seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, em conformidade com os princípios que regem as contratações públicas.

**Regime de execução:** O regime de execução do contrato será empreitada por preço unitário, considerando as características do objeto, que envolve a prestação de serviços continuados de copeiragem com dedicação exclusiva de mão de obra, cumulada com o fornecimento de materiais de consumo e insumos necessários à execução contratual. Ressalta-se que, embora seja possível estimar previamente os quantitativos de postos de trabalho, não há como definir com precisão o consumo de materiais e insumos, uma vez que este pode variar ao longo da execução contratual, conforme a demanda efetiva e as condições operacionais da unidade. Adicionalmente, os preços dos insumos estão sujeitos a oscilações de mercado, podendo sofrer variações ao longo do tempo, o que inviabiliza a definição de um valor global fixo que represente, com exatidão, os custos da contratação durante toda a sua vigência.

Dessa forma, o regime de empreitada por preço unitário mostra-se o mais adequado, por permitir que os pagamentos sejam realizados com base nas quantidades efetivamente demandadas e executadas, assegurando maior flexibilidade, economicidade e aderência à realidade da execução contratual, além de mitigar riscos para a Administração e para a contratada.

**Vistoria técnica:** Fica facultada a realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços, mediante agendamento prévio, com a finalidade de possibilitar o pleno conhecimento das condições e particularidades necessárias à adequada elaboração das propostas, não podendo a licitante alegar desconhecimento das condições locais posteriormente.

**Qualificação técnica:** Será exigida a comprovação de qualificação técnica compatível com o objeto, mediante apresentação de atestado(s) de capacidade técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) a execução satisfatória de 50% da prestação de serviços contínuos de copeiragem, serviços de apoio administrativo ou serviços terceirizados com dedicação exclusiva de mão de obra, com características e complexidade compatíveis com o objeto da contratação, admitindo-se o somatório de atestados para fins de comprovação da experiência.

**Prazo de vigência contratual:** O prazo de vigência do contrato será de 30 (trinta) meses, contados da data de emissão da Ordem de Início dos Serviços, podendo ser prorrogado nos termos da legislação vigente.

## 13. Benefícios a serem alcançados com a contratação

A contratação pretendida visa assegurar a prestação contínua e eficiente dos serviços de copeiragem, proporcionando suporte adequado às atividades administrativas e institucionais desenvolvidas pela Secretaria de Parcerias em Investimentos – SPI, pelos demais órgãos instalados no edifício e pelos visitantes que participam de reuniões e eventos institucionais realizados no local.

Dentre os principais benefícios esperados com a contratação, destacam-se:

### 13.1. Garantia da continuidade dos serviços de apoio administrativo

A contratação assegurará a prestação ininterrupta dos serviços de copeiragem, considerados essenciais ao funcionamento regular das atividades institucionais, evitando descontinuidade operacional e prejuízos às rotinas administrativas e ao atendimento de servidores, autoridades e visitantes.

### **13.2. Melhoria da qualidade do atendimento institucional**

A disponibilização de profissionais capacitados e treinados, aliada ao fornecimento adequado de insumos, utensílios e equipamentos, contribuirá para o aprimoramento do atendimento em reuniões, eventos institucionais e atividades administrativas, fortalecendo a imagem institucional dos órgãos instalados no edifício.

### **13.3. Padronização e eficiência operacional**

A contratação integrada dos serviços possibilitará maior padronização na execução das atividades, melhoria dos fluxos operacionais e maior controle sobre os procedimentos adotados, garantindo uniformidade e qualidade na prestação dos serviços.

### **13.4. Otimização da gestão administrativa**

A centralização da execução dos serviços em uma única contratação simplifica a gestão contratual, reduz a necessidade de múltiplos instrumentos contratuais e facilita o acompanhamento e a fiscalização da execução, proporcionando maior eficiência administrativa.

### **13.5. Racionalização e previsibilidade dos custos**

A contratação permitirá maior controle e previsibilidade dos custos relacionados à execução dos serviços, além de possibilitar ganhos de escala decorrentes da contratação integrada da mão de obra com o fornecimento de materiais e equipamentos necessários à execução das atividades.

### **13.6. Permissão para concentração das atividades finalísticas**

A terceirização dos serviços de copeiragem possibilita que os servidores da SPI e dos demais órgãos instalados no edifício concentrem seus esforços nas atividades estratégicas e finalísticas, contribuindo para o aumento da produtividade e da eficiência institucional.

### **13.7. Melhoria das condições de trabalho e do ambiente organizacional**

A adequada prestação dos serviços de apoio contribui para a organização dos ambientes institucionais, proporcionando melhores condições de trabalho aos servidores e colaboradores, bem como maior conforto e qualidade no atendimento aos usuários dos serviços públicos.

### **13.8. Atendimento às diretrizes de sustentabilidade e boas práticas administrativas**

A contratação possibilitará a adoção de práticas sustentáveis na execução dos serviços, incluindo uso racional de recursos, redução de desperdícios, destinação adequada de resíduos e utilização de produtos ambientalmente adequados, em conformidade com a legislação vigente.

## **14. Providências a serem Adotadas**

Para assegurar a adequada formalização, implantação e execução da contratação dos serviços contínuos de copeiragem, sob regime de dedicação exclusiva de mão de obra, com fornecimento de materiais de consumo, utensílios, uniformes e equipamentos necessários, deverão ser adotadas as seguintes providências administrativas:

### **14.1. Instrução e Consolidação do Processo Administrativo**

Deverão ser reunidas e registradas no processo administrativo todas as informações relativas ao objeto da contratação, incluindo especificações técnicas, quantitativos estimados, requisitos mínimos de execução, prazos contratuais, local de prestação dos serviços e respectivas justificativas técnicas e legais, garantindo a adequada fundamentação da contratação na modalidade Pregão Eletrônico.

### **14.2. Fundamentação Legal e Técnica da Contratação**

Deverão ser formalmente registradas as justificativas referentes à escolha do procedimento licitatório, observando-se os princípios da legalidade, impessoalidade, eficiência, economicidade, planejamento e interesse público, assegurando a conformidade da contratação com a legislação vigente.

### **14.3. Aprovação pelas Instâncias Competentes**

O processo deverá ser submetido à apreciação da autoridade competente da Secretaria de Parcerias em Investimentos – SPI e, quando aplicável, às instâncias responsáveis pela governança e controle do gasto público, visando garantir a regularidade da contratação e a adequada aplicação dos recursos públicos.

#### **14.4. Análise Jurídica**

O processo deverá ser encaminhado à Procuradoria Jurídica da Pasta para emissão do parecer jurídico obrigatório, nos termos do art. 53 da Lei nº 14.133/2021, com a finalidade de atestar:

- A viabilidade jurídica da contratação;
- A conformidade do procedimento com os princípios que regem a Administração Pública;
- A regularidade dos documentos preparatórios e da minuta contratual.

#### **14.5. Realização do Procedimento Licitatório e Formalização do Contrato**

Após o cumprimento das etapas preparatórias, deverá ser promovido o procedimento licitatório na modalidade Pregão Eletrônico e, após sua conclusão, formalizado o instrumento contratual com a empresa vencedora, contemplando todas as obrigações relativas à execução dos serviços, fornecimento de materiais, utensílios, equipamentos e uniformes, bem como critérios de fiscalização e controle.

#### **14.6. Providências para Implantação da Execução Contratual**

##### **14.6.1. Adequações físicas e estruturais**

Não será necessária adequação das instalações físicas destinadas à execução dos serviços, considerando que a empresa contratada utilizará as mesmas dependências atualmente destinadas às atividades de copeiragem.

##### **14.6.2. Disponibilização de Equipamentos, Materiais e Utensílios**

No prazo de até 2 (dois) dias úteis antes do início da execução contratual, a contratada deverá providenciar a instalação dos equipamentos e a disponibilização dos materiais de consumo e utensílios previstos neste Estudo Técnico Preliminar.

A contratada deverá, ainda, promover a capacitação dos profissionais designados para a execução dos serviços, garantindo o adequado manuseio dos equipamentos e a observância das normas de segurança e higiene.

##### **14.6.3. Fornecimento de Uniformes**

Os uniformes deverão ser entregues aos profissionais designados para execução dos serviços com antecedência mínima de 1 (um) dia útil do início da execução contratual.

Excepcionalmente, poderá ser admitida, pelo prazo máximo de 10 (dez) dias úteis após o início da execução dos serviços, a utilização de vestimenta provisória composta por calça preta e camisa branca, desde que previamente solicitada pela contratada e autorizada pela Contratante.

#### **14.7. Providências Relativas à Gestão e Fiscalização do Contrato**

##### **14.7.1. Designação da Equipe de Fiscalização**

No prazo de até 5 (cinco) dias úteis antes do início da execução contratual, deverá ser formalmente designada a equipe responsável pela gestão e fiscalização do contrato, composta por gestor e fiscais, observando as atribuições previstas na legislação vigente.

A equipe de fiscalização será responsável pelo acompanhamento da execução contratual, devendo verificar o cumprimento das obrigações assumidas pela contratada, conforme previsto no art. 115 da Lei nº 14.133/2021.

##### **14.7.2. Acompanhamento da Execução Contratual**

- Durante a vigência contratual, deverá ser realizado acompanhamento contínuo da execução dos serviços, incluindo:
- Verificação da qualidade dos serviços prestados;
- Monitoramento do cumprimento das obrigações contratuais;
- Controle do fornecimento de materiais e equipamentos;
- Avaliação da regularidade trabalhista dos profissionais alocados.

#### 14.8. Registro dos Atos e Transparência

Todas as etapas relacionadas à contratação deverão ser devidamente registradas no processo administrativo, assegurando transparência, rastreabilidade das decisões, atendimento às normas de controle interno e possibilitando eventual auditoria e prestação de contas.

### 15. Possíveis Impactos Ambientais

A prestação dos serviços de copeiragem, em razão de sua natureza operacional e do consumo recorrente de insumos e materiais descartáveis, pode gerar impactos ambientais relacionados, principalmente, à geração de resíduos sólidos, consumo de recursos naturais e utilização de produtos de limpeza e higienização.

Nesse contexto, a contratação deverá observar critérios e práticas de sustentabilidade ambiental, em conformidade com a Instrução Normativa SLTI nº 01/2010, o Decreto nº 7.746/2012 e o Guia Nacional de Licitações Sustentáveis da Advocacia Geral da União – AGU, visando reduzir impactos ambientais decorrentes da execução dos serviços.

#### 15.1. Principais Impactos Ambientais Identificados

- a) Geração de resíduos sólidos decorrentes do uso de copos descartáveis, embalagens de insumos e materiais de limpeza;
- b) Consumo de recursos naturais, especialmente água e energia elétrica, durante a execução das atividades;
- c) Utilização de produtos de limpeza e higienização com potencial impacto ambiental;
- d) Descarte inadequado de resíduos, caso não sejam observadas práticas ambientalmente adequadas.

#### 15.2. Medidas Mitigadoras e Práticas Sustentáveis

Para minimizar os impactos ambientais identificados, a contratada deverá adotar, no mínimo, as seguintes práticas:

**15.2.1. Otimização do uso de recursos materiais**, visando a redução do consumo desnecessário e o aproveitamento adequado dos insumos utilizados na execução dos serviços;

**15.2.2. Redução do desperdício de materiais e racionalização do consumo de energia elétrica e água**, devendo seus profissionais adotar práticas que promovam o uso consciente dos recursos naturais;

**15.2.3. Implementação e manutenção de programa interno de capacitação de seus empregados**, voltado à redução do consumo de energia, água e geração de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;

**15.2.4. Utilização de produtos de limpeza e higienização que atendam às normas e classificações estabelecidas pelos órgãos reguladores competentes, especialmente a Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA;**

**15.2.5. Adoção de procedimentos para descarte ambientalmente adequado de resíduos sólidos**, incluindo separação e destinação conforme normas ambientais aplicáveis;

**15.2.6. Observância das orientações e programas institucionais da Contratante relacionados ao uso racional de recursos naturais e à sustentabilidade ambiental.**

#### 15.3. Avaliação do Impacto Ambiental da Contratação

Considerando a natureza dos serviços, avalia-se que os impactos ambientais decorrentes da contratação possuem caráter controlável e mitigável, podendo ser reduzidos por meio da adoção das práticas sustentáveis previstas no contrato e do acompanhamento sistemático da execução dos serviços pela fiscalização contratual.

Dessa forma, conclui-se que a contratação pretendida é ambientalmente viável, desde que observadas as medidas de mitigação e boas práticas ambientais estabelecidas neste Estudo Técnico Preliminar e nos documentos que instruirão o processo licitatório.

### 16. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### **16.1. Justificativa da Viabilidade**

Com base nos estudos realizados neste Estudo Técnico Preliminar, conclui-se que a contratação de empresa especializada para a prestação contínua dos serviços de copeiragem, sob regime de dedicação exclusiva de mão de obra, com fornecimento de materiais de consumo, utensílios, uniformes e equipamentos necessários à execução dos serviços, destinada ao atendimento das demandas da Secretaria de Parcerias em Investimentos – SPI e dos demais órgãos instalados no edifício, mostra-se técnica, operacional e economicamente viável.

A análise da necessidade da contratação demonstrou que os serviços pretendidos são indispensáveis ao suporte das atividades administrativas e institucionais desenvolvidas pelos órgãos ocupantes do edifício, contribuindo para o adequado funcionamento das unidades administrativas e para a melhoria do atendimento aos servidores, autoridades e visitantes.

O levantamento das soluções disponíveis no mercado evidenciou a existência de empresas especializadas aptas à execução do objeto, bem como a viabilidade da contratação mediante procedimento licitatório na modalidade Pregão Eletrônico, por se tratar de serviço comum, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos.

A avaliação dos requisitos da contratação, das estimativas de quantitativos, dos custos envolvidos e da forma de execução dos serviços demonstrou que a solução proposta, com contratação integrada da mão de obra e do fornecimento dos insumos e equipamentos necessários, representa a alternativa mais adequada para atendimento da demanda institucional, proporcionando maior eficiência administrativa, padronização operacional, otimização da gestão contratual e melhor relação custo-benefício para a Administração Pública.

A análise quanto ao parcelamento da solução indicou que a contratação em lote único é a forma mais eficiente de execução do objeto, considerando a natureza integrada e indivisível dos serviços, além de contribuir para a redução de riscos operacionais e administrativos.

No tocante aos aspectos ambientais, verificou-se que os possíveis impactos decorrentes da execução dos serviços são controláveis e mitigáveis mediante a adoção de práticas sustentáveis e observância da legislação ambiental aplicável.

Diante do exposto, declara-se a viabilidade da contratação pretendida, recomendando-se o prosseguimento do processo administrativo para elaboração do Termo de Referência e adoção das demais providências necessárias à realização do procedimento licitatório.

## 17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**RENATA VIDICA MARQUES DE CAMARGO**

Assessor Especial III



*Assinou eletronicamente em 14/04/2026 às 14:23:36.*

**VANESSA CONDE CARVALHO**

Diretora



*Assinou eletronicamente em 14/04/2026 às 14:28:41.*

## ANEXO I

### ESPECIFICAÇÕES DOS MATERIAIS DE CONSUMO, EQUIPAMENTOS E UNIFORMES

1. Contratação de serviços contínuos de copeiragem com fornecimento de todos os materiais de consumo, materiais de limpeza/higiene, uniforme e equipamentos necessários à execução dos serviços, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, para atender as necessidades, nas dependências da Secretaria de Parcerias em Investimentos - SPI, conforme condições especificadas neste Termo de Referência.

#### QUADRO I – MATERIAIS DE CONSUMO

PRINCIPAIS INSUMOS ALIMENTÍCIOS E DE ATENDIMENTO				
ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE MENSAL	QUANTIDADE TOTAL (30 MESES)	MARCA DE REFERÊNCIA
<b>Café:</b> torrado e moído, intensidade média, tipo tradicional, pacote com 500gr. Produto sujeito a verificação no ato da entrega aos procedimentos administrativos.	kg	100	3.000	Pilão, Melita, Três Corações ou similar.
<b>Chocolate em pó ou mistura em pó para preparo de chocolate quente, solúvel,</b> com teor adequado de cacau, acondicionado em embalagem original lacrada de 500 gramas.	kg	18	540	Nestlé, Três Corações ou similar.
<b>Chá de Morango –</b> caixa com 10 unidades.	Caixa (com 10 unidades)	10	300	Dr. Oetker, Leão ou similar.
<b>Chá Mate -</b> caixa com 10 unidades.	Caixa (com 10 unidades)	5	150	Dr. Oetker, Leão ou similar.
<b>Chá de Erva-Doce -</b> caixa com 10 unidades.	Caixa (com 10 unidades)	10	300	Dr. Oetker, Leão ou similar.
<b>Chá de limão -</b> caixa com 10 unidades.	Caixa (com 10 unidades)	5	150	Dr. Oetker, Leão ou similar.
<b>Chá de Hortelã -</b> caixa com 10 unidades.	Caixa (com 10 unidades)	10	300	Dr. Oetker, Leão ou similar.

<b>Chá de Camomila</b> - caixa com 10 unidades.	Caixa (com 10 unidades)	10	300	Dr. Oetker, Leão ou similar.
<b>Chá de maçã com canela</b> - caixa com 10 unidades.	caixa	10	300	Dr. Oetker, Leão ou similar.
<b>Açúcar refinado</b> , pacote de 1kg.	kg	30	900	União ou similar.
<b>Açúcar</b> ; Refinado em sachê, caixa com 400 unidades.	caixa	5	150	União ou similar
<b>Adoçante sachê</b> – caixa com 50 unidades.	caixa	2	60	Adocyl, União, Zero Cal ou similar.
<b>Adoçante Líquido</b> - frasco com 200ml	frasco	6	180	Adocyl, União, Zero Cal ou similar.
<b>- Biscoito doce</b> sabor maizena, sem recheio, em embalagem de. 350/400g, contendo 3 tabletes.	Pacote	50	1.500	Marilan, Piraquê ou similar.
<b>- Biscoito salgado</b> tipo Cream Cracker amanteigado, em embalagem de. 350/400g, contendo 3 tabletes.	Pacote	50	1.500	Marilan, Piraquê ou similar.
<b>Bolacha doce</b> tipo rosquinha, sabor leite, em embalagem de 500g.	Pacote	50	1.500	Vitarella, Mabel, Panco ou similar.
<b>Bolacha doce</b> tipo rosquinha sabor coco, em embalagem de 500g.	Pacote	50	1.500	Vitarella, Mabel, Panco ou similar.
<b>Bolacha doce</b> tipo rosquinha, sabor chocolate, em embalagem de 500g.	Pcote	50	1.500	Vitarella, Mabel, Panco ou similar.

MATERIAIS DESCARTÁVEIS E DE APOIO			
ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE MENSAL	QUANTIDADE TOTAL (30 MESES)
<b>Copos de plástico descartáveis</b> para água com capacidade volumétrica de 150ml. Pacote com 100 unidades	Pacote	5	150
<b>Copos de plástico descartáveis</b> para café com capacidade	Pacote	5	150



volumétrica de 50ml. Pacote com 100 unidades			
<b>Coador de café em pano (flanela ou algodão)</b> , tamanho grande, próprio para uso industrial e preparo de grandes volumes de café, com costura reforçada, lavável e reutilizável, acompanhado de suporte resistente compatível	Unidade	3	90
<b>Mexedor de café</b> descartável. Pacote com 100 unidades	Pacote	2	60

MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENE				
ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE MENSAL	QUANTIDADE TOTAL (30 MESES)	MARCA DE REFERÊNCIA
<b>Água sanitária</b> de boa qualidade, para desinfetar (ação bactericida) ambiente.	Litro	1	30	Super cândida ou similar.
<b>Álcool</b> etílico líquido 54 GL	Litro	2	60	Zulu ou similar.
<b>Detergente líquido</b> , Neutro, biodegradável para lavagem de utensílios de cozinha e louças em geral, frasco com 500 ml.	Frasco	6	180	Ypê, veja ou similar.
<b>Esponja</b> macia para limpeza e lavagem de utensílios de cozinha e louças em geral - Pacote com 4 unidades.	Unidade	2	60	Scotch-Brite ou similar.
<b>Pano para secagem de louça</b> (pano de prato),	Unidade	4	120	—
<b>Sabão em pó</b> 500g	caixa	1	30	Minuano ou similar.
<b>Luva de borracha</b> cano longo grande par	par	1	30	Sanro ou similar.

<b>Rodo</b> , com cabo de madeira plastificada com rosca, medindo no mínimo 1,20 cm de comprimento Utilização: Piso ou qualquer superfície lisa	Unidade	-	5	—
<b>Vassoura</b> de pelo sintético para piso com no mínimo 30 cm. Base madeira com cabo. Cabo medindo aprox. 1,20 cm, plastificado e pendurico.	Uni	-	5	—
<b>Pano para limpeza de chão</b>	Uni	4	120	—

UTENSÍLIOS E EQUIPAMENTOS		
ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL (30 MESES)
<b>Carrinho de serviços gerais</b> tipo copa com duas alças, 3 bandejas e guarnições; <b>Descrição do carrinho:</b> Carrinho aramado, acabamento cromado, com 01 prateleira alta e 02 prateleiras baixas, sendo 02 rodízios giratórios com freio e 02 sem freio rodas de 4” em borracha; Dimensões aproximadas de (C x L x A): 762 x 457 x 840 mm;	Unidade	4
<b>Jarra; de Vidro</b> , Resistente; Capacidade Mínima para 1,5 Litros; Com Diâmetro Mínimo de 8 Cm; Altura Mínima de 21 Cm; Com Tampa e Com Alça;	Unidade	10
<b>Bandeja de Aço Inox</b> , (41 x 29)cm, Formato retangular Com Alça com forro;	Unidade	18
<b>Garrafa Térmica de mesa</b> – Capacidade mínima de 1,5 litros;	Unidade	30
<b>Açucareiro em Inox</b> - 300 ml	Unidade	12
<b>Jogo de 06 (seis) xícaras</b> com pires para cafezinho, em cerâmica, na cor branca, capacidade 50 ml;	Unidade	30
<b>Jogo de 06 (seis) xícaras</b> com pires para chá, em cerâmica, na cor branca, capacidade 150 ml;	Unidade	20
<b>Jogo de 06 Copos de Vidro</b> , 250 ML, DIAM. 7,5 CM, INCOLOR;	Unidade	30
<b>Jogo de 06 (seis) colheres</b> , em aço inoxidável, pequena, para café, lisa e polida com 1,50mm de espessura;	Unidade	30
<b>Fogão elétrico com duas bocas</b> , Inox indutor, Potência Total: Aproximadamente 3826W, Tensão 220V.	Unidade	4
<b>Canecão</b> - Fervedor Inox Industrial de 5 litros	Unidade	12
<b>Esterilizador Banho Maria 2 Bules Inox</b> , Potência: 750W, Tensão: 127V ou 220V	Unidade	4

*Os uniformes a serem fornecidos pelo Contratado a seus empregados deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada no órgão contratante, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, sem qualquer repasse do custo para o empregado. O uniforme deverá compreender as seguintes peças do vestuário:*

UNIFORMES			
ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE ANUAL POR PROFISSIONAL	QUANTIDADE TOTAL POR PROFISSIONAL (30 MESES)
Calça social comprida, na cor preta.	Unidade	4	10
Blusa de mangas curtas na cor branca.	Unidade	4	10
Blusa de mangas compridas na cor preta.	Unidade	4	10
Avental de peito na cor preta, sem bolso, com amarração no pescoço e na cintura.	Unidade	4	10
Par de sapatos, solado antiderrapante, na cor preta sem salto.	Unidade	2	5
Pares de meias na cor branca	Unidade	10	25
Rede para Proteção do cabelo em tela, na cor preta.	Unidade	4	10

## ESP-CENTRO ADMINISTRATIVO - PARCERIA INVEST.

## Contrato 5/2026

## Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
5/2026	390105-ESP-CENTRO ADMINISTRATIVO - PARCERIA INVEST.	JULIANA CRISTINA MORELLI	13/04/2026 16:07 (v 0.11)
Status	ASSINADO		

## Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado com dedicação exclusiva de mão de obra	21/2026	021.00000288/2026-67

## 1. Contrato nº 0XX/2026

SECRETARIA DE PARCERIAS EM INVESTIMENTOS(Processo Administrativo nº 021.00000288/2026-67)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ...../2026, CELEBRADO ENTRE O ESTADO DE SÃO PAULO, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE PARCERIAS EM INVESTIMENTOS E

O Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Parcerias em Investimentos, com sede na Rua Iaíá, número 126- Itaim Bibi, CEP 04542-060, na cidade de São Paulo/Estado de São Paulo, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 96.480.850/0001-03, neste ato representado (a) pelo \_\_\_\_\_, nomeado(a) pela Resolução SPI nº \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_ de 202\_, publicada no DOE de \_\_\_\_\_, inscrito(a) no CPF sob o nº \_\_\_\_\_, no uso da competência conferida pela legislação aplicável, doravante denominado(a) CONTRATANTE, e a \_\_\_\_\_, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº \_\_\_\_\_, sediada na \_\_\_\_\_, doravante designado(a) CONTRATADO, neste ato representado(a) por \_\_\_\_\_ (nome e função no Contratado), inscrito(a) no CPF sob o nº \_\_\_\_\_, conforme atos constitutivos da fornecedora OU procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº 021.00000288/2026-67 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais normas da legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº .../..., mediante as condições a seguir enunciadas, de acordo com as subdivisões subsequentes na forma de cláusulas e respectivos itens que compõem este instrumento.

## 1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1 O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços contínuos de copeiragem com fornecimento de todos os materiais de consumo, materiais de limpeza/higiene, uniforme e equipamentos necessários à execução dos serviços, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, conforme detalhamento e especificações técnicas deste instrumento, do Termo de Referência, da proposta do Contratado e demais documentos da contratação constantes do processo administrativo em epígrafe.

1.2 Objeto da contratação:

<u>ITEM</u>	<u>ESPECIFICAÇÃO</u>	<u>CATSER</u>	<u>UNIDADE DE MEDIDA</u>	<u>QUANTIDADE TOTAL ESTIMADA</u>	<u>VALOR MENSAL TOTAL DOS SERVIÇOS E INSUMOS</u>	<u>VALOR TOTAL DOS SERVIÇOS E INSUMOS PARA 30 MESES</u>
<u>1</u>	<u>Contratação de serviços contínuos de copeiragem com fornecimento de todos os materiais de consumo, materiais de limpeza /higiene, uniforme e equipamentos necessários à execução dos serviços.</u>	<u>14397</u>	<u>Unidade (Mês)</u>	<u>30 meses</u>	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>
<u>SERVIÇOS</u>						
<u>ITEM</u>	<u>ESPECIFICAÇÃO</u>	<u>Nº DE POSTOS</u>	<u>UNIDADE DE MEDIDA</u>	<u>QUANTIDADE TOTAL</u>	<u>VALOR UNITÁRIO</u>	<u>VALOR TOTAL</u>
<u>(1)</u>	<u>(2)</u>	<u>(3)</u>	<u>(4)</u>	<u>(5)</u>	<u>(6)</u>	<u>(7) = 3 x 5 x 6</u>
<u>1</u>	<u>Serviços de Copeira - das 07h às 16h</u>	<u>02</u>	<u>Unidade (mês)</u>	<u>30</u>	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>
	<u>Serviços de Copeira - das 08h às 17h</u>	<u>01</u>	<u>Unidade (mês)</u>	<u>30</u>	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>
	<u>Serviços de Copeira - das 09h às 18h</u>	<u>01</u>	<u>Unidade (mês)</u>	<u>30</u>	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>
	<u>Serviços de Garçom - das 08h às 17h</u>	<u>01</u>	<u>Unidade (mês)</u>	<u>30</u>	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>
	<u>Serviços de Garçom - das 09h às 18h</u>	<u>02</u>	<u>Unidade (mês)</u>	<u>30</u>	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>
	<u>Serviços de Garçom - das 10h às 19h</u>	<u>01</u>	<u>Unidade (mês)</u>	<u>30</u>	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>
<u>VALOR TOTAL DE SERVIÇOS PARA 30 (TRINTA) MESES</u>					<u>R\$</u>	
<u>INSUMOS</u>						
<u>ITEM</u>	<u>ESPECIFICAÇÃO</u>	<u>UNIDADE DE MEDIDA</u>	<u>QUANTIDADE ESTIMADA MENSAL</u>	<u>QUANTIDADE TOTAL PARA 30 MESES</u>	<u>VALOR UNITÁRIO</u>	<u>VALOR TOTAL PARA 30 MESES</u>
<u>(1)</u>	<u>(2)</u>				<u>(6)</u>	<u>(7) = 5 x 6</u>

		(3)	(4)	(5)		
<u>2</u>	<u>Café: torrado e moído, intensidade média, tipo tradicional, pacote com 500gr.</u>	<u>Kg</u>	<u>100</u>	<u>3.000</u>	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>
<u>3</u>	<u>Chocolate em pó ou mistura em pó para preparo de chocolate quente, solúvel, com teor adequado de cacau, acondicionado em embalagem original lacrada de 500 gramas.</u>	<u>Kg</u>	<u>18</u>	<u>540</u>	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>
<u>4</u>	<u>Chá de Morango – caixa com 10 unidades.</u>	<u>Caixa (com 10 unidades)</u>	<u>10</u>	<u>300</u>	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>
<u>5</u>	<u>Chá Mate - caixa com 10 unidades.</u>	<u>Caixa (com 10 unidades)</u>	<u>5</u>	<u>150</u>	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>
<u>6</u>	<u>Chá de Erva-Doce -caixa com 10 unidades.</u>	<u>Caixa (com 10 unidades)</u>	<u>10</u>	<u>300</u>	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>
<u>7</u>	<u>Chá de limão - caixa com 10 unidades.</u>	<u>Caixa (com 10 unidades)</u>	<u>5</u>	<u>150</u>	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>
<u>8</u>	<u>Chá de Hortelã - caixa com 10 unidades.</u>	<u>Caixa (com 10 unidades)</u>	<u>10</u>	<u>300</u>	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>
<u>9</u>	<u>Chá de Camomila - caixa com 10 unidades.</u>	<u>Caixa (com 10 unidades)</u>	<u>10</u>	<u>300</u>	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>
<u>10</u>	<u>Chá de maçã com canela - caixa com 10 unidades.</u>	<u>Caixa (com 10 unidades)</u>	<u>10</u>	<u>300</u>	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>
<u>11</u>	<u>Açúcar refinado, pacote de 1kg.</u>	<u>Kg</u>	<u>30</u>	<u>900</u>	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>
<u>12</u>	<u>Açúcar: Refinado em sache, caixa com 400 unidades.</u>	<u>Caixa</u>	<u>5</u>	<u>150</u>	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>
<u>13</u>	<u>Adoçante sachê – caixa com 50 unidades.</u>	<u>Caixa</u>	<u>2</u>	<u>60</u>	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>

<u>14</u>	<u>Adoçante Líquido - frasco com 200ml</u>	<u>Frasco</u>	<u>6</u>	<u>180</u>	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>
<u>15</u>	<u>Biscoito doce sabor maizena, sem recheio, em embalagem de. 350/400g, contendo 3 tabletes.</u>	<u>Pacote</u>	<u>50</u>	<u>1.500</u>	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>
<u>1</u>	<u>Biscoito salgado tipo Cream Cracker amanteigado, em embalagem de. 350/400g, contendo 3 tabletes.</u>	<u>Pacote</u>	<u>50</u>	<u>1.500</u>	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>
<u>17</u>	<u>Bolacha doce tipo rosquinha, sabor leite, em embalagem de 500g.</u>	<u>Pacote</u>	<u>50</u>	<u>1.500</u>	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>
<u>18</u>	<u>Bolacha doce tipo rosquinha sabor coco, em embalagem de 500g.</u>	<u>Pacote</u>	<u>50</u>	<u>1.500</u>	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>
<u>19</u>	<u>Bolacha doce tipo rosquinha, sabor chocolate, em embalagem de 500g.</u>	<u>Pacote</u>	<u>50</u>	<u>1.500</u>	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>
<u>20</u>	<u>Copos de plástico descartáveis para água com capacidade volumétrica de 150ml. Pacote com 100 unidades</u>	<u>Pacote</u>	<u>5</u>	<u>150</u>	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>
<u>21</u>	<u>Copos de plástico descartáveis para café com capacidade volumétrica de 50ml. Pacote com 100 unidades</u>	<u>Pacote</u>	<u>5</u>	<u>150</u>	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>
<u>22</u>	<u>Coador de café em pano (flanela ou algodão), tamanho grande, próprio para uso industrial e preparo de grandes volumes de café, com costura reforçada, lavável e reutilizável, acompanhado de suporte resistente compatível</u>	<u>Unidade</u>	<u>3</u>	<u>90</u>	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>
<u>23</u>	<u>Mexedor de café descartável. Pacote com 100 unidades</u>	<u>Pacote</u>	<u>2</u>	<u>60</u>	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>
<u>24</u>	<u>Água sanitária de boa qualidade, para desinfetar (ação bactericida) ambiente.</u>	<u>Litro</u>	<u>1</u>	<u>30</u>	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>
<u>25</u>	<u>Álcool etílico líquido 54 GL</u>	<u>Litro</u>	<u>2</u>	<u>60</u>	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>
<u>26</u>	<u>Detergente líquido, Neutro, biodegradável para lavagem de utensílios de cozinha e louças em geral, frasco com 500 ml.</u>	<u>Frasco</u>	<u>6</u>	<u>180</u>	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>

<u>27</u>	<u>Esponja macia para limpeza e lavagem de utensílios de cozinha e louças em geral - Pacote com 4 unidades.</u>	<u>Unidade</u>	<u>2</u>	<u>60</u>	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>
<u>28</u>	<u>Pano para secagem de louça (pano de prato).</u>	<u>Unidade</u>	<u>4</u>	<u>120</u>	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>
<u>29</u>	<u>Sabão em pó 500g</u>	<u>Caixa</u>	<u>1</u>	<u>30</u>	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>
<u>30</u>	<u>Luva de borracha cano longo grande par</u>	<u>Par</u>	<u>1</u>	<u>30</u>	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>
<u>31</u>	<u>Rodo, com cabo de madeira plastificada com rosca, medindo no mínimo 1,20 cm de comprimento Utilização: Piso ou qualquer superfície lisa</u>	<u>Unidade</u>	<u>-</u>	<u>5</u>	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>
<u>32</u>	<u>Vassoura de pelo sintético para piso com no mínimo 30 cm. Base madeira com cabo. Cabo medindo aprox. 1,20 cm. plastificado e pendurico.</u>	<u>Unidade</u>	<u>-</u>	<u>5</u>	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>
<u>33</u>	<u>Pano para limpeza de chão</u>	<u>Unidade</u>	<u>4</u>	<u>120</u>	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>
<u>34</u>	<u>Carrinho de serviços gerais tipo copa com duas alças, 3 bandejas e quarnições; Descrição do carrinho: Carrinho aramado, acabamento cromado, com 01 prateleira alta e 02 prateleiras baixas, sendo 02 rodízios giratórios com freio e 02 sem freio rodas de 4" em borracha; Dimensões aproximadas de (C x L x A): 762 x 457 x 840 mm;</u>	<u>Unidade</u>	<u>-</u>	<u>4</u>	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>
<u>35</u>	<u>Jarra: de Vidro. Resistente; Capacidade Mínima para 1,5 Litros; Com Diâmetro Mínimo de 8 Cm; Altura Mínima de 21 Cm; Com Tampa e Com Alça;</u>	<u>Unidade</u>	<u>-</u>	<u>10</u>	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>
<u>36</u>	<u>Bandeja de Aço Inox. (41 x 29)cm, Formato retangular Com Alça com forro;</u>	<u>Unidade</u>	<u>-</u>	<u>18</u>	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>
<u>37</u>	<u>Garrafa Térmica de mesa – Capacidade mínima de 1,5 litros;</u>	<u>Unidade</u>	<u>-</u>	<u>30</u>	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>
<u>38</u>	<u>Açucareiro em Inox - 300 ml</u>	<u>Unidade</u>	<u>-</u>	<u>12</u>	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>



<u>39</u>	<u>Jogo de 06 (seis) xícaras com pires para cafezinho, em cerâmica, na cor branca, capacidade 50 ml;</u>	<u>Unidade</u>	-	<u>30</u>	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>
<u>40</u>	<u>Jogo de 06 (seis) xícaras com pires para chá, em cerâmica, na cor branca, capacidade 150 ml;</u>	<u>Unidade</u>	-	<u>20</u>	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>
<u>41</u>	<u>Jogo de 06 Copos de Vidro, 250 ML, DIAM. 7,5 CM, INCOLOR;</u>	<u>Unidade</u>	-	<u>30</u>	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>
<u>42</u>	<u>Jogo de 06 (seis) colheres, em aço inoxidável, pequena, para café, lisa e polida com 1,50 mm de espessura;</u>	<u>Unidade</u>	-	<u>30</u>	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>
<u>43</u>	<u>Fogão elétrico com duas bocas. Inox indutor. Potência Total: Aproximadamente 3826W, Tensão 220V.</u>	<u>Unidade</u>	-	<u>4</u>	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>
<u>44</u>	<u>Canecão - Fervedor Inox Industrial de 5 litros</u>	<u>Unidade</u>	-	<u>12</u>	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>
<u>45</u>	<u>Esterilizador Banho Maria 2 Bules Inox. Potência: 750W, Tensão: 127V ou 220V</u>	<u>Unidade</u>	-	<u>4</u>	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>
<b>VALOR TOTAL ESTIMADO DE INSUMOS PARA 30 (TRINTA) MESES</b>					<b>R\$</b>	

presente Termo de Contrato vincula-se à seguinte documentação, que se considera parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição:

- 1.3.1 O Termo de Referência;
- 1.3.2 O Edital da Licitação;
- 1.3.3 A Proposta do Contratado; e
- 1.3.4 Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.4 O regime de execução deste contrato é o de Empreitada por Preço Unitário.

## 2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1 O prazo de vigência da contratação é de 30 (trinta) meses, contados da emissão da Ordem de Início dos Serviços, prorrogável por até 10 (dez) anos, a critério do Contratante, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.1 O Contratado poderá se opor à prorrogação de que trata a subdivisão acima, desde que o faça mediante documento escrito, recepcionado pelo Contratante em até 90 (noventa) dias antes do vencimento do contrato ou de cada uma das prorrogações do prazo de vigência.

2.1.2 Dentre outras exigências, a prorrogação de que trata a subdivisão acima é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração e em harmonia com os preços do mercado, conforme pesquisa a ser realizada à época do aditamento pretendido, permitida a negociação com o Contratado, observando-se, ainda, os seguintes requisitos:

- a) Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

- b) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- c) Seja juntada justificativa, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- d) Haja manifestação expressa do Contratado informando o interesse na prorrogação;
- e) Seja comprovado que o Contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

2.1.3 O Contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual, e não poderá pleitear qualquer espécie de indenização em razão da não prorrogação do prazo de vigência contratual por conveniência do Contratante.

2.1.4 Eventuais prorrogações de contrato serão formalizadas mediante celebração de termo aditivo, respeitadas as condições prescritas na Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.5 Nas eventuais prorrogações contratuais, custos não renováveis já pagos ou amortizados no âmbito da contratação, quando houver, deverão ser eliminados como condição para a prorrogação.

2.1.6 O contrato não poderá ser prorrogado quando o Contratado tiver sido penalizado com as sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

2.1.7 Não obstante o prazo estipulado nesta cláusula, a vigência nos exercícios subsequentes ao da celebração do contrato estará sujeita a condições resolutivas consubstanciadas:

I - na inexistência de recursos aprovados nas respectivas Leis Orçamentárias de cada exercício para atender as respectivas despesas, acarretando a extinção do contrato a partir de sua ocorrência; ou

II - na ausência de vantagem para o Contratante na manutenção do contrato, desde que o Contratante comunique ao Contratado a opção pela extinção do contrato com ao menos 2 (dois) meses de antecedência em relação à próxima data de aniversário do contrato, acarretando a extinção do contrato a partir da referida data de aniversário contratual.

2.1.8 Ocorrendo a resolução do contrato, com base em uma das condições resolutivas estipuladas na subdivisão acima desta cláusula, o Contratado não terá direito a qualquer espécie de indenização.

### **3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)**

3.1 O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de início, conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto, e critérios de medição, constam no Termo de Referência, que constitui parte integrante deste Contrato.

### **4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

**4.1 Não será admitida a subcontratação, cessão ou transferência, total ou parcial, do objeto contratual.**

### **5. CLÁUSULA QUINTA - PREÇO**

5.1 O valor mensal da contratação é de **R\$ ..... (.....)**, perfazendo o valor total de **R\$ ..... (....)**.

5.2 No valor acima estão incluídos, além do lucro, todas as despesas diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

**5.3 O valor indicado nesta cláusula é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao Contratado dependerão dos quantitativos efetivamente demandados, medidos e fornecidos.**

**5.4 Caso o Contratado seja optante pelo Simples Nacional e, por causa superveniente à contratação, perca as condições de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte ou, ainda, torne-se impedido de beneficiar-se desse regime tributário diferenciado por incorrer em alguma das vedações previstas na Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderá deixar de cumprir as obrigações avençadas perante a Administração,**

tampouco requerer o reequilíbrio econômico-financeiro, com base na alegação de que a sua proposta levou em consideração as vantagens daquele regime tributário diferenciado.

## **6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)**

6.1 O prazo para pagamento ao Contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, que constitui parte integrante deste Contrato.

## **7. CLÁUSULA SÉTIMA - REPACTUAÇÃO DOS PREÇOS CONTRATADOS (art. 92, V e X)**

7.1 Os preços inicialmente ajustados poderão ser repactuados para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, após o interregno de 1 (um) ano, mediante solicitação do Contratado.

7.2 O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:

- a. Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir da data de início dos efeitos financeiros do acordo, convenção coletiva ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;
- b. Para os demais custos, decorrentes do mercado (não relativos a mão de obra): a partir da data da apresentação da proposta.

7.3 Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir da data da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto da nova solicitação.

7.3.1 Entende-se como última repactuação a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela em que apostilada.

7.4 A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, observado o princípio da anualidade do reajuste de preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, como os decorrentes de mão de obra e os decorrentes dos insumos necessários à execução dos serviços (art. 135, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021).

7.5 Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, a repactuação dos custos contratuais decorrentes da mão de obra poderá ser dividida em tantos quantos forem os acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho das respectivas categorias (art. 135, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

7.6 É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de lei, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho.

7.7 Na repactuação, o Contratante não se vinculará às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados do Contratado, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade (art. 135, §§ 1º e 2º, da Lei nº 14.133, de 2021).

7.8 Quando a repactuação solicitada pelo Contratado se referir aos custos da mão de obra, o Contratado efetuará a demonstração analítica da variação dos custos por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, convenção coletiva ou sentença normativa da categoria profissional abrangida pelo contrato que fundamenta a repactuação.

7.8.1 A repactuação para reajustamento do contrato em razão de novo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho visa a repassar integralmente a variação de custos da mão de obra decorrente desses instrumentos.

7.9 Quando a repactuação solicitada pelo Contratado se referir aos demais custos, decorrentes do mercado (não relativos a mão de obra), a respectiva variação será apurada mediante a aplicação do índice de reajustamento **IPC-FIPE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, observando a data de referência e o interregno mínimo definidos nesta cláusula**, com base na seguinte fórmula:

$R = V (I - I^0) / I^0$ , onde:

R = Valor do reajustamento procurado;

V = Valor contratual correspondente à parcela dos custos decorrentes do mercado (não relativos a mão de obra) a ser reajustada;

Iº = Índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data de apresentação da proposta ou à data do último reajustamento aplicado;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento

7.9.1 No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo; fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

7.9.2 Nas aferições finais, o índice utilizado para a repactuação dos custos decorrentes do mercado (não relativos a mão de obra) será, obrigatoriamente, o definitivo.

7.9.3 Caso o índice estabelecido venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

7.9.4 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente dos custos decorrentes do mercado (não relativos a mão de obra), por meio de termo aditivo.

7.10 Independentemente do requerimento de repactuação dos custos decorrentes do mercado (não relativos a mão de obra), o Contratante verificará, a cada anualidade, se houve deflação do índice adotado que justifique o recálculo dos custos em valor menor, promovendo, em caso positivo, a redução dos valores correspondentes da planilha contratual.

7.11 Os efeitos financeiros da repactuação decorrente da variação dos custos contratuais de mão de obra vinculados aos acordos, às convenções ou aos dissídios coletivos de trabalho retroagirão, quando for o caso, à data do início dos efeitos financeiros do novo acordo, convenção ou sentença normativa que fundamenta a repactuação.

7.12 Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações poderão se iniciar em data futura, desde que assim acordado entre as partes, sem prejuízo da contagem da anualidade para concessão das repactuações futuras.

7.13 Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

7.14 O pedido de repactuação deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação ou encerramento contratual, sob pena de preclusão.

7.15 Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, convenção coletiva ou dissídio coletivo da categoria, ou ainda não tenha sido possível ao Contratante ou ao Contratado proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

7.16 A extinção do contrato não configurará óbice para o deferimento da repactuação solicitada tempestivamente, hipótese em que será concedida por meio de termo indenizatório.

7.17 O Contratante decidirá sobre o pedido de repactuação em até **01 (um) mês**, contado a partir da data em que for apresentada, pelo Contratado, solicitação acompanhada de documentação contendo demonstração analítica da variação dos custos a serem repactuados (art. 92, § 6º, c/c o art. 135, § 6º, da Lei nº 14.133, de 2021).

7.17.1 O prazo referido na subdivisão anterior não se iniciará enquanto o Contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo Contratante para a comprovação da variação dos custos.

7.18 A repactuação de preços será formalizada por apostilamento.

7.19 As repactuações não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato com base no disposto no art. 124, inciso II, alínea "d", da Lei nº 14.133, de 2021.

7.20 Se ocorrer repactuação para valor maior, o Contratado deverá complementar a garantia contratual que tenha sido anteriormente prestada, caso exigida neste instrumento, de modo que se mantenha a proporção inicial em relação ao valor contratado.

7.21 Caso ocorra majoração da tarifa de transporte público, será facultada a revisão de item relativo a valores pagos a título de vale-transporte, constante da Planilha de Custos e Formação de Preços que constitui parte integrante do presente Contrato, desde que comprovada pelo Contratado a sua efetiva repercussão sobre os preços contratados. Caso sejam preenchidos os requisitos legais, a revisão dos custos relativos ao vale-transporte será formalizada por termo aditivo a este Contrato.

## **8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)**

### **8.1 São obrigações do Contratante:**

8.1.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e a documentação que o integra;

8.1.2 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3 Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, a expensas do Contratado;

8.1.4 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.1.5 Comunicar ao Contratado para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento, se houver parcela incontroversa no caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, observando-se o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.6 Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.7 Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.8 Não praticar atos de intervenção indevida na gestão interna do Contratado, tais como (art. 48 da Lei nº 14.133, de 2021):

I) indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;

II) fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo Contratado;

III) estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do Contratado;

IV) definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;

V) demandar a funcionário do Contratado a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação;

VI) realizar outras exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do Contratado;

8.1.9 Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria Geral do Estado para adoção das medidas cabíveis quando necessária medida judicial diante do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.1.10 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste, observado o prazo de **01 (um) mês** para decisão, a contar da conclusão da instrução do requerimento, admitida a prorrogação motivada, por igual período, e excepcionada a hipótese de disposição legal ou cláusula contratual que estabeleça prazo específico;

8.1.11 Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de **01 (um) mês**, contado a partir da conclusão da instrução do requerimento, sendo admitida a prorrogação motivada desse prazo por igual período, e observado o disposto no parágrafo único do artigo 131 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.12 Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (§ 4º, do art. 137, da Lei nº 14.133, de 2021);

8.1.13 Observar que constitui responsabilidade da Administração Pública garantir as condições de segurança, higiene e salubridade dos trabalhadores, quando o trabalho for realizado em suas dependências ou local previamente convencionado em contrato;

8.1.14 Observar, no tratamento de dados pessoais de profissionais, empregados, prepostos, administradores e/ou sócios do Contratado, a que tenha acesso durante a execução do objeto a que se refere a cláusula primeira deste contrato, as normas legais e regulamentares aplicáveis, em especial, a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, com suas alterações subsequentes.

8.2 O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro não se iniciará enquanto o Contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo Contratante para adequada instrução do requerimento.

8.3 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus profissionais, prepostos ou subordinados.

## **9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)**

9.1 O Contratado deve cumprir todas as obrigações estabelecidas em lei, e aquelas constantes deste Contrato e da documentação que o integra, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.1.1 Designar e manter preposto aceito pelo Contratante para representar o Contratado na execução do contrato;

9.1.1.1 A indicação ou a manutenção do preposto do Contratado poderá ser recusada pelo Contratante, desde que devidamente justificada, hipótese em que o Contratado deverá designar outro para o exercício da atividade;

9.1.2 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.1.3 Alocar os profissionais necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, utilizando os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e à legislação de regência;

9.1.4 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.1.5 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, não excluindo nem reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida na documentação que integra este instrumento, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.1.6 Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do Contratante, de agente público que desempenhe(ou) função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.1.7 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – Sicaf, ou em outros meios eletrônicos hábeis de informações, ou em documentação apresentada pelo Contratado para cumprimento da disciplina da fiscalização administrativa do Termo de Referência, o Contratado deverá atender a notificação para entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, os seguintes documentos: 1) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 2) certidões que comprovem regularidade fiscal perante as Fazendas Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital do



domicílio ou sede do Contratado que tenham sido exigidas para fins de habilitação na documentação que integra este instrumento; 3) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 4) Certidão Negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de Débitos Trabalhistas;

9.1.8 Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, ou Dissídio Coletivo de Trabalho das categorias abrangidas pelo contrato, e por todas as obrigações e encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, sociais, comerciais e os demais previstos em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante, nos termos do artigo 121 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.1.9 Comunicar ao Fiscal do contrato, assim que possível, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução dos serviços;

9.1.10 Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do objeto;

9.1.11 Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.1.12 Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;

9.1.13 Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

9.1.14 Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do Termo de Referência, observando-se o disposto no Capítulo VII do Título III da Lei nº 14.133, de 2021;

9.1.15 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 (quatorze) anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.1.16 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

9.1.17 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas (art. 116 [da](#) Lei nº 14.133, de 2021);

9.1.18 Comprovar o cumprimento da reserva de cargos a que se refere a subdivisão acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, [da](#) Lei nº 14.133, de 2021);

9.1.19 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato, respondendo, administrativa, civil e criminalmente por sua indevida divulgação e incorreta ou inadequada utilização;

9.1.20 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de atividade;

9.1.21 Cumprir as disposições legais e regulamentares federais, estaduais e municipais que interfiram na execução do objeto, bem como as normas de segurança do Contratante;

9.1.22 Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho, inclusive equipamentos e instalações, em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;

9.1.23 Garantir o acesso do Contratante, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do objeto;

9.1.24 Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;

9.1.25 Prestar os serviços conforme os parâmetros e rotinas estabelecidos, utilizando todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, e normas da legislação;

9.1.26 Disponibilizar ao Contratante os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;

9.1.27 Fornecer os uniformes a serem utilizados por seus empregados, conforme disposto no Termo de Referência, sem repassar quaisquer custos a estes;

9.1.28 Apresentar relação mensal dos empregados que expressamente optarem por não receber o vale-transporte;

9.1.29 Efetuar o pagamento dos salários dos empregados alocados na execução contratual mediante depósito na conta bancária de titularidade do trabalhador, em agência situada na localidade ou região metropolitana em que ocorre a prestação dos serviços, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte do Contratante. Em caso de impossibilidade de cumprimento desta disposição, o Contratado deverá apresentar justificativa, a fim de que o Contratante analise sua plausibilidade e possa verificar a realização do pagamento;

9.1.30 Autorizar o Contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como a fazer o desconto das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis;

9.1.31 Não permitir que o empregado designado para trabalhar em um turno preste seus serviços no turno imediatamente subsequente;

9.1.32 Atender às solicitações do Contratante quanto à substituição dos profissionais alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito no Termo de Referência;

9.1.33 Instruir seus profissionais quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

9.1.34 Instruir seus profissionais a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o Contratado relatar ao Contratante toda e qualquer eventual ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

9.1.35 Instruir seus empregados, no início da execução contratual, quanto à obtenção das informações de seus interesses junto aos órgãos públicos, relativas ao contrato de trabalho e obrigações a ele inerentes, adotando, entre outras, as seguintes medidas:

9.1.35.1 Viabilizar o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita do Brasil, quando disponível, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;

9.1.35.2 Viabilizar a emissão do cartão cidadão pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados que necessitem dessa providência para acesso às informações de seu interesse, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado, admitindo-se que essa providência seja substituída por outro meio comprovadamente eficaz de acesso a essas informações;

9.1.36 Oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para a obtenção de extratos de recolhimentos de seus direitos sociais, preferencialmente por meio eletrônico, quando disponível;

9.1.37 Não se beneficiar do regime tributário do Simples Nacional em caso de enquadramento em uma das vedações da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;



9.1.37.1 Quando for o caso, se caracterizado enquadramento em uma das vedações da Lei Complementar nº 123, de 2006, o Contratado deverá requerer ao órgão fazendário competente a sua exclusão do Simples Nacional até o último dia útil do mês subsequente àquele em que ocorrida a situação de vedação, nos termos do artigo 30, caput, inciso II, e § 1º, inciso II, do mesmo diploma legal, apresentando ao Contratante a comprovação da exclusão ou o seu respectivo protocolo;

9.2 Em atendimento à Lei nº 12.846, de 2013, e ao Decreto estadual nº 69.588, de 2025, o Contratado se compromete a conduzir os seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, de modo que o Contratado não poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, tampouco aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, por conta própria ou por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie relacionados de forma direta ou indireta ao objeto deste contrato, o que deve ser observado, ainda, pelos seus prepostos, colaboradores e eventuais subcontratados, caso permitida a subcontratação.

9.2.1 O descumprimento das obrigações previstas na subdivisão acima poderá submeter o Contratado à extinção unilateral do contrato, a critério do Contratante, sem prejuízo da aplicação das sanções penais e administrativas cabíveis e, também, da instauração do processo administrativo de responsabilização de que tratam a Lei nº 12.846, de 2013, e o Decreto estadual nº 69.588, de 2025.

9.3 O Contratado obriga-se a não admitir a participação, na execução deste contrato, de:

9.3.1 agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, ou terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica, nos termos dos §§ 1º e 2º do artigo 9º da Lei nº 14.133, de 2021;

9.3.2 pessoa que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, nos termos do inciso IV do artigo 14 e/ou parágrafo único do artigo 48 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.3.3 pessoas que se enquadrem nas demais vedações previstas no artigo 14 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.4 O Contratado deverá observar a vedação constante do Decreto estadual nº 68.829, de 4 de setembro de 2024.

## 10. CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1 Sempre que realizarem qualquer tipo de tratamento de dados pessoais no âmbito da execução do objeto deste contrato, as partes deverão observar as normas previstas na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), com suas alterações subsequentes, e as demais normas legais e regulamentares aplicáveis.

## 11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

11.1 A contratação conta com garantia de execução prestada pelo Contratado, nos moldes do art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021, na modalidade XXXXXX, no valor de R\$ \_\_\_\_\_, correspondente a 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato, observando-se para a definição e aplicação desse percentual, quando o caso, o disposto no parágrafo único do artigo 98 do referido diploma legal, limitada ao equivalente a 2 (dois) meses do custo da folha de pagamento dos empregados do Contratado que venham a participar da execução dos serviços contratados.

## 12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

12.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

2.2 Garantida a prévia defesa, serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

**i) Advertência**, se o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

**ii) Impedimento de licitar e contratar**, se praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” da subdivisão anterior desta cláusula, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

**iii) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” da subdivisão anterior desta cláusula, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d” da referida subdivisão, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021);

**iv) Multa:** Calculada em conformidade com a documentação que integra este instrumento.

iv.1) A sanção de multa prevista no inciso II do *caput* do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, calculada na forma deste Contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato (§ 3º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021).

12.3 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, § 9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4 A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas neste Contrato (art. 156, § 7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.1 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.2 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra este instrumento, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.5 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no *caput* e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.6 Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.7 As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

12.8 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159 da Lei nº 14.133, de 2021).

12.9 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 14.133, de 2021, ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160 da Lei nº 14.133, de 2021).

12.10 O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (Art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021).

12.11 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

### **13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)**

13.1 O contrato poderá ser extinto na forma, pelos motivos e com as consequências previstos nos artigos 137 a 139 e 155 a 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.1.1 O Contratado reconhece desde já os direitos do Contratante nos casos de extinção por ato unilateral da Administração, prevista no artigo 138 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.1.2 O contrato poderá ser extinto por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, devendo a extinção ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.1.3 A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção contratual se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.3.1 Se a operação societária de que trata a subdivisão acima implicar mudança em pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizada alteração subjetiva por termo aditivo.

13.2 O termo de extinção, sempre que possível, será precedido da indicação de:

13.2.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.2.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.2.3 Indenizações e multas.

13.3 A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento de eventual desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, *caput*, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.4 O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pelo Contratado, incluindo o descumprimento das obrigações trabalhistas, não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias ou para com o FGTS, ou a não manutenção das condições de habilitação pelo Contratado, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste instrumento e na legislação vigente, podendo culminar em extinção contratual, por ato unilateral e escrito do Contratante, com base nos artigos 50, 121 e 137 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.5 Quando da extinção da contratação, o fiscal administrativo deverá verificar o pagamento pelo Contratado das verbas rescisórias ou os documentos que comprovem que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços do Contratado, sem que ocorra a extinção do contrato de trabalho.

13.5.1 Até que o Contratado comprove o disposto na subdivisão anterior, o Contratante reterá:

13.5.1.1 a garantia contratual, caso exigida na documentação que integra este instrumento - prestada com cobertura para os casos de descumprimento das obrigações de natureza trabalhista e previdenciária, incluídas as verbas rescisórias -, a qual será executada para reembolso dos prejuízos sofridos pela Administração, nos termos da legislação que rege a matéria (art. 121, § 3º, I, e art. 139, III, "b", da Lei n.º 14.133, de 2021); e

13.5.1.2 os valores das Notas fiscais ou Faturas correspondentes, até que a situação seja regularizada.

13.6 Na hipótese da subdivisão anterior, não havendo quitação das verbas trabalhistas por parte do Contratado no prazo de 15 (quinze) dias, o Contratante poderá efetuar o pagamento das verbas trabalhistas diretamente aos empregados do Contratado que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato, deduzindo o respectivo valor do pagamento devido ao Contratado (art. 121, § 3º, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.7 O Contratante poderá ainda:

13.7.1 nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo Contratado, reter a garantia prestada a ser executada (art. 139, III, "c", da Lei n.º 14.133, de 2021), conforme legislação que rege a matéria, caso tenha ocorrido exigência de prestação de garantia na documentação que integra este instrumento; e

13.7.2 nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do Contratado decorrentes do contrato.

13.8 Se for constatada irregularidade no procedimento licitatório ou na execução contratual, caso não seja possível o saneamento, a decisão pelo Contratante sobre a suspensão da execução ou sobre a declaração de nulidade do contrato somente será adotada na hipótese em que se revelar medida de interesse público, observado o disposto nos artigos 147 a 149 da Lei nº 14.133, de 2021, conferindo-se ao Contratado oportunidade para prévia manifestação e participação na instrução.

#### **14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES**

14.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2 O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto, a critério exclusivo do Contratante, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3 Se o contrato não contemplar preços unitários para serviços cujo aditamento se fizer necessário, esses serão fixados por meio da aplicação da relação geral entre os valores da proposta e o do orçamento-base da Administração sobre os preços referenciais ou de mercado vigentes na data do aditamento, respeitados os limites estabelecidos no artigo 125 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.4 Eventuais alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, respeitadas as disposições da Lei nº 14.133, de 2021, admitindo-se que, nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, a formalização do aditivo ocorra no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

14.5 Caso haja alteração unilateral do contrato que aumente ou diminua os encargos do Contratado, o equilíbrio econômico-financeiro inicial será restabelecido no mesmo termo aditivo.

14.6 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

#### **15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)**

15.1 No presente exercício, as despesas decorrentes desta contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no respectivo Orçamento do Estado, na dotação abaixo discriminada:

**I. Gestão/Unidade: 390105;**

**II. Fonte de Recursos: 150010001;**

**III. Programa de Trabalho: 26122160160920000;**

**IV. Elemento de Despesa: 33903965;**

**V. Nota de Empenho:**

**15.2 Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao(s) exercício(s) financeiro(s) subsequente(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.**

**16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)**

16.1 Aplicam-se aos casos omissos as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e disposições regulamentares pertinentes, e, subsidiariamente, as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e princípios gerais dos contratos.

**17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO**

17.1 Incumbirá ao Contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, § 2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 22 do Decreto estadual nº 68.155, de 2023.

**18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO (art. 92, §1º)**

18.1 Fica eleito o Foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo para dirimir quaisquer questões que decorrerem deste Termo de Contrato, que não puderem ser resolvidas na esfera administrativa, conforme art. 92, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

E assim, por estarem as partes justas e contratadas, foi lavrado o presente instrumento em **01 (uma) via**, que, lido e achado conforme pelo Contratado e pelo Contratante, vai por eles assinado para que produza todos os efeitos de Direito, sendo assinado também pelas testemunhas abaixo identificadas.

**São Paulo, data da última assinatura eletrônica das partes**

\_\_\_\_\_  
Representante legal do CONTRATANTE

\_\_\_\_\_  
Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-

**2. Responsáveis**

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**JULIANA CRISTINA MORELLI**

Responsável pela Elaboração do Documento



*Assinou eletronicamente em 13/04/2026 às 16:07:49.*

**ANEXO LC-01 - TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO  
(CONTRATOS)**

CONTRATANTE: **SECRETARIA DE PARCERIAS EM INVESTIMENTOS**

CONTRATADO:

CONTRATO SPI Nº: 0XX/2026

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS DE COPEIRAGEM COM FORNECIMENTO DE TODOS OS MATERIAIS DE CONSUMO, MATERIAIS DE LIMPEZA/HIGIENE, UNIFORME E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, A SEREM EXECUTADOS COM REGIME DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

**1. Estamos CIENTES de que:**

- a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://doe.tce.sp.gov.br/>), em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2024, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa (s);
- e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

**2. Damos-nos por NOTIFICADOS para:**

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

São Paulo, na data da última assinatura digital

**AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:**

Nome: RAFAEL ANTONIO CREN BENINI  
Cargo: SECRETÁRIO  
CPF: 223.011.918-42

**RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA  
DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:**

Nome: LAÉRCIO PAULINO SIMÕES  
Cargo: SUBSECRETÁRIO DE GESTÃO CORPORATIVA  
CPF: 822.684.878-49

**RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:**

**PELO CONTRATANTE:**

Nome: LAÉRCIO PAULINO SIMÕES  
Cargo: SUBSECRETÁRIO DE GESTÃO CORPORATIVA  
CPF: 822.684.878-49

**PELA CONTRATADA:**

Nome: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX  
Cargo: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX  
CPF : XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Nome: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX  
Cargo: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX  
CPF: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

**ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:**

Nome: LAÉRCIO PAULINO SIMÕES  
Cargo: SUBSECRETÁRIO DE GESTÃO CORPORATIVA  
CPF: 822.684.878-49

**GESTOR(ES) DO CONTRATO:**

Nome: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX  
Cargo: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Comentado [JC1]: Inserir dados do responsável da contratada



CPF: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

**Comentado [JC2]:** Inserir os dados do gestor do contrato

**DEMAIS RESPONSÁVEIS (\*):**

Tipo de ato sob sua responsabilidade:

TESTEMUNHAS

1) Nome: FABIANA TUCILIO FANIZZI DE MORAIS  
Cargo: DIRETORA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA  
CPF: 315.103.078-50

2) Nome: SAMMARA GOMES ROCHA  
Cargo: COORDENADORA GESTÃO E INFRAESTRUTURA  
CPF: 025.800.151-83

**Comentado [JC3]:** Verificar se estas serão, de fato, as testemunhas que irão assinar o termo de contrato

(\*) - O Termo de Ciência e de Notificação deve identificar as pessoas físicas que tenham concorrido para a prática do ato jurídico, na condição de ordenador da despesa; de partes contratantes; de responsáveis por ações de acompanhamento, monitoramento e avaliação; de responsáveis por processos licitatórios; de responsáveis por prestações de contas; de responsáveis com atribuições previstas em atos legais ou administrativos e de interessados relacionados a processos de competência deste Tribunal. Na hipótese de prestações de contas, caso o signatário do parecer conclusivo seja distinto daqueles já arrolados como subscritores do Termo de Ciência e de Notificação, será ele objeto de notificação específica.

**DECLARAÇÃO DE DOCUMENTOS À DISPOSIÇÃO DO TCE-SP**

**CONTRATANTE:** SECRETARIA DE PARCERIAS EM INVESTIMENTOS

**CNPJ Nº:** 96.480.850/0001-03

**CONTRATADA:**

**CNPJ Nº:**

**CONTRATO Nº (DE ORIGEM):**

**DATA DA ASSINATURA:**

**VIGÊNCIA:** 30 MESES, CONTADOS DA ASSINATURA DO CONTRATO

**OBJETO:** CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS DE COPEIRAGEM COM FORNECIMENTO DE TODOS OS MATERIAIS DE CONSUMO, MATERIAIS DE LIMPEZA/HIGIENE, UNIFORME E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, A SEREM EXECUTADOS COM REGIME DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA.

**VALOR (R\$):**

Declaro(amos), na qualidade de responsável(is) pela entidade supra epigrafada, sob as penas da Lei, que os demais documentos originais, atinentes à correspondente licitação, encontram-se no respectivo processo administrativo arquivado na origem à disposição do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, e serão remetidos quando requisitados.

São Paulo, na data da assinatura digital.

**LAÉRCIO PAULINO SIMÕES**  
SUBSECRETÁRIO DE GESTÃO CORPORATIVA



# DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Publicado na Edição de 17 de fevereiro de 2025 | Caderno Executivo | Seção Atos Normativos

## Resolução SPI nº 007/2025

Dispõe sobre o procedimento para a aplicação das sanções previstas, Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito das licitações e contratações administrativas da Secretaria de Parcerias em Investimentos.

O SECRETÁRIO DE PARCERIAS EM INVESTIMENTOS, no uso de suas atribuições,

### CAPÍTULO I

#### Das Disposições Preliminares

**Artigo 1º** - A aplicação das sanções previstas na Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito das licitações e contratações administrativas promovidas pela Secretaria de Parcerias em Investimentos, obedecerá ao disposto nesta resolução.

**Parágrafo único** - Esta resolução não é aplicável às licitações e contratações administrativas referentes a projetos de parceria, assim compreendidos os qualificados na forma do § 2º do artigo 1º da Lei nº 16.933, de 24 de janeiro de 2019.

### CAPÍTULO II

#### Das Disposições Gerais

**Artigo 2º** - O licitante ou contratado, que incidir nas infrações relacionadas no artigo 155 ficará sujeito às seguintes sanções, previstas no artigo 156, ambos da Lei federal nº 14.133/2021:

I - advertência;

II - multa;

III - impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

**§ 1º** - A aplicação das sanções previstas neste artigo não exclui a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública, nos termos do § 9º do art. 156 da Lei federal nº 14.133/2021.

**§ 2º** - As sanções previstas nos incisos I, III e IV deste artigo poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade de multa.

**Artigo 3º** - Na aplicação das sanções a que se refere o artigo 2º desta resolução, serão considerados:

- I - a natureza e a gravidade da infração cometida, bem como os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- II - as peculiaridades do caso concreto;
- III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**§ 1º** - São consideradas circunstâncias agravantes na aplicação da sanção:

- 1. a existência de registro do licitante ou contratado no Portal e-Sanções da Bolsa Eletrônica de Compras do Estado de São Paulo ou na Relação de Apenados do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em vigência no momento do cometimento da infração, em decorrência de penalidade aplicada, no âmbito da Secretaria de Parcerias em Investimentos, nos 12 (doze) meses anteriores ao fato ensejador da sanção;
- 2. a desclassificação ou inabilitação por descumprimento das exigências do edital, quando for notória a impossibilidade de atendimento ao estabelecido;
- 3. a inércia deliberada do licitante ou do contratado em face das diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório ou o inadimplemento de obrigações contratuais;
- 4. a falsidade de declaração, apresentada pelo licitante, de que é beneficiário de tratamento diferenciado concedido em legislação específica;
- 5. a reincidência na infração;
- 6. a imprescindibilidade do bem ou serviço contratado para o funcionamento de serviços públicos ou satisfação de necessidade coletiva.

**§ 2º** - São circunstâncias atenuantes da sanção:

- 1. a falha escusável do licitante ou contratado;
- 2. a apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído o licitante ou o contratado e que não sejam de fácil identificação por estes últimos;
- 3. a juntada de documentação que, embora não tenha atendido às exigências do edital, foi encaminhada de forma equivocada, sem indício de dolo;
- 4. a adoção de medidas destinadas a mitigar os efeitos danosos da conduta infracional.

## **CAPÍTULO III**

### **Da Aplicação das Penalidades**

#### **SEÇÃO I**

#### **Da Advertência**

**Artigo 4º** - A advertência será aplicada ao contratado que der causa à inexecução parcial do contrato, da qual não advenha grave dano à Administração que justifique a imposição de penalidade mais grave.

#### **SEÇÃO II**

## Da Multa

**Artigo 5º** - A multa aplicável ao contratado ou licitante que praticar qualquer das infrações administrativas previstas no artigo 155 da Lei federal nº 14.133/2021, será calculada na forma do edital ou do contrato e não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do respectivo contrato.

**Artigo 6º** - O atraso injustificado na execução do contrato ensejará aplicação de multa de mora, nos termos do art. 162 da Lei federal nº 14.133/2021, calculada sobre o valor da obrigação não cumprida, a partir do primeiro dia útil seguinte ao término do prazo estipulado, observados os seguintes critérios:

I - na hipótese de atraso de até 15 (quinze) dias, será aplicada multa de mora de 0,5% (meio por cento) ao dia;

II - na hipótese de atraso de até 30 (trinta) dias, será aplicada multa de mora de 1% (um por cento) ao dia, entre o 16º (décimo sexto) e o 30º (trigésimo) dia de atraso, em acréscimo ao disposto no inciso I;

III - na hipótese de atraso superior a 30 (trinta) dias, ficará caracterizada inexecução parcial ou total do contrato, conforme o caso.

§ 1º - Os prazos referidos nos incisos I a III deste artigo considerarão dias corridos.

§ 2º - A multa de mora poderá ser convertida em compensatória, com a promoção da extinção unilateral do contrato e a aplicação cumulada de outras sanções previstas nesta resolução, caso o cumprimento da obrigação:

1. não mais seja oportuno ou conveniente para a Administração; ou
2. ainda que seja interesse da Administração, não seja promovido pelo contratado.

**Artigo 7º** - A inexecução parcial ou total do contrato, conforme o caso, ensejará a aplicação de multa de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento), calculada sobre o valor da obrigação não cumprida, a critério da autoridade competente.

**Parágrafo único** - A multa a que se refere o “caput” deste artigo:

1. na hipótese de prestação de serviços contínuos, será calculada por dia de inexecução, com base no valor diário do contrato;

2. na hipótese de aquisição de bens, de obras e serviços de engenharia e de prestação de serviços não contínuos, será calculada com base no saldo contratual não executado.

**Artigo 8º** - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

**Artigo 9º** - A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou aceitar ou retirar instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o à aplicação de multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato, além de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, e ainda, se for o caso, de imediata perda da garantia de proposta.

**Artigo 10** - É dispensável, mediante decisão motivada da autoridade competente, a cobrança de multa de valor irrisório, sem prejuízo da realização de registro no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP).

**Parágrafo único** - Para os fins do “caput” deste artigo, é considerado irrisório o valor de multa igual ou inferior a 10 (dez) UFESPs.

**Artigo 11** - Os bens não aceitos e as obras ou serviços executados em desacordo com o estipulado em contrato deverão ser substituídos ou corrigidos dentro do prazo fixado pela Administração, contado do recebimento, pela contratada, da comunicação da recusa.

**§ 1º** - O pedido de prorrogação para a entrega dos bens substituídos ou reexecução do objeto do contrato deverá, se o caso, ser apresentado, com a devida justificativa, antes do término do respectivo prazo.

**§ 2º** - A ausência de regularização do objeto do contrato dentro do prazo determinado ensejará a aplicação das sanções previstas nesta resolução, considerando-se a mora a partir do primeiro dia útil seguinte ao término do prazo estabelecido.

### SEÇÃO III

#### Do Impedimento de Licitar e Contratar

**Artigo 12** - A sanção de impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração será aplicada ao contratado ou licitante pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, a VII do “caput” do artigo 155 da Lei federal nº 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, pelos seguintes prazos:

- I - por 2 (dois) meses, no caso da infração prevista no inciso IV
- II – por 4 (quatro) meses, no caso das infrações previstas nos incisos V a VII
- III - por 1 (um) ano, no caso da infração prevista no inciso II;
- IV por 2 (dois) anos, no caso da infração prevista no inciso III.

**Parágrafo único** - Os prazos de que trata este artigo poderão ser reduzidos ou majorados, neste último caso até o prazo máximo de 3 (três) anos, mediante a aplicação dos critérios de dosimetria previstos no artigo 3º desta resolução.

### SEÇÃO IV

#### Da Declaração de Inidoneidade

**Artigo 13** - A sanção de declaração de inidoneidade será aplicada ao contratado ou licitante pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII a XII do “caput” do artigo 155 da Lei federal nº 14.133/2021, bem como, se estiver justificada a imposição de penalidade mais grave, por aquelas previstas nos incisos II a VII do mesmo dispositivo legal, e impedirá o sancionado de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo de 4 (quatro) anos.

**§ 1º** - O prazo a que alude o “caput” deste artigo poderá ser reduzido ou majorado, respeitado o mínimo de 3 (três) anos e o máximo de 6 (seis) anos, mediante a aplicação dos critérios de dosimetria previstos no artigo 3º desta resolução.

**§ 2º** - Para os fins do inciso X do “caput” do artigo 155 da Lei federal nº 14.133/2021, considera-se comportamento inidôneo a prática de atos direcionados a prejudicar o bom

andamento do certame ou do contrato, bem como o cometimento de fraude de qualquer natureza.

## **CAPÍTULO IV**

### **Do Processo Sancionatório**

**Artigo 14** - A instauração de processo sancionatório para a aplicação das sanções de que trata esta resolução se dará mediante comunicação do gestor do contrato, ou de quem tenha a responsabilidade pelo acompanhamento da licitação ou da execução contratual, Chefe de Gabinete.

**Parágrafo único** - Os emitentes das garantias exigidas no contrato deverão ser notificados quanto ao início de processo sancionatório para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, nos termos do artigo 137, § 4º, da Lei federal nº 14.133/2021.

**Artigo 15** - Configurada a hipótese de aplicação das sanções de advertência ou multa, os responsáveis, uma vez instaurado o processo sancionatório, serão intimados para apresentação de defesa no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data do recebimento da comunicação, cabendo Chefe de Gabinete decidir sobre o sancionamento.

**Parágrafo único** - Se na instrução do processo sancionatório estiverem presentes indícios que também recomendem, desde logo, a extinção unilateral do contrato, deverá o contratado ser comunicado de ambas as consequências da infração constatada, para oportuna decisão conjunta.

**Artigo 16** - Para a aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar, e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar deverá ser instaurado processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores, indicados pelo Chefe de Gabinete, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

**§ 1º** - Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

**§ 2º** - Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

**§ 3º** - Finalizada a produção de provas ou expirado o prazo para alegações finais, a comissão elaborará relatório pormenorizado dos fatos, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis.

**§ 4º** - Os processos sancionatórios deverão ser remetidos, após o término da fase de instrução, à Chefia de Gabinete para fins de avaliação do seu processamento.

**§ 5º** Após a avaliação do processamento pela Chefia de Gabinete, os autos serão remetidos à análise jurídica, nos termos do § 6º do art. 156 da Lei federal nº 14.133/2021.

**§ 6º** - Após a avaliação do processamento e a análise jurídica, o relatório final da comissão será encaminhado ao Chefe de Gabinete, ao qual caberá:

1. em caso de aplicação da sanção de impedimento de licitar e contratar, decidir sobre a aplicação da penalidade;
2. em caso de aplicação da sanção de declaração de inidoneidade, encaminhar o relatório ao Secretário de Parcerias em Investimentos, o qual decidirá sobre a aplicação da

penalidade.

**Artigo 17** - Da decisão da autoridade que aplicar as sanções de advertência, multa ou impedimento de licitar e contratar, caberá recurso, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da intimação.

§ 1º - O recurso de que trata o “caput” deste artigo será dirigido ao Chefe de Gabinete, que deverá, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, decidir se mantém ou reconsidera a decisão recorrida.

§ 2º - Caso o Chefe de Gabinete decida pela manutenção da decisão recorrida, deverá, imediatamente, submeter o recurso ao Secretário de Parcerias em Investimentos, que decidirá sobre as condições de admissibilidade e o seu mérito no prazo de até 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**Artigo 18** - Da decisão da autoridade que aplicar a sanção de inidoneidade para licitar e contratar, caberá apenas pedido de reconsideração, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da intimação, e será decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado de seu protocolo.

**Artigo 19** - A imposição das sanções previstas na presente resolução não impede a propositura de ação judicial com vista à reparação integral do dano causado à Administração.

**Artigo 20** - O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo, até que sobrevenha decisão final por parte da autoridade competente.

**Artigo 21** - A intimação dos atos no processo sancionatório será feita mediante expedição de ofício ao(s) representante(s) relacionado(s) no contrato ou informado(s) na licitação, conforme o caso, por meio do endereço eletrônico então indicado, o qual deve ser mantido atualizado para os fins a que se destina.

§ 1º - Resultando infrutífera a intimação a que se refere o “caput” deste artigo, será efetuada por meio do Diário Oficial do Estado de São Paulo.

§ 2º - Nos processos eletrônicos instaurados nesta Administração, as comunicações dos atos oficiais serão realizadas por meio das funcionalidades existentes no Sistema Eletrônico de Informações – SEI ou em outro que venha a substituí-lo.

**Artigo 22** - Decorridos 30 (trinta) dias da notificação para recolhimento da multa aplicada, não ocorrendo a quitação pelo sancionado, serão adotadas as medidas para o registro do devedor no Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais (CADIN) e a inscrição do débito na Dívida Ativa do Estado para cobrança judicial.

**Artigo 23** - A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será interrompida ou suspensa nas hipóteses previstas no § 4º do artigo 158 da Lei federal nº 14.133/2021.

**Artigo 24** - Os atos previstos como infrações administrativas na Lei federal nº 14.133/2021 ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida lei, nos termos do art. 159 da Lei federal nº 14.133/2021.

**Artigo 25**- A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei federal nº 14.133/2021 ou para provocar confusão patrimonial, e, neste caso, todos os efeitos das sanções



aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

**Artigo 26** - Independentemente da instauração de processo sancionatório, caso constatada irregularidade no procedimento licitatório ou na execução contratual, a autoridade competente o Chefe de Gabinete poderá determinar, quando a medida se revelar de interesse público, a suspensão da execução do contrato, mediante comunicação expressa ao(s) representante(s) relacionado(s) no contrato, desde que avaliados os aspectos a que se refere o artigo 147 da Lei federal nº 14.133/2021.

**Artigo 27**- Aplica-se na contagem dos prazos previstos nesta resolução o disposto no artigo 183 da Lei federal nº 14.133/2021.

**Artigo 28** - Encerrada a instância administrativa, as sanções aplicadas deverão ser registradas na Relação de Apenados do TCE/SP, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), bem como, conforme o caso, comunicadas às autoridades competentes para fins de anotações nos demais cadastros de controle, inclusive às entidades profissionais, dentro do prazo legal de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção.

**Artigo 29** - É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

I - reparação integral do dano causado à Administração Pública;

II - pagamento da multa;

III - transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos, no caso de declaração de inidoneidade;

IV - cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

V - análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

**Parágrafo único** - A sanção pela apresentação de declaração ou documentação falsa exigida para o certame, por prestar declaração falsa durante a licitação ou execução do contrato, bem como pela prática de ato lesivo, nos termos do artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

## CAPÍTULO V

### Das Disposições Finais

**Artigo 30** - A presente resolução deverá integrar, obrigatoriamente, como anexo, os instrumentos convocatórios de licitação, os contratos e os instrumentos equivalentes.

**Artigo 31** - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RAFAEL BENINI

Secretário de Parcerias em Investimentos

## MODELO(S) REFERENTE(S) A PLANILHA DE PROPOSTA

Eu, \_\_\_\_\_, portador do CPF nº \_\_\_\_\_, representante legal do fornecedor \_\_\_\_\_ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, Processo nº 021.00000288/2026-67, DECLARO, sob as penas da Lei, que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta.

SERVIÇOS						
ITEM (1)	ESPECIFICAÇÃO (2)	Nº DE POSTOS (3)	UNIDADE DE MEDIDA (4)	QUANTIDADE TOTAL (5)	VALOR UNITÁRIO (6)	VALOR TOTAL (7) = 3 x 5 x 6
1	Serviços de Copeira - das 07h às 16h	02	Unidade (mês)	30	R\$	R\$
	Serviços de Copeira - das 08h às 17h	01	Unidade (mês)	30	R\$	R\$
	Serviços de Copeira - das 09h às 18h	01	Unidade (mês)	30	R\$	R\$
	Serviços de Garçom - das 08h às 17h	01	Unidade (mês)	30	R\$	R\$
	Serviços de Garçom - das 09h às 18h	02	Unidade (mês)	30	R\$	R\$
	Serviços de Garçom - das 10h às 19h	01	Unidade (mês)	30	R\$	R\$
<b>VALOR TOTAL DE SERVIÇOS (PARA 30 MESES)</b>					<b>R\$</b>	
INSUMOS						
ITEM (1)	ESPECIFICAÇÃO (2)	UNIDADE DE MEDIDA (3)	QUANTIDADE ESTIMADA MENSAL (4)	QUANTIDADE ESTIMADA TOTAL PARA 30 MESES (5)	VALOR UNITÁRIO (6)	VALOR TOTAL PARA 30 MESES (7) = 5 x 6
2	Café: torrado e moído, intensidade média, tipo tradicional, pacote com 500gr.	Kg	100	3.000	R\$	R\$
3	Chocolate em pó ou mistura em pó para preparo de chocolate quente, solúvel, com teor adequado de cacau, acondicionado em embalagem original lacrada de 500 gramas.	Kg	18	540	R\$	R\$
4	Chá de Morango – caixa com 10 unidades.	Caixa (com 10 unidades)	10	300	R\$	R\$
5	Chá Mate - caixa com 10 unidades.	Caixa (com 10 unidades)	5	150	R\$	R\$
6	Chá de Erva-Doce - caixa com 10 unidades.	Caixa (com 10 unidades)	10	300	R\$	R\$
7	Chá de Limão - caixa com 10 unidades.	Caixa (com 10 unidades)	5	150	R\$	R\$
8	Chá de Hortelã - caixa com 10 unidades.	Caixa (com 10 unidades)	10	300	R\$	R\$
9	Chá de Camomila - caixa com 10 unidades.	Caixa (com 10 unidades)	10	300	R\$	R\$
10	Chá de maçã com canela - caixa com 10 unidades.	Caixa (com 10 unidades)	10	300	R\$	R\$
11	Açúcar refinado, pacote de 1kg.	Kg	30	900	R\$	R\$
12	Açúcar; Refinado em sachê, caixa com 400 unidades.	Caixa	5	150	R\$	R\$
13	Adoçante sachê – caixa com 50 unidades.	Caixa	2	60	R\$	R\$
14	Adoçante Líquido - frasco com 200ml	Frasco	6	180	R\$	R\$
15	Biscoito doce sabor maizena, sem recheio, em embalagem de 350/400g, contendo 3 tabletes.	Pacote	50	1.500	R\$	R\$
1	Biscoito salgado tipo Cream Cracker amanteigado, em embalagem de 350/400g, contendo 3 tabletes.	Pacote	50	1.500	R\$	R\$
17	Bolacha doce tipo rosquinha, sabor leite, em embalagem de 500g.	Pacote	50	1.500	R\$	R\$
18	Bolacha doce tipo rosquinha sabor coco, em embalagem de 500g.	Pacote	50	1.500	R\$	R\$
19	Bolacha doce tipo rosquinha, sabor chocolate, em embalagem de 500g.	Pacote	50	1.500	R\$	R\$
20	Copos de plástico descartáveis para água com capacidade volumétrica de 150ml. Pacote com 100 unidades	Pacote	5	150	R\$	R\$

21	Copos de plástico descartáveis para café com capacidade volumétrica de 50ml. Pacote com 100 unidades	Pacote	5	150	R\$	R\$
22	Coador de café em pano (flanela ou algodão), tamanho grande, próprio para uso industrial e preparo de grandes volumes de café, com costura reforçada, lavável e reutilizável, acompanhado de suporte resistente compatível	Unidade	3	90	R\$	R\$
23	Mexedor de café descartável. Pacote com 100 unidades	Pacote	2	60	R\$	R\$
24	Água sanitária de boa qualidade, para desinfetar (ação bactericida) ambiente.	Litro	1	30	R\$	R\$
25	Alcool etílico líquido 54 GL	Litro	2	60	R\$	R\$
26	Detergente líquido, Neutro, biodegradável para lavagem de utensílios de cozinha e louças em geral, frasco com 500 ml.	Frasco	6	180	R\$	R\$
27	Esponha macia para limpeza e lavagem de utensílios de cozinha e louças em geral - Pacote com 4 unidades.	Unidade	2	60	R\$	R\$
28	Pano para secagem de louça (pano de prato),	Unidade	4	120	R\$	R\$
29	Sabão em pó 500g	Caixa	1	30	R\$	R\$
30	Luva de borracha cano longo grande par	Par	1	30	R\$	R\$
31	Rodo, com cabo de madeira plastificada com rosca, medindo no mínimo 1,20 cm de comprimento Utilização: Piso ou qualquer superfície lisa	Unidade	-	5	R\$	R\$
32	Vassoura de pelo sintético para piso com no mínimo 30 cm. Base madeira com cabo. Cabo medindo aprox. 1,20 cm, plastificado e pendurico.	Unidade	-	5	R\$	R\$
33	Pano para limpeza de chão	Unidade	4	120	R\$	R\$
34	Carrinho de serviços gerais tipo copa com duas alças, 3 bandejas e guarnições; Descrição do carrinho: Carrinho aramado, acabamento cromado, com 01 prateleira alta e 02 prateleiras baixas, sendo 02 rodízios giratórios com freio e 02 sem freio rodas de 4" em borracha; Dimensões aproximadas de (C x L x A): 762 x 457 x 840 mm;	Unidade	-	4	R\$	R\$
35	Jarra; de Vidro, Resistente; Capacidade e Mínima para 1,5 Litros; Com Diâmetro Mínimo de 8 Cm; Altura Mínima de 21 Cm; Com Tampa e Com Alça;	Unidade	-	10	R\$	R\$
36	Bandeja de Aço Inox, (41 x 29)cm, Formato retangular Com Alça com forro;	Unidade	-	18	R\$	R\$
37	Garrafa Térmica de mesa – Capacidade e mínima de 1,5 litros;	Unidade	-	30	R\$	R\$
38	Acucareiro em Inox - 300 ml	Unidade	-	12	R\$	R\$
39	Jogo de 06 (seis) xícaras com pires para cafezinho, em cerâmica, na cor branca, capacidade 50 ml;	Unidade	-	30	R\$	R\$
40	Jogo de 06 (seis) xícaras com pires para chá, em cerâmica, na cor branca, capacidade 150 ml;	Unidade	-	20	R\$	R\$
41	Jogo de 06 Copos de Vidro, 250 ML, DIAM. 7,5 CM, INCOLOR;	Unidade	-	30	R\$	R\$
42	Jogo de 06 (seis) colheres, em aço inoxidável, pequena, para café, lisa e polida com 1,50mm de espessura;	Unidade	-	30	R\$	R\$
43	Fogão elétrico com duas bocas, Inox in dutor, Potência Total: Aproximadamente 3826W, Tensão 220V.	Unidade	-	4	R\$	R\$
44	Canecão - Fervedor Inox Industrial de 5 litros	Unidade	-	12	R\$	R\$
45	Esterilizador Banho Maria 2 Bules Inox, Potência: 750W, Tensão: 127V ou 220V	Unidade	-	4	R\$	R\$
VALOR TOTAL ESTIMADO DE INSUMOS PARA 30 (TRINTA) MESES					R\$	
VALOR TOTAL GLOBAL ESTIMADO CONTEMPLANDO INSUMOS E SERVIÇOS PARA 30 (TRINTA) MESES					R\$	

**\* A PROPOSTA COMERCIAL DEVERÁ ESTAR ACOMPANHADA DA PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS**

**DECLARO AINDA QUE O OBJETO A QUE TRATA A PRESENTE PROPOSTA ESTÁ EM CONCORDÂNCIA COM AS ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR, BEM COMO NO TERMO DE REFERÊNCIA, SOB AS PENAS DA LEI.**

E-mail para contato da empresa:

Nome do responsável pela assinatura do contrato:

Agência e conta no Banco do Brasil para pagamento no prazo de 30 dias:

**VALIDADE DA PROPOSTA: 60 (SESSENTA) DIAS**

**NOME DO RESPONSÁVEL**  
**CARGO/FUNÇÃO**

**ANEXO**

**MODELO(S) DE DECLARAÇÃO(ÕES)**

**MODELO DE DECLARAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO**  
(em papel timbrado do licitante)

Eu, \_\_\_\_\_, portador do CPF nº \_\_\_\_\_, na condição de representante legal de \_\_\_\_\_ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, Processo nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, DECLARO, sob as penas da Lei, que o licitante:

a) cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do parágrafo único do artigo 117 da Constituição Estadual; e

b) atenderá, na data da contratação, ao disposto no artigo 5º-C e se compromete a não disponibilizar empregado que incorra na vedação prevista no artigo 5º-D, ambos da Lei nº 6.019, de 1974, com redação dada pela Lei nº 13.467, de 2017, quando o caso.

(Local e data).

\_\_\_\_\_  
(Nome/assinatura do representante legal)

**ANEXO**  
**MODELOS REFERENTES À VISTORIA PRÉVIA**

**ANEXO**

**DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO LOCAL E DAS CONDIÇÕES DA REALIZAÇÃO  
DO OBJETO DA LICITAÇÃO PRECEDIDA DE VISTORIA**  
(elaborada pelo licitante)

Eu, \_\_\_\_\_, portador do CPF nº \_\_\_\_\_, na condição de representante legal de \_\_\_\_\_ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, Processo nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, DECLARO que o licitante tem conhecimento do(s) local(is) e das condições da realização do objeto da licitação, e que realizou vistoria prévia no(s) local(is) em que será realizado o objeto da licitação, colhendo todas as informações e subsídios necessários para a elaboração da sua proposta.

O licitante está ciente desde já que, em conformidade com o estabelecido no Edital, não poderá pleitear em nenhuma hipótese modificações nos preços, prazos ou condições ajustadas, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou informações sobre o(s) local(is) em que será realizado o objeto da licitação.

(Local e data)

\_\_\_\_\_  
(nome/assinatura do representante legal)

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

SERVIÇOS

ITEM (1)	ESPECIFICAÇÃO (2)	Nº DE POSTOS (3)	UNIDADE DE MEDIDA (4)	QUANTIDADE TOTAL (5)	VALOR UNITÁRIO (6)	VALOR TOTAL (7)= 3 x 5 x 6
1	Serviços de Copeira - das 07h às 16h	02	Unidade (mês)	30	R\$ 7.133,66	R\$ 428.019,60
	Serviços de Copeira - das 08h às 17h	01	Unidade (mês)	30	R\$ 7.133,66	R\$ 214.009,80
	Serviços de Copeira - das 09h às 18h	01	Unidade (mês)	30	R\$ 7.133,66	R\$ 214.009,80
	Serviços de Garçom - das 08h às 17h	01	Unidade (mês)	30	R\$ 7.041,45	R\$ 211.243,50
	Serviços de Garçom - das 09h às 18h	02	Unidade (mês)	30	R\$ 7.041,45	R\$ 422.487,00
	Serviços de Garçom - das 10h às 19h	01	Unidade (mês)	30	R\$ 7.041,45	R\$ 211.243,50
VALOR TOTAL DE SERVIÇOS (PARA 30 MESES)					R\$ 1.701.013,20	

INSUMOS

ITEM (1)	ESPECIFICAÇÃO (2)	UNIDADE DE MEDIDA (3)	QUANTIDADE MENSAL (4)	QUANTIDADE TOTAL PARA 30 MESES (5)	VALOR UNITÁRIO (6)	VALOR TOTAL PARA 30 MESES (7)= 5 x 6
2	Café: torrado e moído, intensidade média, tipo tradicional, pacote com 500gr.	Kg	100	3.000	R\$ 49,15	R\$ 147.450,00
3	Chocolate em pó ou mistura em pó para preparo de chocolate quente, solúvel, com teor adequado de cacau, acondicionado em embalagem original lacrada de 500 gramas.	Kg	18	540	R\$ 34,27	R\$ 18.505,80
4	Chá de Morango – caixa com 10 unidades.	Caixa (com 10 unidades)	10	300	R\$ 10,37	R\$ 3.111,00
5	Chá Mate - caixa com 10 unidades.	Caixa (com 10 unidades)	5	150	R\$ 5,61	R\$ 841,50
6	Chá de Erva-Doce -caixa com 10 unidades.	Caixa (com 10 unidades)	10	300	R\$ 5,99	R\$ 1.797,00
7	Chá de limão - caixa com 10 unidades.	Caixa (com 10 unidades)	5	150	R\$ 10,05	R\$ 1.507,50
8	Chá de Hortelã - caixa com 10 unidades.	Caixa (com 10 unidades)	10	300	R\$ 5,62	R\$ 1.686,00
9	Chá de Camomila - caixa com 10 unidades.	Caixa (com 10 unidades)	10	300	R\$ 5,21	R\$ 1.563,00
10	Chá de maçã com canela - caixa com 10 unidades.	Caixa (com 10 unidades)	10	300	R\$ 5,29	R\$ 1.587,00
11	Açúcar refinado, pacote de 1kg.	Kg	30	900	R\$ 5,13	R\$ 4.617,00
12	Açúcar; Refinado em sachê, caixa com 400 unidades.	Caixa	5	150	R\$ 31,69	R\$ 4.753,50
13	Adoçante sachê – caixa com 50 unidades.	Caixa	2	60	R\$ 46,44	R\$ 2.786,40
14	Adoçante Líquido - frasco com 200ml	Frasco	6	180	R\$ 11,11	R\$ 1.999,80
15	Biscoito doce sabor maizena, sem recheio, em embalagem de. 350/400g, contendo 3 tabletes.	Pacote	50	1.500	R\$ 5,76	R\$ 8.640,00
16	Biscoito saigado tipo cream cracker amanteigado, em embalagem de. 350/400g, contendo 3 tabletes.	Pacote	50	1.500	R\$ 7,78	R\$ 11.670,00
17	Bolacha doce tipo rosquinha, sabor leite, em embalagem de 500g.	Pacote	50	1.500	R\$ 14,03	R\$ 21.045,00
18	Bolacha doce tipo rosquinha sabor coco, em embalagem de 500g.	Pacote	50	1.500	R\$ 8,63	R\$ 12.945,00
19	Bolacha doce tipo rosquinha, sabor chocolate, em embalagem de 500g.	Pacote	50	1.500	R\$ 10,57	R\$ 15.855,00
20	Copos de plástico descartáveis para água com capacidade volumétrica de 150ml. Pacote com 100 unidades	Pacote	5	150	R\$ 6,27	R\$ 940,50
21	Copos de plástico descartáveis para café com capacidade volumétrica de 50ml. Pacote com 100 unidades	Pacote	5	150	R\$ 4,43	R\$ 664,50
22	Coador de café em pano (flaneta ou algodão), tamanho grande, próprio para uso industrial e preparo de grandes volumes de café, com costura reforçada, lavável e reutilizável, acompanhado de suporte resistente compatível	Unidade	3	90	R\$ 14,37	R\$ 1.293,30
23	Mexedor de café descartável. Pacote com 100 unidades	Pacote	2	60	R\$ 11,23	R\$ 673,80
24	Água sanitária de boa qualidade, para desinfetar (ação bactericida) ambiente.	Litro	1	30	R\$ 5,41	R\$ 162,30

25	Álcool etílico líquido 54 GL	Litro	2	60	R\$ 13,18	R\$ 790,80
26	Detergente líquido, Neutro, biodegradável para lavagem de utensílios de cozinha e louças em geral, frasco com 500 ml.	Frasco	6	180	R\$ 2,67	R\$ 480,60
27	Esponja macia para limpeza e lavagem de utensílios de cozinha e louças em geral - Pacote com 4 unidades.	Unidade	2	60	R\$ 9,67	R\$ 580,20
28	Pano para secagem de louça (pano de prato),	Unidade	4	120	R\$ 3,21	R\$ 385,20
29	Sabão em pó 500g	Caixa	1	30	R\$ 10,49	R\$ 314,70
30	Luva de borracha cano longo grande par	Par	1	30	R\$ 12,30	R\$ 369,00
31	Rodo, com cabo de madeira plastificada com rosca, medindo no mínimo 1,20 cm de comprimento Utilização: Piso ou qualquer superfície lisa	Unidade	-	5	R\$ 27,51	R\$ 137,55
32	Vassoura de pelo sintético para piso com no mínimo 30 cm. Base madeira com cabo. Cabo medindo aprox. 1,20 cm, plastificado e pendurico.	Unidade	-	5	R\$ 27,14	R\$ 135,70
33	Pano para limpeza de chão	Unidade	4	120	R\$ 4,90	R\$ 588,00
34	Carrinho de serviços gerais tipo copa com duas alças, 3 bandejas e guarnições; <b>Descrição do carrinho:</b> Carrinho aramado, acabamento cromado, com 01 prateleira alta e 02 prateleiras baixas, sendo 02 rodízios giratórios com freio e 02 sem freio rodas de 4" em borracha; Dimensões aproximadas de (C x L x A): 762 x 457 x 840 mm;	Unidade	-	4	R\$ 1.425,71	R\$ 5.702,84
35	Jarra; de Vidro, Resistente; Capacidade Mínima para 1,5 Litros; Com Diâmetro Mínimo de 8 Cm; Altura Mínima de 21 Cm; Com Tampa e Com Alça;	Unidade	-	10	R\$ 34,72	R\$ 347,20
36	Bandeja de Aço Inox, (41 x 29)cm, Formato retangular Com Alça com forro;	Unidade	-	18	R\$ 76,52	R\$ 1.377,36
37	Garrafa Térmica de mesa – Capacidade mínima de 1,5 litros;	Unidade	-	30	R\$ 121,55	R\$ 3.646,50
38	Açucareiro em Inox - 300 ml	Unidade	-	12	R\$ 58,94	R\$ 707,28
39	Jogo de 06 (seis) xícaras com pires para cafezinho, em cerâmica, na cor branca, capacidade 50 ml;	Unidade	-	30	R\$ 114,93	R\$ 3.447,90
40	Jogo de 06 (seis) xícaras com pires para chá, em cerâmica, na cor branca, capacidade 150 ml;	Unidade	-	20	R\$ 124,47	R\$ 2.489,40
41	Jogo de 06 Copos de Vidro, 250 ML, DIAM. 7,5 CM, INCOLOR;	Unidade	-	30	R\$ 80,09	R\$ 2.402,70
42	Jogo de 06 (seis) colheres, em aço inoxidável, pequena, para café, lisa e polida com 1,50mm de espessura;	Unidade	-	30	R\$ 27,16	R\$ 814,80
43	Fogão elétrico com duas bocas, Inox indutor, Potência Total: Aproximadamente 3826W, Tensão 220V.	Unidade	-	4	R\$ 168,41	R\$ 673,64
44	Canecão - Fervedor Inox Industrial de 5 litros	Unidade	-	12	R\$ 61,76	R\$ 741,12
45	Esterilizador Banho Maria 2 Bules Inox, Potência: 750W, Tensão: 127V ou 220V	Unidade	-	4	R\$ 645,18	R\$ 2.580,72
<b>VALOR TOTAL DE INSUMOS PARA 30 (TRINTA) MESES</b>					<b>R\$ 294.808,11</b>	
<b>VALOR TOTAL GLOBAL CONTEMPLANDO INSUMOS E SERVIÇOS PARA 30 (TRINTA) MESES</b>					<b>R\$ 1.995.821,31</b>	

A despesa ocorrerá nos seguintes termos:

Unidade de Despesa 390105;

Categoria Funcional Programática: 04122393562340000

Natureza da Despesa: 33903965;

CatSer: 14397



## Avaliação da Qualidade dos Serviços de Copeiragem

### 1. Introdução e Objetivos do Serviço

Este manual define as normas e procedimentos para a fiscalização técnica e avaliação da qualidade dos serviços de copeiragem.

O objeto da prestação de serviços consiste na execução de serviços contínuos de copeiragem com fornecimento de todos os materiais de consumo, materiais de limpeza/higiene, uniforme e equipamentos necessários à execução dos serviços, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra.

### 2. Metodologia de Avaliação

A fiscalização deve ser exercida de forma ininterrupta pelo Fiscal e pelo Gestor do Contrato, utilizando a presente ferramenta de controle mensal.

#### 2.1. Consolidação Mensal

A Nota Final do período será apurada através do **Formulário de Avaliação de Execução dos Serviços Prestados**, assinado pelo Fiscal, Gestor e Contratada. Esta nota é o somatório dos desempenhos distribuídos em três grupos: Desempenho Profissional, Desempenho das Atividades e Gerenciamento.

### 3. Sistema de Pontuação e Critérios de Qualidade

A avaliação deve seguir estritamente a escala numérica e os pesos definidos pela Secretaria de Parcerias em Investimentos, abandonando qualquer escala percentual externa.

#### 3.1. Escala de Valores e Conceitos

Para cada item inspecionado, o fiscal deverá atribuir uma das seguintes notas (B):

Conceito de Qualidade	Nota (B)	Descrição Técnica
Bom	3	Realizado plenamente, em conformidade com as especificações.
Regular	1	Parcialmente realizado, apresentando falhas pontuais.
Péssimo	0	Não realizado ou realizado em total desconformidade.

### 3.2. Estrutura de Pesos (A) e Cálculo do Subtotal (C)

O desempenho mensal é dividido em três grupos de controle. O Fiscal deve observar os seguintes itens e suas respectivas ponderações:

#### **Grupo 1 - Desempenho Profissional (Peso Total: 100%)**

- **Cumprimento das atividades (25%):** Execução das rotinas diárias e periódicas.
- **Cobertura dos postos (30%):** Presença efetiva nos horários determinados.
- **Qualificação, atendimento e postura (30%):** Cordialidade no trato com o público e competência técnica no preparo e serviço de café/lanches.
- **Uniformes e identificação (15%):** Uso de uniforme limpo, crachá visível e EPIs específicos (toucas/redinhas para cabelo e luvas descartáveis).

#### **Grupo 2 - Desempenho das Atividades (Peso Total: 100%)**

- **Especificação técnica dos serviços (40%):** O Fiscal deve verificar a higiene de garrafas térmicas, carafes e utensílios de alimentação. Além da execução do serviço como um todo.
- **Equipamentos e acessórios (20%):** Verificação do estado de conservação de bandejas, cafeteiras e demais itens. Itens danificados devem ser substituídos conforme determinação no Estudo Técnico Preliminar.
- **Atendimento às ocorrências (40%):** Agilidade na correção de falhas apontadas em relatórios.

#### **Grupo 3 - Gerenciamento (Peso Total: 100%)**

- **Periodicidade da supervisão (20%):** Frequência do encarregado/preposto na Unidade.
- **Gerenciamento operacional (30%):** Logística de reposição de insumos e organização.
- **Atendimento às solicitações (25%):** Prontidão em demandas extraordinárias.
- **Salários e Obrigações (25%):** Verificação mandatória da entrega efetiva de cestas básicas e vales-refeição, além do pagamento de salários e encargos.

#### 4. Descrição do Processo

- 4.1. Cabe a cada unidade, por meio da equipe responsável pela fiscalização do contrato e com base no Formulário de Avaliação de Qualidade dos Serviços, efetuar o acompanhamento diário do serviço prestado, registrando e arquivando as informações de forma a embasar a avaliação mensal da Contratada.
- 4.2. No final do mês de apuração, a equipe responsável pela fiscalização do contrato deve encaminhar, em até 5 (cinco) dias após o fechamento das medições, os Formulários de Avaliação de Qualidade dos Serviços gerados no período, acompanhados das justificativas para os itens que receberam notas 0 (zero) ou 1 (um) para o gestor do contrato.
- 4.3. Cabe a cada unidade, por meio do respectivo gestor do contrato, mensalmente e com base em todos os Formulários de Avaliação de Qualidade dos Serviços gerados durante esse período, consolidar a avaliação de desempenho da Contratada frente ao contrato firmado e encaminhar 1 (uma) via para a Contratada.
- 4.4. De posse dessa avaliação, o gestor do contrato deve aplicar na medição seguinte os descontos cabíveis previstos nesse procedimento, garantindo a defesa prévia à Contratada.
- 4.5. Cabe ao gestor do contrato encaminhar mensalmente à Contratada, no fechamento das medições, o Quadro-resumo demonstrando, de forma acumulada e mês a mês, a performance global da Contratada em relação aos conceitos alcançados por ela.

#### 5. Percentuais de Liberação das Faturas

- 5.1. As faturas apresentadas pela Contratada ao Contratante para fins de pagamento ficarão sujeitas à aplicação de um percentual de liberação vinculado à Avaliação de Qualidade dos Serviços, conforme a tabela a seguir.

Percentual de Liberação	Nota obtida na Avaliação
Liberação total da fatura	Nota total maior ou igual a 6,75 pontos
Liberação de 90% da fatura	Nota total maior ou igual a 5 e menor que 6,75 pontos ou 1 (uma) nota 0 (zero) em um dos itens de cada grupo avaliado
Liberação de 75% da fatura	Nota total abaixo de 5 pontos ou mais de 1 (uma) nota 0 (zero) nos itens de cada grupo avaliado

- 5.2.** O gestor do contrato apurará o percentual de liberação devido em cada medição em conformidade com o procedimento descrito no item 4 deste Anexo e na Cláusula Nona do termo de contrato, sem prejuízo da aplicação das sanções e penalidades cabíveis.

### AVALIAÇÃO DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS

CONTRATO Nº:	XXX/2026
UNIDADE:	SECRETARIA DE PARCERIAS EM INVESTIMENTOS
PERÍODO:	XX/XX/2026 à XX/X/2026
DATA:	XX/XX/XXXX
CONTRATADA:	
FISCAL DO CONTRATO:	
GESTOR DO CONTRATO:	

No Formulário de Avaliação da Qualidade dos Serviços, devem ser atribuídos os valores 3 (três), 1 (um) e 0 (zero) para cada item avaliado, correspondente aos conceitos “Bom”, “Regular” e “Péssimo”. Respectivamente:

- Realizado: 3 (três) pontos;
- Parcialmente realizado: 1 (um) ponto;
- Não realizado: 0 (zero) ponto.

### GRUPO 1 - DESEMPENHO PROFISSIONAL

ITENS PERCENTUAL DE PONDERAÇÃO	PESO (A)	NOTA (B)	SUBTOTAL (C=AxB)
Cumprimento das atividades	25%		
Cobertura dos postos nos horários determinados	30%		
Qualificação, atendimento ao público e postura	30%		
Uniformes e identificação	15%		
TOTAL			

### GRUPO 2 - DESEMPENHO DAS ATIVIDADES

Especificação técnica dos serviços	40%		
Equipamentos e acessórios	20%		
Atendimento às ocorrências	40%		
TOTAL			

### GRUPO 3 - GERENCIAMENTO

Periodicidade da supervisão	20%		
Gerenciamento das atividades operacionais	30%		
Atendimento às solicitações	25%		
Salários, benefícios e obrigações trabalhistas	25%		
<b>TOTAL</b>			

<b>NOTA FINAL (SOMATÓRIO DAS NOTAS TOTAIS PARA OS GRUPOS 1, 2 E 3)</b>	<b>0,00</b>
FISCAL DO CONTRATO	
GESTOR(A)	
CONTRATADA	